



CONVERSAS DE ARQUIVO

na oficina da História

MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA (ORG.) E

RONALDO VAINFAS | BEATRIZ KUSHNIR | PAULO ZARTH



© Dos Autores, 2025

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Financiamento

Este livro contou com financiamento do Programa de Apoio à Pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROAP-CAPES).

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)
Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Athany Gutierrez (UFFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (UnivR – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)



CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C766 Conversas de Arquivo [recurso eletrônico] : na oficina da história / Marcio Antônio Both da Silva (organizador). – Passo Fundo : Acervus, 2025. 4 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5230-061-4.

1. Radiodifusão na Internet. 2. Pesquisa histórica.
3. História - Brasil. I. Silva, Marcio Antônio Both da, org.

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA

Organizador

CONVERSAS DE ARQUIVO

na oficina da História



PASSO FUNDO
2025

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
I. HISTORICISMO: interpretação textual, pesquisa arquivística e realismo histórico	21
<i>Ronaldo Vainfas</i>	
II. QUANDO 2 + 2 NUNCA É IGUAL A 4: pesquisa, arquivos e autenticidade, uma contribuição à luta por Direito e Reparação	67
<i>Beatriz Kushnir</i>	
III. ARQUIVOS PÚBLICOS: importância para a formação acadêmica e pesquisa Histórica	95
<i>Paulo Afonso Zarth</i>	

IV. EU, OS ARQUIVOS, AS FONTES E
A HISTÓRIA AGRÁRIA:

revisitando escritos e significando uma caminhada 127

Marcio Antônio Both da Silva

SOBRE A AUTORA E OS AUTORES

177

INTRODUÇÃO

A história deste livro começa no ano de 2024, quando, entre julho e dezembro, a Poeira WebRádio¹ transmitiu, às quartas-feiras à noite, um programa que tinha como objetivo convidar historiadores e historiadoras para contarem um pouco das suas histórias e trajetórias. O programa tinha o mesmo nome que hoje dá título ao livro e contou com a participação de Márcia Motta, José Henrique Rollo Gonçalves, Ronaldo Vainfas, José Miguel Arias Neto, Beatriz Kushnir e Méri Frotscher. Investigadores com trajetórias diversas, que ao longo de sua formação trabalharam com diferentes assuntos e que, em comum, têm o fato de

¹ A Poeira WebRádio é uma rádio online e colaborativa. Seu nome é inspirado no “Boletim Poeira”, informativo que circulou no Oeste do estado do Paraná entre as décadas de 1970 e 1980, sendo o principal veículo de comunicação dos trabalhadores rurais da região. Para mais informações sobre a história da rádio e sua programação, acesse: www.poeira.net.

considerarem o trabalho de arquivo e o trabalho feito pelos arquivos algo fundamental para a produção do conhecimento histórico e para cuidar de outras questões sociais, culturais, políticas e econômicas, as quais serão amplamente debatidas ao longo dos capítulos que compõem o livro.

Contudo, como é sabido, a vida acadêmica é permeada por imprevistos, demandas urgentes e intensa carga de trabalho. Em virtude disso, alguns dos participantes do programa de rádio “Conversas de Arquivo”, devido às suas inúmeras atribuições, não dispuseram de tempo e condições para elaborar em formato de texto os temas e assuntos debatidos em suas entrevistas. Assim, dos seis participantes, dois compõem esta coletânea: Ronaldo Vainfas e Beatriz Kushnir. Eu, responsável pela realização, transmissão pela Poeira WebRádio e divulgação das entrevistas em outros canais, como o Spotify, onde os leitores poderão ouvir na íntegra cada conversa gravada no momento de sua execução,² também contribuo com um capítulo.

Esta coletânea conta também com a participação especial do professor Paulo Zarth, a quem agradeço a colaboração. Agradeço, igualmente, ao professor Ronaldo Vainfas e à professora Beatriz Kushnir pela disponibilidade em participar da entrevista e escrever os capítulos aqui publicados. É importante destacar que estamos diante de uma obra complexa em termos do conteúdo que aborda, pois, cada autor, mesmo partindo de perspectivas distintas, converge para um objetivo comum: enfatizar a relevância dos arquivos e das fontes para o processo de escrita da história,

² Conferir em: <https://open.spotify.com/show/3AwbEiYcC7dfTP8hSVqWqR?si=8e64267c5cec4237>.

para a formação do historiador e para a sociedade como um todo. Assim, a obra cumpre um de seus objetivos, que é adentrar a oficina da história e abordar os temas, problemas e questões inerentes a ela, buscando apresentar caminhos, estabelecer críticas e chamar a atenção da comunidade de historiadores para um tema de suma importância.

O livro convida seus leitores a uma imersão profunda e transformadora no universo da pesquisa histórica, uma jornada que revela o ofício do historiador em sua essência mais pura: um trabalho que é, simultaneamente, o de um detetive incansável, de um artesão meticuloso e de um intelectual profundamente engajado. Os capítulos que compõem este livro, escritos por pesquisadores com trajetórias e temas de investigação distintos, convergem para uma ideia central e poderosa, que por vezes se perde na abstração acadêmica: o conhecimento histórico não é uma narrativa abstrata, forjada a partir de verdades prontas ou de grandes teorias pré-existentes. É, ao contrário, uma construção meticulosa que se ergue a partir de um diálogo incessante, paciente e muitas vezes surpreendente com os arquivos e as fontes. Longe de ser um exercício solitário ou puramente teórico, a prática da História é aqui apresentada como um processo vivo, que exige um rigor incansável, um olhar crítico apurado e, acima de tudo, uma profunda conexão com a realidade humana, tanto a do passado quanto a do presente.

Neste percurso, o leitor é conduzido ao cerne da disciplina, onde as discussões metodológicas, muitas vezes relegadas ao ambiente estrito da academia, ganham um novo fôlego e uma relevância vital. O ponto de partida é

a própria base teórica do ofício, e é Ronaldo Vainfas quem nos guia a uma reavaliação do historicismo, um termo que, por muito tempo, foi estigmatizado e até mesmo ridicularizado. Em seu ensaio, *Historicismo: interpretação textual, pesquisa arquivística e realismo histórico*, o autor propõe uma reavaliação profunda do conceito, argumentando que, apesar de ter sido estigmatizado e atacado por diversas correntes historiográficas – especialmente pelo marxismo e pelo movimento dos Annales –, ele permanece vivo e essencial como método de pesquisa. Para Vainfas, a historiografia contemporânea, mesmo que renegue o termo historicismo, ainda se apoia nos seus princípios fundamentais, sobretudo na necessidade de uma rigorosa investigação documental para a reconstrução do passado.

Vainfas inicia o texto contextualizando o movimento dos *Annales* de Lucien Febvre e Marc Bloch, mostrando como a “Nova História” se construiu em combate a uma historiografia considerada tradicional e ligada ao historicismo. Essa vertente era estereotipada como puramente factual, focada em eventos políticos e militares (*histoire événementielle*) e na biografia de grandes heróis. O autor, no entanto, critica essa visão simplista, citando nomes como Jacob Burckhardt, Peter Gardiner e Johan Huizinga para demonstrar que o historicismo já era, no século XIX e início do XX, um método que permitia a abertura para novas abordagens temáticas e o diálogo com outras disciplinas, indo muito além de uma narrativa descritiva e superficial. A pretensão de Leopold von Ranke de “reconstituir o passado tal qual ele era” é reconhecida como uma utopia, mas uma utopia que se baseia em um princípio científico

fundamental: a necessidade de um lastro documental para a reconstrução do passado.

A “Nova História” francesa, influenciada pela sociologia, pela geografia e pela economia, promoveu uma revolução ao deslocar o foco do evento para a estrutura e do indivíduo para a massa. O conceito de *longue durée*, introduzido por Fernand Braudel, permitiu o estudo de processos históricos de longa duração, como as mudanças climáticas, os fluxos demográficos e as mentalidades, em contraposição aos acontecimentos políticos efêmeros. Nesse contexto, o historicismo, com sua ênfase na cronologia e na unicidade dos fatos, foi visto como um inimigo intelectual.

No entanto, Vainfas argumenta que essa caricatura, embora tenha sido politicamente eficaz para demarcar um novo campo, nunca correspondeu à totalidade da produção historiográfica historicista. Ele nos mostra que o historicismo, apesar das críticas, nunca morreu; ele apenas se tornou invisível, incorporado silenciosamente na prática de cada pesquisador sério. Na essência, a historiografia contemporânea, seja ela dedicada à análise de grandes estruturas sociais ou ao minucioso estudo de vidas individuais, ainda se apoia nos pilares historicistas: a busca exaustiva das fontes, a crítica aprofundada de sua proveniência e a interpretação contextual de documentos. Para o autor, a historiografia do século XIX e início do XX, frequentemente reduzida a um punhado de clichês, já era muito mais diversa e sofisticada do que o retrato simplista pintado pelos seus críticos.

O texto também aborda a “crise de paradigmas” do século XX, especialmente o confronto entre o que ele chama

de “paradigma iluminista” (associado a grandes sistemas explicativos como o marxismo, que buscava leis universais da História) e o “paradigma pós-moderno” (inspirado em Michel Foucault e em correntes como a História Cultural e a Micro-história, que se concentravam em discursos, identidades e particularidades). Nesse embate, o historicismo foi injustamente classificado como uma história “positivista” ou “empirista”, reduzida a uma mera descrição de fatos sem interpretação. Vainfas rejeita essa simplificação, defendendo que o historicismo, desde suas origens, sempre buscou uma abordagem científica baseada na crítica documental, mesmo que sua pretensão de “reconstituir o passado tal qual ele era” seja algo inatingível. O autor sustenta que, longe de ter morrido, o historicismo avançou e se adaptou com a expansão dos campos de pesquisa. Ele aponta para a História Oral, a Arqueologia Histórica e a Iconologia, que, embora não se restrinjam a documentos escritos, compartilham o princípio historicista de que “a História se faz com documentos”. Para o autor, os métodos de heurística (busca e seleção de fontes) e hermenêutica (interpretação contextual) continuam sendo o alicerce de qualquer pesquisa séria.

A defesa do historicismo feita pelo autor culmina na ideia de “realismo histórico”. Ele contrapõe essa visão às correntes que, influenciadas pelo *linguistic turn* e pelo pensamento de Michel Foucault, afirmam que a história não existe como uma realidade concreta, mas apenas como um conjunto de discursos ou narrativas. Vainfas, por sua vez, defende a primazia do objeto real a ser investigado, sustentando que “a história é” e que cabe ao historiador, por meio

do diálogo com as fontes, reconstruir o passado de forma verossímil. O historicismo, nesse sentido, se mantém como a metodologia que permite alcançar a verdade histórica, ainda que essa verdade seja sempre parcial, datada e sujeita a novas interpretações.

O texto de Vainfas é, portanto, uma defesa relevante e bem fundamentada do historicismo como método. Ele desmistifica a visão pejorativa que o reduziu a um estigma e demonstra sua relevância contínua para o ofício do historiador. Ao defender o diálogo com as fontes, o autor resgata a pesquisa arquivística, documental e a crítica hermenêutica como práticas insubstituíveis, essenciais para qualquer tipo de história, seja ela micro ou macro. Ele conclui que o historicismo, mesmo que invisível em etiquetas acadêmicas, é o alicerce que permite à História se firmar como uma ciência do particular e como um conhecimento capaz de reconstruir, de forma inteligível, a realidade do passado.

A relação do historiador com o documento, no entanto, está longe de ser um processo mecânico de simples coleta de dados. Beatriz Kushnir, em seu texto *Quando 2 + 2 nunca é igual a 4: pesquisa, arquivos e autenticidade, uma contribuição à luta por Direito e Reparação*, mergulha em uma reflexão crucial sobre a confiabilidade e autenticidade dos documentos, tomando como exemplo para a reflexão os acervos da ditadura civil-militar brasileira. A tese central da autora é a de que os arquivos, embora essenciais para a pesquisa histórica e para a reparação de injustiças, não podem ser vistos como a verdade absoluta. Para Kushnir, a “verdade” de um documento de arquivo reside em

sua proveniência – ou seja, no fato de ele ter sido produzido por uma determinada instituição com um propósito específico –, e não necessariamente na veracidade de seu conteúdo.

A autora questiona a ideia de que a abertura dos arquivos da repressão, após décadas de sigilo, traria a “verdade” completa sobre o passado. Ela argumenta que o fascínio inicial por esses documentos, antes inacessíveis, pode levar a uma falsa crença em sua onipotência. Kushnir, alinhada a outros historiadores como Koselleck e Étienne François, defende que os arquivos são apenas mais uma fonte e precisam ser submetidos a uma crítica rigorosa, sempre cotejados com outros testemunhos e documentos. O conteúdo de um relatório de polícia, por exemplo, revela mais sobre a lógica e os preconceitos do órgão repressivo que o produziu do que sobre a vida do indivíduo “fichado”.

Para ilustrar essa distinção entre autenticidade e veracidade, Kushnir utiliza dois exemplos marcantes de documentos falsos. O primeiro é a ficha policial forjada de Dilma Rousseff, que chegou a ser publicada como autêntica pela grande imprensa. A autora demonstra como o documento, que era uma montagem digital, foi usado para fins políticos, evidenciando as falhas na custódia de informações e os riscos de manipulação. O segundo exemplo é o decreto secreto 165-B/71, supostamente criado pelo governo militar para justificar a censura prévia ao jornal *Opinião*. Mesmo que o decreto tenha sido uma farsa, a sua existência e circulação interna revelam a prática do regime em criar uma aparência de legalidade para suas ações arbitrárias, o que contraria a noção de uma ditadura caótica.

Para a pesquisa em História, o texto de Kushnir é de extrema importância. Ele reforça a necessidade de uma reflexão metodológica e ética constante, alertando os historiadores para que não reproduzam os preconceitos do Estado autoritário ao analisar as fontes. A autora ressalta, ainda, que a missão basilar dos arquivos públicos é a comprovação de direitos, e que a luta pelo acesso a esses documentos, através de leis como o *habeas data* e a *Lei de Acesso à Informação* (LAI), foi fundamental tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a reparação das vítimas da ditadura. Ao final, Kushnir nos lembra que os arquivos são “sintomas de uma falta” do passado, e cabe ao historiador, com humildade e rigor, preencher essa lacuna para construir uma compreensão mais profunda da história.

É essa imersão crítica nas fontes que permite que histórias invisíveis venham à tona e que a historiografia seja constantemente renovada. As experiências de Paulo Afonso Zarth, em *Arquivos Públicos: importância para a formação acadêmica e pesquisa histórica*, e a minha em *Eu, os arquivos, as fontes e a história agrária: revisitando escritos e significando uma trajetória*, são testemunhos práticos do poder transformador da pesquisa arquivística. Zarth discorre sobre a relevância dos arquivos locais e das fontes para a historiografia, em contraponto às fontes “sintéticas” e “globalizantes” que, embora mais acessíveis, podem não capturar plenamente a complexidade e a diversidade do passado. Baseando-se em sua própria experiência como pesquisador nos arquivos do Rio Grande do Sul, o autor demonstra como a imersão em documentos como inventários *post-mortem* e processos-crime permitiu desvendar

aspectos da história brasileira que eram invisíveis ou minimizados na historiografia tradicional.

Zarth relata sua jornada de pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), destacando o contraste entre a facilidade de acesso a relatórios de presidentes de província e relatos de viajantes e o esforço necessário para manusear a vastidão de documentos locais que tratam da vida vivida nas regiões interioranas do país. Ele argumenta que essa busca “em campo” era um passo fundamental para as novas concepções de pesquisa que criticavam a hegemonia da história das grandes lavouras de exportação. Ao mergulhar nos arquivos, Zarth conseguiu dar visibilidade a duas parcelas da população historicamente ignoradas: os camponeses nacionais (os “cabclos”) e a população escravizada nas estâncias pastoris. Ele questiona a amplamente generalizada ideia de que o Rio Grande do Sul seria um estado com pouca escravidão, revelando, através de inventários, a presença constante de pessoas escravizadas nas fazendas de gado.

Da mesma forma, os documentos judiciais e as correspondências das câmaras municipais permitiram ao autor mostrar a existência de uma agricultura de subsistência e de um extrativismo de erva-mate praticado por camponeses nacionais, desfazendo a visão de que a pequena produção agrícola era exclusividade dos imigrantes europeus. Um ponto crucial abordado no texto é a dinâmica de uso da terra. Zarth revela que o extrativismo da erva-mate era praticado em “terras de uso comum”, regulamentadas pelas câmaras municipais com base em costumes locais.

Essa prática, no entanto, entrou em conflito com a Lei de Terras de 1850, que favorecia a privatização e a expropriação, gerando processos judiciais onde a tradição e o direito consuetudinário dos camponeses colidiam com a legislação imperial. Em suma, o capítulo de Paulo Afonso Zarth é um testemunho sobre a importância da pesquisa arquivística para a formação do historiador e para a produção de um conhecimento histórico mais aprofundado e menos generalizante. Ele demonstra que o acesso e a análise minuciosa de fontes locais são ferramentas importantes para desvelar as complexidades das relações sociais, econômicas e culturais, possibilitando meio para conhecer aos grupos invisibilizados e corrigindo distorções historiográficas.

Além da dimensão técnica e metodológica, os autores convidam-nos a considerar o arquivo como um espaço de vida e formação, um local de encontro e troca. No capítulo que desenvolvo, em particular, enfatizo que o arquivo é muito mais do que um mero depósito de documentos. Busco narrar minha trajetória pessoal e acadêmica, entrelaçando a formação como historiador com minha experiência de vida e o contato com arquivos e fontes históricas. O texto pretende ser uma reflexão sobre a construção do conhecimento, a importância da profissão do historiador e o papel central dos arquivos públicos na pesquisa. Desse modo, início o relato abordando minha infância no interior do Rio Grande do Sul, onde o convívio com as diferenças étnicas entre a família de minha mãe (descendente de alemães) e a de meu pai (brasileiro) despertou o interesse pelas complexidades sociais. Essa vivência pessoal impulsionou-me a estudar a história agrária e as interações entre

diferentes grupos sociais – imigrantes, caboclos, negros e indígenas – no sul do Brasil.

Busco apresentar a pesquisa acadêmica como um contínuo processo de descobertas e aprofundamento. Partindo de uma iniciação científica sobre a modernização da agricultura desenvolvida no final da década de 1990, fui levado a questionar as fontes generalizantes e a buscar nos arquivos vozes diversas daquelas que eram preponderantes e que, na época, vinham sendo objeto de maior atenção por parte da historiografia local e nacional. Minhas pesquisas de mestrado e doutorado, baseadas em processos-crime e outras fontes, revelaram a presença de uma importante agricultura de subsistência praticada por caboclos, indígenas e negros que viviam na chamada região de matas do Rio Grande do Sul, desmentindo a leitura preponderante de que a pequena produção era exclusiva dos imigrantes e seus descendentes, os “pioneiros”.

Um ponto central do texto é a vida no arquivo. Considero o arquivo um espaço de formação, troca de saberes e sociabilidade. Nesse sentido, procuro descrever a diversidade de pessoas que, pelos mais diferentes motivos, frequentam os arquivos, bem como as relações humanas que se constroem nesse ambiente. Portanto, quero evidenciar que as descobertas não se limitam às fontes, mas incluem as amizades, os aprendizados e as discussões com outros frequentadores e os trabalhadores dos arquivos. Dessa maneira, entendo que a experiência de arquivo e tudo o que ela envolve no cotidiano da pesquisa foi tão fundamental em minha formação quanto a leitura de documentos, solidificando minha identidade como historiador.

Minha trajetória profissional também proporcionou contato direto com alguns movimentos sociais, especialmente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa experiência proporcionou condições para aprofundar minhas reflexões sobre a relevância do estudo histórico para as lutas contemporâneas. Ademais, a consolidar a compreensão de que a história agrária, ao revelar a violência e a exploração que historicamente sustentam o latifúndio – atualmente disfarçado sob o eufemismo de “agronegócio” –, fornece as ferramentas necessárias para a crítica social. Para a compreensão de problemas contemporâneos, tais como o desmatamento, o trabalho análogo à escravidão, a concentração fundiária e as desigualdades sociais, tanto no campo quanto na cidade.

Diante disso, outro objetivo do capítulo é realizar a devida valorização dos arquivos públicos e de seus profissionais, pois são eles os responsáveis por preservar a memória coletiva e as lutas históricas. A história, em minha perspectiva, é inseparável das fontes e dos arquivos, e a pesquisa é um trabalho contínuo de humildade e aprimoramento, que desafia a noção de verdades absolutas. Minha trajetória, marcada por dificuldades superadas com o auxílio de amigos e professores, pretende demonstrar que a pesquisa, a docência, a formação pessoal e a ética são caminhos interligados e essenciais para a construção de um conhecimento mais plural e socialmente engajado.

Em síntese, este livro celebra o ofício do historiador em sua totalidade: um trabalho que exige o rigor metodológico para desvendar os segredos das fontes, a humildade e a sagacidade para reconhecer a complexidade que

envolve a escrita da história, a perseverança para dar conta dos desafios, e o engajamento para conectar o passado com as urgências do presente. É um testemunho de que o conhecimento histórico, forjado nos arquivos e nas relações humanas, é vital para compreensão do mundo e da sociedade. Ele nos lembra que o trabalho do historiador é uma jornada contínua, uma busca incansável por ressignificar e dar sentido às memórias que moldam nossa identidade coletiva, reconstruindo o passado para que possamos compreendê-lo. Por fim, também deixo registrado um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, sem seu apoio e financiamento este livro não existiria.

Maringá, primavera de 2025.

Marcio Antônio Both da Silva

Historicismo:

interpretação textual, pesquisa arquivística
e realismo histórico

RONALDO VAINFAS

A história narrada diz o quem da ação.

Hannah Arendt

Um ponto de partida: o movimento dos Annales

Combates pela História, título de um grande livro de Lucien Febvre (1878-1956), publicado em 1953, pode muito bem servir de mote inicial para o texto deste ciclo de debates “Conversas de arquivo”. Antes de tudo porque, reunindo ensaios, resenhas e conferências no largo período entre 1908 e 1952, o autor resume sua cruzada em favor da história, não como ciência abstrata, senão como um como um “estudo cientificamente conduzido” do passado.

No “Exame de consciência de uma história e de um historiador”, texto inaugural dos *Combates*, escrito por

volta dos anos 1930, Febvre oferece, por assim dizer, um “manifesto” da *Nouvelle Histoire*. Combates pelo quê? Por uma História Social, ao contrário de uma História eminentemente política, diplomática e militar. Combates por uma História interdisciplinar, que mantivesse amplo diálogo com a Sociologia, a Geografia, a Psicologia, a Etnologia, a Economia e - por que não? - à Física, à Biologia, à Matemática - rompendo o isolamento que predominava entre os historiadores de ofício. Era o que propunha, já em 1903, François Simiand, sociólogo e economista francês, em *Méthode historique appliquée aux sciences sociales*.

Continuo com os *Combates* de Febvre: por uma História Total ou História Social, articuladora de processos e fatos da História. Uma História focada nas massas, nos modos de viver, crenças e atitudes coletivas, e não em personagens célebres, daqueles que figuram no panteão dos heróis ou no paredão dos vilões. Neste ponto, Lucien Febvre, diferentemente de Marc Bloch fazia, sarcasticamente, uma crítica ao *Materialismo Histórico*. No texto seguinte dos *Combates*, inspira-se em Jules Michelet (1798-1874) para condenar o que chamou de “metafísica simplista do pedreiro”: primeiro bloco de tijolos, segundo bloco, terceiro... Condena “a hierarquia, a classificação hierárquica entre as diversas atividades do homem” e, ainda, uma genealogia do tipo “isto deriva daquilo, isto engendra aquilo”. Uma ponte com o livro de Henri Sée *Matérialisme Historique et Interprétation économique de l'Histoire*, de 1927, no qual defendeu a criação de um campo específico de pesquisa em História Econômica, desde que afastada do marxismo, por ele definido, não como teoria, mas como

doutrina ou dogma justificativo da luta de classes. Bloch e Febvre valorizavam muito a história econômica e social e, de fato (sobretudo Bloch), flertaram com a filosofia histórica do marxismo – desde que despolitizada e sem determinismos metafísicos.

Resumi, brevemente, a motivação e a proposta dos *Combates*, acrescidas de observações laterais sobre a nova problematização do conhecimento histórico que os *Annales* tomou para si. Mas vinha de antes. Aparece em textos de economistas como Simiand (1873-1935) e de sociólogos como Émile Durkheim (1858-1917) - expoente da Sociologia, pelo lado francês, assim como Max Weber (1864-1920) o foi pelo lado alemão.

Mas volto aos *Combates*: contra o quê? Não contra o marxismo, explicitamente, bastando lembrar o nome da revista criada em 1929, *Annales d'histoire économique et sociale*. Revista que, mesmo antes da guerra, decidiu, em 1939, encurtar o título para *Annales d'Histoire Sociale*, em 1939, elidindo o termo “économique”. Decisão política? Motivada pela experiência conturbada do *Front populaire* (1936-1938) - que chegou ao poder com Leon Blum, em 1936? É possível, senão provável. O governo da Frente Popular, ao assumir políticas francamente favoráveis às classes trabalhadoras, exasperou a direita na França, e provocou a desconfiança da classe média, doravante *en garde*. Tudo agravado pela repercussão da Guerra Civil Espanhola, as Brigadas Internacionais, a consolidação do Fascismo na Itália e a ascensão do Nazismo na Alemanha. Tempo de polarização crescente.

É neste contexto que os historiadores franceses da (por eles chamada) *Nouvelle Histoire* começaram a se afastar do *Materialismo Histórico*, rompendo o namoro discreto das primeiras décadas do XX. Politicamente preconizaram, no mínimo, o *attentisme* que prevaleceria na sociedade francesa durante o período de ocupação alemã. O próprio Marc Bloch, sempre à esquerda (como historiador) de Lucien Febvre, condenou com veemência a experiência do *Front Populaire*. Basta ler *A Estranha derrota*, escrito na clandestinidade, em 1940 (publicado postumamente em 1946), no qual inseriu o governo do socialista Léon Blum, por ele considerado desastroso, como uma das causas da *déblâcle* francesa em 1940. Em todo caso, a revista *Annales* se vergou ainda mais à ocupação alemã, cedendo às pressões (dos nazistas e colaboracionistas), em 1942, quando rebatizaram outra vez o periódico: *Mélange d'Histoire sociale*.

O atalho demasiado longo que abri com as reflexões acima, pelo que me desculpo, visaram a situar as metamorfoses dos *Annales* no contexto tormentoso dos anos 1930 e 1940 - uma tentativa de inserir, em cenário mais amplo, extra-acadêmico, o diálogo sub-reptício, e a posterior erosão das afinidades entre o *Materialismo Histórico* e a *História Social* de Febvre e Bloch. É tópico a meu ver importante, mas não é o central deste artigo.

O historicismo em xeque

O foco central tem a ver com uma frase clássica de Charles Langlois e Charles Seignobos: “pas de documents,

pas d'histoire". Trata-se de um enunciado contido no livro *Introduction a les Études Historiques*, publicado em 1897, transformado em cânone da historiografia a partir do século XIX. A matriz da ideia partiu da historiografia alemã, reconhecida como fundadora do *Historicismo* nas primeiras décadas do século XIX, embora os historiadores alemães não utilizassem a palavra para definir sua então "nova história" (em alemão: *Historismus*, mas deixarei de lado a polêmica vocabular). Seu expoente foi Leopold von Ranke, autor de várias obras sobre a história germânica, história dos papas na Época Moderna, além de textos sobre a metodologia da história. Era tempo em que alguns filósofos dedicados a escrever sobre a História ansiavam por incluí-la no campo científico, ombreando com as disciplinas humanísticas emergentes. Pois bem, a obra de Langlois e Seignobos dá exemplo da irradiação do *Historicismo* na Europa, também chamada de *Escola Metódica*. A frase de Langlois e Seignobos tornou-se um guia seguro para que a História se afirmasse como uma das Ciências Humanas, ombreando com a Sociologia e a Etnologia, mãe da Antropologia. No caso da História, este caminho apontava, antes de tudo, para a localização de acervos documentais – então dispersos em bibliotecas, arquivos públicos e coleções privadas. E, ato contínuo, conforme a delimitação do tema e do objeto de pesquisa, proceder à crítica externa e interna das fontes pertinentes/disponíveis, com o fito de **reconstituir** episódios ou épocas passadas.

A produção bibliográfica historicista, na maioria dos casos, indica a sua pretensão, que hoje sabemos ilusória, de restaurar o passado tal qual ele era, por meio da aná-

lise e interpretação criteriosa dos documentos de época. Os métodos: a *heurística* - aqui entendida como o processo de descoberta, coleta e seleção de fontes e a *hermenêutica*, equivalente à interpretação contextual e textual das fontes. Nisto residia, em resumo, o suporte científico da História como conhecimento e como narrativa da verdade histórica, em oposição a obras ancoradas na imaginação e na ficção, incluindo os romances históricos. Ou mesmo às obras que ainda pensavam a História como “Mestra da vida” (*historia magistra vita*), mais preocupada em iluminar o presente, para divisar o futuro, do que redescobrir o passado. É neste sentido que Langlois e Seignobos abrem sua obra com outra frase lapidar: “A história se faz com documentos”. E, naquela altura, documentos escritos, manuscritos ou impressos, de preferência oficiais.

A rivalizar com esta historiografia então emergente, pontificavam as “filosofias da história”, obras de caráter genérico, abstrato, dedicadas à formulação de leis gerais para explicar a evolução da Humanidade desde a hominização. Obras dedicadas a teorias da história e não a estudos históricos. Bom exemplo: a filosofia histórica de Georg Hegel (1770-1831), talvez o principal filósofo alemão da época, inspiração de um sem-número de historiadores, entre os quais o próprio Ranke, que dele foi discípulo e colega. Mas este se distinguiu por abrir novos caminhos, pondo em xeque o postulado hegeliano de que a *Ideia* (Espírito) era o motor da história, para propor que somente a pesquisa de fontes primárias de cada época poderia revelar as continuidades e mudanças das sociedades no tempo e no espaço. Um comentador da obra de Von Ranke nela viu

“a mais radical formulação do historicismo”, sobretudo ao sustentar que “do particular se chega ao geral, mas do geral não se chega ao particular”. Ataque frontal a qualquer tipo de teorismo.

A defesa dos métodos heurístico e hermenêutico do historicismo, bem como o postulado de que “a história se faz com documentos”, bem sei que haverá de desagradar a muitos colegas, estudantes e autores. Mas não é de hoje nem de ontem que o *Historicismo* foi posto em xeque, apesar de que, desde o século XIX, passou a moldar o ensino universitário na Europa e adotado como modelo pela historiografia, além de irrigar os compêndios didáticos de ensino médio. Em todo caso, no século em que florescia o *Historicismo* no Ocidente – e isto se irradiou mundo afora no século XX – outras correntes de pensamento emergiram no Oitocentos, cada qual com sua “filosofia da história”, tendo em comum, no máximo, o uso ilustrativo de episódios documentados, exemplos supostamente comprobatórios de tal ou qual lei universal.

Foi o caso do *Positivismo*, cujo mentor, Auguste Comte (1798-1857), ofereceu uma teoria geral da história aplicável a toda a Humanidade. Em *Curso de Filosofia Positivista* (publicada entre 1830 e 1842), além da já bem conhecida defesa da experiência empírica e do conhecimento objetivo da realidade em nome da Ciência, propôs um modelo de evolução histórica periodizado em três estágios: 1) o estágio *teológico*, onde os povos explicavam a realidade natural e humana recorrendo a fenômenos sobrenaturais e divinos – o que classifica como o nível mais primitivo das sociedades; 2) o estágio *metafísico*, no qual a humanidade,

sem descartar os saberes religiosos ou míticos, busca modelos explicativos abstratos, conceituais e filosóficos para explicar os fenômenos naturais e sociais; 3) o estágio *positivo*, o mais avançado, no qual a humanidade passou a adotar as explicações científicas: a Ciência como paradigma do conhecimento em todas as áreas.

Ao longo do tempo, o positivismo foi celebrado e adotado por muitos intelectuais apegados às correntes evolucionistas do mundo ocidental (Organicismo, Darwinismo Social, Etnologia das “sociedades primitivas” e quetais. Mas foi também rejeitado e distorcido. Por vezes confundido com o *Empiricismo*, (ou herdeiro dele), gestado no século XVIII pelo escocês David Hume (1711-1776). Empiricismo cuja filosofia, exposta em *A Treatise of Human Nature* (1739-1740), sustentava que o conhecimento era derivado da experiência sensorial, não da razão. O pressuposto: a verdade estava no objeto, cabendo ao sujeito decifrá-la. Uma filosofia oposta ao Racionalismo do século XVII, protagonizado por René Descartes (1596-1650) que, em seu *Discurso sobre o Método* (1637), sustentava que o conhecimento residia no sujeito, de modo que o objeto só passava a existir quando pensado. Obviamente, não pretendo avançar em tais polêmicas filosóficas, nem teria competência para tal. O que esboço, aqui, é uma crítica da metodologia operativa do Historicismo em busca da verdade histórica, (prova factual, da evidência documental), formulada pelas teorias da história “de tipo galileano”, como diria Ginzburg, ancorados no conhecimento abstrato e dedutivo. Nada da corrente *historicista* tem a ver com o *Empiricismo* de Hume ou o *Racionalismo* cartesiano.

Foi o *Materialismo Histórico*, formulado e divulgado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), a segunda filosofia/teoria da história que combateu os historiadores de ofício debruçados nos arquivos. Combateu não, isto seria exagero. Ignorou, desconheceu, empurrando a historiografia da época para o terreno baldio das “filosofias ou ideologias burguesas”, entendidas como falseadoras da realidade concreta. O marxismo clássico, que pretendia ser a única teoria da História genuinamente científica, foi também a corrente que plantou a confusão entre positivismo e o historicismo, embora Marx e Engels desprezassem olímpicamente, repito, a produção historiográfica de seu tempo. Do positivismo, há quem afirme que o *Materialismo Histórico* herdou do *Positivismo* a busca de um modelo universal para a evolução da Humanidade (sendo, por isso mesmo, uma filosofia evolucionista), embora rejeitasse a celebração de Comte ao “estado positivo”, visto como apologia da sociedade burguesa. Na segunda metade do século XX, por caminhos obscuros (incluindo a ignorância e/ou desdém pelo historicismo), historiadores e professores passaram a designar o historicismo como “história positivista”, entendendo-a como uma história meramente descritiva e factual. Grave equívoco. Até onde sei, nunca houve uma historiografia, propriamente dita, inspirada na filosofia positivista. Alegar o apego do Historicismo à história factual, ao conhecimento objetivo e à evidência empírica é argumento insólito. O historicismo era, e ainda é, muito mais do que isto.

O *Materialismo Histórico* desdenhou o Historicismo sem conhecê-lo; tampouco os historiadores de ofício de-

ram bola para a teoria ancorada no determinismo econômico como lei histórica geral e na luta de classes como motor da mudança histórica. Do ponto de vista filosófico, na sua origem, o *Materialismo Histórico* se opôs ao *Idealismo* da Filosofia alemã, embora tenha adotado o conceito hegeliano de *dialética* para explicar as dinâmicas históricas. Mas logo ampliou sua crítica à Filosofia, de maneira geral – incluindo todas as correntes – alegando que pertenciam ao mundo das ideias que, por sua vez, eram fenômenos reflexos: compunham a *superestrutura* das sociedades, resultante quase passiva da infraestrutura, a saber, dos *modos de produção* dominantes em cada época. O mesmo ocorreu com a Política e os processos políticos; com a Religião e as religiosidades; com os costumes e mores das sociedades. Tudo relegado, no marxismo clássico, ao território das superficialidades, reflexo das dinâmicas socioeconômicas, desprovidas de autonomia histórica e conceitual.

O principal adversário do Historicismo partiu, porém, não de filósofos, mas de historiadores de ofício, por sinal formados – e bem formados – nos métodos do historicismo. Este foi um combate frontal. Refiro-me, obviamente, ao que Jacques Revel (1990) denomina de “movimento dos *Annales*” (de preferência ao habitual *Escola dos Annales*). Movimento que Peter Burke qualificou como uma autêntica “revolução francesa na historiografia” (1990) – expressão ambiciosa, mas até certo ponto pertinente. Já tratei disso no item anterior, realçando o menoscabo dos arautos da *Nouvelle Histoire* ao que chamavam de história *historicizante* ou *historizante*, supervalorizadora da dimensão *événementielle* dos processos históricos: dedicada

a sequenciar fatos de forma linear; conferir protagonismo a personagens ilustres, como reis, príncipes, militares, diplomatas; a contar a história a partir das informações *reveladas* pelas fontes, tratando-as como se fossem oráculos; isolada em relação às demais Ciências Humanas, confinando os historiadores numa espécie de confraria monasterial. Os proponentes da *Nouvelle Histoire* também repudiaram o historicismo por fazer uma história patriótica e nacionalista, em tempo de armamentismo e guerras mundiais.

O historicismo pintado por Febvre e Bloch em seus textos teórico-metodológicos distorce, em tom de libelo, a historiografia inspirada neste modelo, ignorando propostas inovadoras de um Jacob Burckhardt, autor do clássico *A cultura do Renascimento italiano* (1860), relacionando individualismo e arte com fatores socioeconômicos da época; de um Samuel Gardiner (1829-1902), inglês, primeiro a distinguir duas revoluções – a *Puritana* e a *Gloriosa* – e não uma, como dizem os marxistas – na crise britânica do século XVII; do francês Fustel de Coulanges (1864), autor de *A Cidade Antiga*, utilizando fontes literárias como Homero, tragédias gregas e tratados romanos para reconstruir as estruturas sociais, religiosas e políticas do mundo greco-romano; de Robert Tawney (1880-1962), natural da Índia britânica, autor do clássico *The Agrarian Problem in the Sixteenth Century* (1912), com algum diálogo com o marxismo; de Joahan Huizinga, holandês, autor de *O outono da Idade Média* (1919), autêntica história das mentalidades *avant la lettre*.

A lista seria infundável... De quê? De historiadores que, entre meados do XIX e primeiras décadas do XX, am-

pliaram o campo temático da pesquisa histórica, sem excluir quaisquer dimensões; propuseram novas abordagens em perspectiva interdisciplinar; longe estiveram de estudar apenas o passado do próprio país; buscaram dar inteligibilidade a dinâmicas variadas das sociedades; diversificaram o universo de fontes de pesquisa, incluindo a literatura e a iconografia (esta, então, menos usual). Fidelíssimos à documentação compulsada. Problematizando-a, dialogando com as fontes e não apenas as transcrevendo. Uma plêiade de autores de várias nacionalidades, dotados de erudição e criatividade na percepção de novos objetos e abordagens. Todos, ou quase, seguidores do método historicista de investigar, narrar e explicar a história. Escusado dizer que nenhum dos citados (e de uma constelação de não citados) se encaixaria no historicismo **estereotipado** pelos fundadores dos *Annales*. Não só por eles, mas também por pensadores alemães, a partir do período entreguerras, como Ernst Troeltsch (1865-1923), teólogo e filósofo, e outros. É possível associar as críticas deste tempo ao historicismo de origem germânica à *débâcle* da Europa no pós Grande Guerra provocada pelo império alemão.

No entanto, diversos autores se dedicaram, em textos teórico-filosóficos, a reconhecer no *Historicismo* o principal suporte para o conhecimento do passado. O pioneiro talvez tenha sido o italiano Benedetto Croce (1866-1952), que usou o conceito de *historicismo* no sentido aqui empregado, ou seja, o de uma história fiel aos documentos, não só como base da descrição como da interpretação do passado. Foi autor de *Teoria e storia della storiografia* (1917), sustentando a necessidade de contextualizar fac-

tualmente o estudo do passado, interpretando-o (*historicismo absoluto*, nas suas palavras), frontalmente contrário aos determinismos universalizantes. O prussiano Friedrich Meinecke (1862-1954) foi um dos expoentes da defesa do historicismo em seu livro clássico de 1936, *A formação do historicismo*, em parte motivado pela desqualificação que a *Nouvelle Histoire* da primeira fase movia contra os ditos *historizantes*, etiqueta pejorativa para designar a historiografia doravante considerada tradicional. Meinecke reconstrói o percurso da historiografia alemã, primeiro como derivada do Iluminismo, em busca de firmar-se como integrante das Ciências Humanas como disciplina científica e racional; depois para distinguir-se não só das “filosofias da história” de diferentes matizes (pouca ou nenhuma pesquisa arquivística), herdeiras do pensamento iluminista, bem como de outras disciplinas humanísticas e das Ciências da Natureza. O pressuposto: a História se debruça sobre episódios únicos e irrepetíveis do passado, que só podem ser compreendidos na sua especificidade. Como diria Ginzburg décadas depois: “História, ciência do particular”. Não tenho a pretensão de ser exaustivo, nem poderia, nesta discussão sobre a gênese do Historicismo e os debates mais antigos sobre/na historiografia alemã. Remeto o leitor a um artigo brilhante de Estevão Martins, publicado na *História Revista* (2002): “Historicismo: tese, legado, fragilidade”.

Posto em xeque nas primeiras décadas do século XX, embora sólido no *métier* historiográfico ocidental, o historicismo entrou em crise, quase colapsou, no campo acadêmico do pós-1945. Crise nos debates teórico-metodoló-

gicos, a bem dizer, porque na pesquisa história à vera sua metodologia de pesquisa arquivística se manteve firme, discretamente, sem que os pesquisadores se assumissem como historicistas. A própria *Nouvelle Histoire*, concebida por Bloch e Febvre, só alcançou posição hegemônica na França e alhures no caudal do pós-guerra, estimulada, fora da academia, pelo colapso do regime colaboracionista de Vichy, pela heroicização de Marc Bloch como mártir da Resistência à ocupação alemã, pela ascensão de Fernand Braudel, discípulo de Febvre. O primeiro acorde da sacralização de Bloch partiu de Lucien Febvre, antigo compa-nheiro dos tempos de Estrasburgo, infância dos *Annales*. Em texto-necrológico de 1944, publicado na ainda chamada de *Mélange d'Histoire Social*, Febvre escreveu:

Pensando em suas últimas cartas, em suas últimas conversas, nessa purificação contínua de seus pensamentos e sentimentos, quero dizer, digo, que ele morreu uma morte santa. Ele morreu. E ainda não consigo compreender plenamente tudo o que essas três pequenas palavras implicam. Pela Ciência, pela França, pelos *Annales* também, e por mim mesmo. Durante 25 anos, Bloch recorreu a mim sempre que uma dificuldade séria surgia diante de sua consciência como homem ou como estudioso. Da mesma forma, eu recorria a ele sempre que sentia a necessidade de me apoiar em um homem, no julgamento de um homem firme.¹

¹ Ver mais em: “Marc Bloch Fusillé”. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_1243-2571_1944_num_6_1_3122).

Santificação. Canonização. Monumentalização de Bloch como historiador, como patriota, como homem. Necrológio impactante, mas um tanto omissivo, ao tratar da parceria construída durante décadas, em especial do “conselho” para que o amigo abandonasse a direção que compartilhava dos *Annales*. Perigo para a revista? Sim: as leis antissemitas em vigor proibiam que judeus atuassem na imprensa ou qualquer veículo cultural. Perigo para Febvre? Claro, se insistisse em desafiar a legislação racista. Mas o fato é que Bloch se aborreceu com sua exclusão, apesar do “prêmio de consolação” de ver um ou dois artigos publicados na revista sob pseudônimo. Este imbróglio, por décadas abafado, rendeu polêmica, sobretudo a partir dos anos 1980, com a irrupção da *Révolution paxtonienne*, no campo historiográfico, que pôs abaixo o mito da Resistência Francesa, contextualizando-a nas devidas etapas e, sustentando, ao contrário, a colaboração da maioria, sem falar no endeusamento de Phillipe Pétain, chefe do regime de Vichy. Foi no processo de passar a limpo o comportamento dos franceses durante a ocupação que apareceu o artigo *no Le Monde* de Phillipe Burrin (1995): *Lucien Febvre inférieur à lui même*. Sem ponto de interrogação. O título já indica a que ponto chegou o debate².

Em outra frente, o *Historicismo* foi também bombardeado pelo marxismo. Autores franceses, sim, entre historiadores, filósofos, sociólogos e antropólogos como Pierre Vilar, Charles Parrain, Michel Vovelle, Louis Althusser, Étienne Balibar, Daniel Guérin, Maurice Godelier e ou-

² Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1995/02/28/lucien-febvre-inferieur-a-lui-meme_3842266_1819218.html

tros. Mas vale destacar os autores de língua inglesa, cujos principais livros tiveram ampla repercussão na segunda metade do XX, sem falar na *New Left Review*, principal revista inglesa de viés marxista na época. Na bibliografia, vários autores que foram traduzidos no Brasil: Christopher Hill (talvez o decano), Eric Hobsbawm (o campeão), Stuart Hall, Edward Thompson (este, com o tempo, optou por fazer uma história antropológica, história cultural). Todos, porém, integraram a corrente designada como “a história vista de baixo” (*History from below*), uma história das classes trabalhadoras, populares. O prestígio do marxismo na intelectualidade mundial – poder-se-ia dizer – foi inflado pelo desempenho decisivo da URSS na guerra contra a Alemanha nazista e, ato contínuo, pelos percalços da Guerra Fria. Entre os historiadores, muitos deles cuidadosos com a pesquisa de fontes arquivísticas. Outros, nem tanto ou quase nada: ensaios gerais, livros conceituais, panorâmicos, interpretativos com suporte exclusivamente bibliográfico. Fontes, quando utilizadas, funcionando como ilustração de teses apriorísticas. No campo do marxismo, uma convicção inabalável: a história só poder ser pesquisada e interpretada com base em métodos hipotético-dedutivos, do geral ao particular, nunca o contrário. Escusado repetir o pouco caso dos autores desta corrente dispensaram às fontes, melhor dizendo, ao diálogo intenso com as fontes arquivísticas na busca da verdade ou, quando menos, da verossimilhança.

O historicismo está morto?

Francisco Falcon publicou artigo instigante em 1997 (Revista Tempo-UFF): “Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual”. Inicia o texto citando o verbete de John Cannon, *Historicismo*, incluso no *The Blackwell dictionary of historians* (1988), para quem historicismo “é palavra confusa, qual deveria ser abandonada, já que obscurece mais do que ilumina” e conclui: “como um dragão, o historicismo foi morto repetidas vezes (...) Poucos historiadores, se é que há algum, admitem ser historicistas: este tornou-se unicamente um xingamento. Falcon admite, como todos, inclusive o que aqui escreve, o estigma definitivo que marcou a palavra no vocabulário dos historiadores. Para tanto, já o disse, se conjugaram a filosofia histórica marxista, o movimento dos *Annales* nos anos 1930-1970, e a explosão da História Cultural, emblema da “Nova História”, emergente nos anos 1980, herdeira da História das mentalidades francesa e da micro-história italiana. Neste último caso: novos recortes temáticos, redução da escala de observação, preocupação com trajetórias individuais de homens e mulheres das classes subalternas, preocupação com a narrativa factual derivada da pesquisa intensiva e exaustiva da documentação. Claro está que tais procedimentos nunca foram estranhos ao historicismo, o que não é o caso dos seguidores das ideias de Foucault que, no limite, negam a existência de uma história real.

De modo que a resposta à pergunta enunciada neste item é **não**. O historicismo não morreu. Avançou imensamente, enquanto metodologia de pesquisa, na medida

em que se ampliaram os campos de investigação e se diversificaram os tipos de fontes. Para dar alguns exemplos soltos, cito a Demografia Histórica, desde meado do século passado, calcada em fontes passíveis de tratamento estatístico; a Arqueologia histórica, não só mais focada em passado remotíssimo (dizia-se *pré-histórico*, por não oferecer fontes escritas), senão voltada para períodos mais recentes (Antiguidade, Medievo, Época Moderna, até mesmo Contemporânea); a Iconologia, surgida na antiga Escola de Warburg (1921), sobretudo a metodologia construída por Erwin Panovsky (1898-1968), que renovou a História da Arte e irrigou a História Cultural das últimas décadas do século XX; a História Oral, emergente nos anos 1960-70, que reconstrói a história a partir de memórias individuais de determinado grupo em certo período, com sua inovação metodológica de que as fontes são construídas pelos/as pesquisadores/as com base em entrevistas formuladas com método específico. Método distinto das entrevistas sociológicas do tipo *survey* ou das pesquisas de opinião: observantes da diacronia, focam nas memórias sobre experiências individuais vivenciadas no passado. É um campo de fontes muito original, construídas pelo sujeito-pesquisador, sobretudo em estudos voltados para períodos recentes (mas não só para eles). Neste caso, é o/a historiador/a quem produz o arquivo com a transcrição das entrevistas que ele/a próprio/a submete ao crivo de sua análise.

Demografia histórica, Arqueologia histórica, Iconologia histórica, História oral... O que elas têm em comum e o que têm a ver com o Historicismo? O postulado de que a História não pode ser pesquisada, narrada e explicada se-

não a partir das fontes. Afastam-se do Historicismo *clássico* porque não se restringem aos documentos escritos, mas aproximam-se dele na convicção de que “a História se faz com documentos”, abrindo novos caminhos e métodos específicos para outros tipos de fontes. Elas são, hoje, muito diversas, mas no processo de reconstrução do passado (ao invés de “reconstituição”), a **heurística** e a **hermenêutica** se mantêm essenciais.

Esta é uma questão que, entre nós, Sérgio Buarque de Holanda colocou em pauta, já em 1974, tempo de ditadura militar e, talvez por isso mesmo, tempo em que os cursos de Humanidades no país se ancoravam em ensaios interpretativos, com destaque para os de orientação marxista. Sérgio Buarque, historiador autodidata fortemente inspirado no historicismo alemão e na sociologia weberiana, publicou, na *Revista de História* (USP), o artigo “O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke”. Seu objetivo: pôr os “pingos nos is” sobre a gênese e a filosofia do Historicismismo, escola tão pouco compreendida e vilipendiada por autores de diversas correntes.

Como falar de filosofia em Ranke? Logo ele que, para muitos contemporâneos, segundo Sérgio Buarque, foi visto como “pai da ciência da história” e, por isso, avesso a filosofias, chegando-se a “associá-lo, curiosamente, ao positivismo”? (p. 440). Sim, afirma Sérgio, apesar de que Ranke, no intento de conferir um status científico à História, tenha se empenhado ao máximo para “emancipar a historiografia dos construtores de grandes sistemas filosóficos”, a começar pelo idealismo de Hegel, de quem foi discípulo. “Certamente não foi um historiador filosófico – afirma

Sérgio Buarque – mas defendia-se dos que o acusaram de indiferente ou mesmo hostil à Filosofia”. Certa vez escreveu o óbvio, ao dizer que seu interesse pela História veio da Filosofia. Mas, para a maioria dos historiadores alemães, Ranke tornou-se a antítese do empirismo não filosófico. A filosofia rankeana, de raízes hegelianas, era a de que a história devia despojar-se de todo juízo de valor moral, religioso, patriótico ou o que fosse. Uma filosofia da história que aspirava à “neutralidade ética”. Que o indivíduo historiador tivesse suas opiniões políticas e ideológicas, vá lá, impossível as ter. Mas elas jamais poderiam interferir no trabalho do indivíduo-historiador.

Esta obsessão de Ranke pela neutralidade é “atual ou inatual”? Eis um dilema resiliente no ofício do historiador. Lembro de Febvre, nos *Combates*, afirmando que “o historiador é um homem do seu tempo” (numa época em que praticamente não havia mulheres historiadoras, vale dizer). Assim, o historiador, segundo Febvre, seria incapaz de despojar-se totalmente de suas paixões e subjetividades, ao formular indagações às fontes do passado. Disto decorre que o historiador está sempre ameaçado de formular problemas anacrônicos. Seu dever seria o de controlar este embate entre temporalidades, a dele próprio e a de seu objeto de pesquisa. Para Febvre, o ofício de historiador era do de compreender o passado, conhecedor dos valores da época estudada. Narrá-lo, explicá-lo? Sim, sempre. Julgá-lo? Jamais. Eis que ressurge, nas entrelinhas desse “combate”, a utopia da imparcialidade na narrativa historiográfica.

Bloch pôs em causa este tópico, em *Apologia* (1946), ao afirmar que o historiador não podia ser “alheio às pai-

xões” de sua época; a compreensão não poderia implicar “uma atitude de passividade” em face do passado. Mas a grande contribuição de *Apologia*, a meu ver, aparece no capítulo “Crítica”, formidável roteiro de como lidar com as fontes históricas à moda historicista, base metodológica de sua formação como medievalista. Bloch aborda a matéria comparando o historiador com o juiz. Descartando obviamente a validade do *juízo de valor* (moral, político, religioso) como fundamento da interpretação histórica, admite, porém, a inevitabilidade de uma “consciência judiciosa” no historiador, seja para a seleção criteriosa das fontes, da separação entre os fatos verdadeiros dos falsos, seja para interpretá-los. Os historiadores, atuando como juizes, o fariam como “juizes de instrução” na investigação do passado, pois, a exemplo dos juizes de ofício, em primeira instância, recolhem testemunhos e apuram fatos para reconstruir a realidade. Mas, à diferença do juiz, na altura em que apurou a verdade dos fatos (quando menos, a verossimilhança) e compôs sua narrativa, sua tarefa está terminada. O juiz de ofício vai além: emite uma sentença, o que o historiador deve evitar a todo custo. As diferenças entre Ranke e os fundadores dos *Annales*, me parecem, assim, menos radicais do que por muito tempo se supôs. E, na historiografia profissional – hoje tão avançada nos centros universitários ou na obra de autores familiarizados com o *savoir faire* da pesquisa – a dimensão événementielle da história tem valor substantivo, embora não alcance (nem queira alcançar) as estruturas da longa duração, como diria Braudel. No entanto, mesmo na reconstrução da dinâmica histórica menos visível a olho nu, é necessário, a meu

ver, adotar a meticulosidade apurada – historicista – para demonstrar factualmente a interpretação teórica, generalizante, que se pretende sustentar.

De sorte que a imparcialidade recomendada por Ranke, combinada à “consciência judiciosa” admitida por Bloch na apuração dos fatos, é de uma atualidade evidente na historiografia profissional. Inatual, voltando ao texto de Sérgio Buarque, seria a convicção de Ranke de que, por meio do trabalho metódico no tratamento das fontes pertinentes, poder-se-ia reconstituir o passado tal como ele realmente era. Neste ponto, se trata de uma utopia ingênua, como já disse no início, não apenas porque o/a pesquisador/a, por mais que busque mergulhar nos valores e na linguagem do passado, leva consigo o tempo presente. E, mais do que isso, só conhece o passado através das fontes disponíveis: as que puderam ser conservadas em arquivos, livrando-se da corrupção causada pelo tempo ou pelo segredo interessado/interesseiro; apurando se as fontes são autênticas – embora as falsificações também possam contribuir para desvendar a história-problema formulada *a priori*. De modo que o mantra da perfeita **reconstituição** do passado não passa de ilusão. Trata-se, antes, de **reconstrução** do passado. O/a historiador/a, aventurando-se a atravessar temporalidades, enfrentando todo o tipo de dificuldades, inclusive as lacunas documentais (dentre outras) deve *ter* a humildade de reconhecer que o seu trabalho será sempre uma reconstrução do passado que seja inteligível no tempo presente. Reconstrução datada. Reconstrução para compreender do passado, não para entender o presente, muito menos pra prever o futuro.

Também atual é a busca sôfrega pela **verdade histórica**, algo tremendamente desqualificado pelos autores encantados pelo *narrativismo* dos anos 1960-80 – não de todo superado, aliás – que questionou a capacidade da historiografia alcançar a realidade do passado, pois tudo não passaria de narrativa – palavra hoje usada *ad nauseam* – de versões distintas, não raro opostas, de um mesmo episódio. A própria história, antes de ser um tipo de conhecimento científico ou, como afirmou Febvre, “cientificamente conduzido”, não seria mais do que um tipo de narrativa, assim como a literária, a jornalística, a política, e por aí vai. A matriz desta vertente, se assim se pode chamá-la – reside na obra de Michel Foucault, filósofo revolucionário ao abrir campos até então desconhecidos ou escondidos da pesquisa histórica (a loucura, a sexualidade, o hermafroditismo, o homoerotismo, o sistema prisional, os micropoderes...), porém convencido de que a história real não existe. O que existe, como objeto da história, seriam as formações discursivas – suas continuidades, suas mudanças no tempo, suas tópicas. Um exemplo perfeito: *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1973). Neste livro, Foucault dissecou e coteja quatro versões do crime: a policial, a médica, a jurídica e a do assassino, em escrito da própria lavra, no qual explica suas motivações. O crime, em si, parece que não existiu, senão nos discursos que sobre ele foram produzidos. Esta “filosofia da história”, tão instigante quanto cética, fez escola. A meta-história, de Hayden White, expoente do *narrativismo*. Roger Chartier, para quem a realidade histórica só existe em suas representações (em si mesma, seria inal-

cançável). O *narrativismo* reduziu a cinzas o conceito de verdade histórica.

Uma reviravolta total a ponto de, mesmo antes do *linguistic turn*, historiadores e professores negarem a existência de uma verdade histórica, sob alegação de que a diversidade teórica da disciplina abria as explicações para um sem-número de interpretações. Neste movimento, a busca de uma verdade histórica se tornou algo irrelevante, ora porque cativa de uma *histoire événementielle*, ora inalcançável pelas lacunas e tendenciosidades. No fundo passou a prevalecer a ideia de que não existia uma história real, no campo do objeto; ou se ela existia, só seria decifrável em dinâmicas encobertas pela dimensão factual. As fontes arquivísticas, nesta perspectiva, foram subestimadas.

Chamei de reviravolta porque, desde o século XVIII, pensadores do Iluminismo sustentaram a necessidade de buscar-se um meio de alcançar a verdade histórica na dinâmica dos episódios, contestando a mescla de fatos reais com lendas, bem como a “sacralização” de fatos ou personagens singulares elevados à categoria de monumentos. Não se tratava da busca de uma interpretação verdadeira – como bem sabem os historiadores de ofício – senão de **estabelecer a veracidade dos fatos no tempo e no espaço**.

Vários pensadores ilustrados do Setecentos exprimiram esta inquietação, preconizando a “escola historicista” do século XIX. Verdade histórica: meta a ser alcançada no campo dos episódios, para além das crenças religiosas ou políticas, bem como das paixões e interesses individuais. Paradoxalmente, por tratar-se de um religioso, talvez tenha sido o jesuíta Henti Griffet o pioneiro a formular este

caminho, com todas as letras (e Luzes) no seu *Traité des différents sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire* (1769). Griffet comparou ao historiador ao juiz, na medida em que ambos rastreiam, cuidadosamente, provas e testemunhos confiáveis para a elucidação de um caso judicial ou de um enredo histórico particular. Eis-nos diante da questão colocada por Bloch e Febvre que, apesar de sustentarem uma história problematizada, não só descritiva, exprimiram a necessidade de o historiador evitar as sentenças em favor da compreensão e da explicação de fenômenos históricos, sejam episódios singulares ou processos mais abrangentes. Estou de pleno acordo com isto, incluindo a dificuldade de o/a historiador/a despojar-se do presente para deslocar-se totalmente para a alteridade no tempo. Mas divirjo, como disse e demonstrei antes, da rotulação do historicismo como uma corrente historiográfica meramente descritiva de fatos singulares e monumentais. Se não demonstrei, ao menos tentei exemplificar, com evidências robustas, o juízo desqualificador (e generalizado) que a *Nouvelle Histoire* lançou sobre o historicismo.

Historicismo & Narrativa

A simples palavra *historicismo* ficou tão amaldiçoada no século XX que sumiu do vocabulário dos/as historiadores/as ou maquiou-se com substitutivos semânticos, sobretudo entre seus críticos e, neste caso, nem sempre fundamentados. No meado do século passado foi, comum, como disse, caracterizá-lo como história *positivista* ou *empirista*,

subentendendo o historicismo como uma corrente dotada de alguma filosofia da história celebratória da objetividade do conhecimento e descritiva de grandes eventos ou personagens. A partir dos anos 1960, sobretudo nas décadas de 1980-1990, novos vocábulos ou conceitos foram criados para designá-lo

Em artigo clássico de 1979, o britânico Lawrence Stone publicou, na *Past & Present*, um texto célebre: “O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. Focando em ponto sensível sobre a escrita e o objeto da história, ao mesmo tempo, Stone sublinhou a crescente “desilusão – desde a década de 1960 – com o modelo determinista econômico de explicação histórica”, caracterizado como um tipo de *história estrutural*, que inclui não apenas a economia, mas também a demografia. Daí postular o ressurgimento de uma *história narrativa*, não só pela escrita doravante adotada pela maioria dos/as historiadores/as, mas também pelo deslocamento dos interesses centrais para o campo cultural. Atribui tal deslocamento à influência da *Antropologia culturalista*, sobretudo a de Clifford Geertz, com seu conceito de “descrição densa”: uma descrição exhaustiva do que as fontes apresentam, porém sutilmente problematizadora e explicativa dos fenômenos estudados (sentimentos, símbolos, ritos, crenças). Stone parece celebrar o que chama de *volta* do indeterminismo na interpretação da história, em contraste com a explicação monocausal dos marxistas e a multicausal pelos historiadores oriundos dos *Annales*. Mas no mesmo artigo, Stone adverte contra os excessos da história narrativa, em especial a “dos jovens empiristas britânicos (fins dos anos

1979): eles escrevem narrativas políticas pormenorizadas, que, implicitamente, negam que exista qualquer sentido profundo na história, além das excentricidades fortuitas do destino e da personalidade”.

O artigo de Stone dá muito o que pensar. Não explicita, porém, o antimarxismo presente em sua obra sobre as Revoluções inglesas, embora admita/celebre o colapso do determinismo econômico/demográfico na história. O artigo também embaralha diversas questões que são distintas, embora ligadas: a crítica à “história narrativa”, pelo excesso de minudências descritas; a associação, um tanto vaga, entre aquela e o historicismo clássico, por vezes chamado de tradicional; a confusão entre a “volta da narrativa” e os novos objetos da chamada “Nova História”, sobretudo os temas das *mentalités*; a demolição da cliometria norte-americana, por construir estatísticas para demonstrar o óbvio; a queixa de que, o declínio da história estrutural, quaisquer delas, não foi seguido por “nenhum modelo determinista completo, baseado na política, na psicologia ou na cultura”. Afinal, de que “determinismo completo” se trataria? O texto aciona uma autêntica metralhadora giratória sobre todas as correntes do pensamento histórico: no fundo, embora elogie efusivamente os historiadores franceses dos anos 1970, o que põe em xeque é principalmente a então chamada *Nova História* e, na altura em que escreveu o artigo, a “história das mentalidades” e a eleição de temas/objetos de investigação minúsculos. Uma discussão datada.

O que me importa realçar aqui é o entendimento, diria tosco, de Lawrence Stone sobre o que seria a historicismo. Designa-o como “a primeira história científica”, formulada

por Ranke no século XIX, e baseada no estudo de novas fontes, acreditando que “a detalhada crítica textual de registros até então intocados, enterrados em arquivos oficiais, estabelecera definitivamente os fatos da história política”. Mais adiante, parece definir os autores do século XIX e inícios do XX, como “velhos historiadores narrativos, basicamente biógrafos e historiadores políticos”. Um oceano de estereótipos e preconceitos. Em textos posteriores (e curtíssimos) de 1991-92, renova os ataques, um tanto agressivos e atordoados, contra a Linguística, a Antropologia e ao “Novo historicismo” decorrente da contaminação provocada pelas primeiras. Eis o que Stone pretende provar: a “Nova História” do seu tempo é um **retorno ao historicismo**, com o agravante de se deixar contaminar pela Antropologia e fragmentar ao máximo os objetos de investigação. O que une o ponto de partida ao ponto de chegada do historicismo? A opção pela descrição narrativa, argumento insuficiente, a começar pela evidência de que todo texto historiográfico contém, obrigatoriamente, algum tipo de narrativa.

Está-se surpreendentemente diante de ideia similar às do ultramarxista François Dosse, em *História em migalhas* (1987), ou do nosso Ciro Cardoso, no texto “Uma nova história?”, incluso em obra de título autoexplicativo: *Ensaio Racionalistas* (1988). Ambos sustentam a máxima rejeição à história das mentalidades ou à história cultural, sobretudo aos novos objetos e abordagens, mesclando o argumento teórico de que nelas se fragmentaram as totalidades históricas com o argumento político de que a elas resultam/mantêm relações com o neoliberalismo avesso à luta de classes.

O igualmente ultramarxista Eric Hobsbawm, autor pouco dado a pesquisas arquivísticas, refutou o artigo de Stone, na mesma *Past & Present* (1980), não porque este sublinhou o deslocamento do campo de interesse historiográfico das bases estruturais para esferas imóveis, “antropologizadas”, da realidade (pouco histórica, já que desdenha as mudanças), senão porque minimiza a ruptura entre a história macro-estrutural e a microssocial. Para ele, nada haveria de novo entre as duas escalas de observação, senão complementaridade, no caso de o/a historiador/a fazer as conexões entre o particular e o global. Solução conciliatória de Hobsbawm, mas inconsistente, para dizer o mínimo, pois o que está em causa é o confronto entre história-narrativa *versus* história-problema. Um embate inócuo, a meu ver, que mascara o que realmente importa: 1) as tremendas **mudanças na problematização** dos objetos de pesquisa; 2) a **continuidade**, não o “ressurgimento” (da) ou “retorno” (à) narrativa.

Historicismo entre paradigmas rivais

Para além deste confronto em que o historicismo aparece definido, implícita ou explicitamente, como um modo descritivo de escrita da história (centrado no **quem, como, onde, quando**, sem mergulhar nos **por quês**), o que se pôs em debate foi a chamada “crise de paradigmas”. Verdadeira ou falsa questão? Difícil definir qual corrente levantou o problema, embora a França talvez tenha sido o berço do debate. Não haveria espaço nem interesse para aprofundá-

-lo, o qual só recupero ligeiramente porque tem a ver com o historicismo. É razoável presumir que a crítica da história como conhecimento científico se confunde com o *linguistic turn* que, como disse antes, sustentou que o discurso histórico era um entre outros, uma narrativa qualquer sobre o passado, uma versão com pretensões de reconstruir ou reconstitui-lo – aqui tanto faz o verbo. O que emergiu mesmo foi a ideia de que o objeto da história residia nas continuidades e descontinuidades das formações discursivas de cada época. Como realidade concreta no passado, ela não existiria por si mesma.

O arauto, por assim dizer, deste movimento foi sem dúvida o já citado Michel Foucault (1926-1984). Vale dizer que o que chamei de *narrativismo* linhas atrás não significa o mesmo que *história narrativa* que venho de comentar, embora haja algum parentesco entre as – como direi (?) – perspectivas. Mas o **narrativismo é uma filosofia da história** que busca desconstruí-la como conhecimento científico do passado, enquanto a *história narrativa* é concebida (praticada/criticada) como: 1) um tipo de delimitação do objeto de pesquisa sobre um passado real e 2) um estilo de escrita predominantemente descritivo. Objeto de escala microscópica ou macroscópica e inscrito na fronteira entre o individual e o coletivo, em especial no campo das crenças, ritos, sentimentos e vida cotidiana. Escrita romanceada, buscando emular uma narrativa literária em detrimento de uma escrita conceitual e abstrata. Não necessariamente os que criticam o suposto “retorno da narrativa” duvidam da história enquanto objeto real de investigação científica. Já os primeiros livros de Foucault –

duvidando da história como modo de conhecimento – só ganharam repercussão pelo meado ou final dos anos 1960 e – vale como curiosidade – seu primeiro editor foi Philippe Ariès (1914-1984), na tradicional *Plon*, historiador então marginalizado no mundo acadêmico francês que, passados muitos anos, foi reconhecido como um dos pioneiros, da história das mentalidades.

Foucault iniciou sua obra debruçando-se sobre a história da psiquê, melhor dizendo, dos discursos construídos sobre ela ao longo do tempo e as ferramentas médicas para investigá-las, vistas como instrumentos de poder. *História da loucura na época clássica* (entenda-se Época moderna) foi um de seus livros inaugurais (1961), seguido de *Nascimento da clínica* (1963). Foucault iniciou sua trajetória, portanto, com livros de história sobre temas inusitados entre os/as historiadores/as profissionais, pondo em prática seu ceticismo em relação à concretude do passado. Foi num segundo momento que suas concepções teórico-filosóficas vieram à tona, causando forte impacto no mundo intelectual: *As palavras e as coisas* (1966); *Arqueologia do saber* (1969); *A ordem do discurso* (1970). Tornou-se referência internacional no Ocidente, e voltou aos temas específicos, com *Vigiar e Punir* (1975), *Microfísica do Poder* e os quatro volumes de *História da sexualidade* (1976-2017). Muito se debateu, por décadas sobre se a obra foucaultina provocou a emergência das mentalidades (à francesa); da micro-história (a princípio italiana); e da Nova História Cultural (que inclui uma e outra, buscando diferenciar-se das tradicionais Histórias das Ideias e da Cultura, voltadas para o mundo letrado, erudito). Não vale a pena discutir

esta genealogia. Passadas muitas décadas, há um mínimo consenso de que tais ideias correram juntas, interagindo cada vez mais no mundo historiográfico, sem identificação teórica necessária. Muitos historiadores de ofício se assumiram foucaultianos (e seguiram seu modelo); outros foram foucaultianos apenas (e não é pouco) por se aventurarem em temas antes encobertos (medo, morte, amor, ódio, sexualidades, presídios, castigos...).

Ouso dizer que a rejeição figadal a esta “Nova história” que Peter Burke designou como “a terceira geração dos *Annales*” (pós-braudeliana) partiu do marxismo, a começar pelos franceses, bem como dos autores dedicados à história econômica ou a vários modelos de história estrutural (total, global, explicativa, conceitual...). Exemplo francês: François Dosse, enlutado pelo triunfo de uma “história em migalhas”. Entre nós, brasileiros, foi Ciro Cardoso, em 1997, quem melhor sistematizou a questão da crise dos paradigmas ou, nas suas palavras, dos “paradigmas rivais” na pesquisa e na escrita históricas. Quais seriam eles?

1. **O paradigma iluminista**, “ora ameaçado em sua hegemonia ou...já destronado”. Segundo Cardoso, este paradigma, que também chama de **moderno**, opôs-se ao historicismo “em suas várias vertentes” e ao método “estritamente hermenêutico ou interpretativo...em nome da razão e do progresso humano. Seu apogeu, conforme Cardoso, situou-se entre 1950 e 1968, do que pode dar exemplo os evolucionismos, o marxismo o weberianismo...”. Enfim, uma história analítica, estrutural (macroestrutural) explicativa, ancorada na

racionalidade e na cientificidade. Cardoso destaca o marxismo, admitindo suas diferenças internas conforme o tempo, e o movimento dos Annales, somente de 1929 a 1969. “Ao deixar Braudel a direção da revista – escreve – ela começou a sofrer considerável mudança de rumos, além de baixar de nível”.

2. **O paradigma pós-moderno**, hegemônico desde os anos 1970, seria filosoficamente inspirado em Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Martin Heidegger (1889-1976), dos quais Foucault seria apenas um epígono. O pensamento pós-moderno teria por base, portanto, filosofias que chama de **irracionalistas**, porque valorizadora de subjetividades, sentimentos, crenças, enfim, aquilo que alguns caracterizaram como o “sótão da história”. Cardoso inclui neste movimento uma gama de correntes e metodologias, a exemplo das mentalidades, da micro-história, da história cultural ou antropológica, da meta-história – sublinhando o que há de comum entre elas, na sua visão (claro). Resumo em cinco tópicos: 1) o abandono de sistemas totalizantes em favor de perspectivas micro-analíticas/micro-temáticas; 2) o descaso com o determinismo econômico (em última instância) em favor de dinâmicas multicausais, a depender do tema, da época estudada, das circunstâncias históricas etc; 3) a preferência por temas considerados irrelevantes no campo dos sentimentos, das religiosidades, da vida cotidiana, dos costumes

e mores, desejos e prazeres e por aí vai; 4) minimização da luta de classes, em favor de conflitos de gênero, sociorraciais, ambientais, vicinais, familiares, morais, sexuais; 5) a convicção de que as teorias que aspiram a explicações totalizantes e sistêmicas: metanarrativas, diz Cardoso, pois constitui uma narrativa superior, de tipo conceitual explicativo sobre diversas narrativas, em favor descrições e narrativas pseudoliterárias e focadas em objetos de investigação miúdos.

Isto é só um resumo do que seriam os tais paradigmas rivais, segundo Ciro Cardoso. Não vou aqui tirotear com o saudoso Ciro, meu orientador de mestrado no final dos anos 1970, colega de universidade por décadas (UFF) e parceiro na organização de um livro considerado importante (*Domínios da História*, 1997, várias vezes reeditado). Apontarei somente três pontos:

1. Considero muito discutível, para dizer o mínimo, o significado de *irracionalismo* para designar correntes filosóficas de algum modo derivadas do *existencialismo* que abandonaram a busca de sistemas explicativos do mundo e do universo para se debruçar sobre o indivíduo, sua consciência, seu inconsciente, sua pessoa e suas *personas*. Filosofias valorizadoras da experiência e do conhecimento sensorial em oposição ao culto da razão iluminista e, por isso mesmo, racionalista. Na visão dos críticos do que chamam a Nova História, o *racionalismo* tradicional não tem lugar e, no texto de Ciro, é várias vezes exemplificado com

a teoria marxista. Ora, o racionalismo, do ponto de vista filosófico, sem falar na Filosofia greco-romana, e restringido o recorte europeu-ocidental aos séculos XVII e XVIII, ofereceu o suporte para a construção do capitalismo, inspirado pelo *ascetismo laico* que, segundo Weber, derivou do calvinismo/puritanismo como fundamento do *ethos* burguês (*A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, 1920). Não vejo porque associar, com tanta ênfase, racionalismo e marxismo – este último conceito, ainda por cima, conectado à práxis política. Por outro lado, a caracterização de filosofias existencialistas como irracionais, por se desgrudarem do racionalismo iluminista, voltado para conhecimentos sistêmicos, dá uma clara impressão de juízo de valor. Fora da Razão, tanto da parte do sujeito, como da estrutura e dinâmica das estruturas, não o que estudar. No campo da história só se valida uma “história de coisas”, não de pessoas. Onde ficaria o status da História entre as Ciências Humanas?

2. Tampouco alcanço algo de substantivo no conceito tão enunciado e pouco explicado de *pós-moderno*. Não é de surpreender: mistura uma temporalidade específica (limitada ao marco inaugural do último quarto do XX) com um tipo de pensamento relacionado a diversos domínios muito diferentes das Ciências Humanas – paradoxalmente englobados no “pensamento *irracionalista*”.

3. A identificação de paradigmas rivais, cada qual com sua marca (racionalismo *versus* irracionalismo) dá exemplo cabal de como as generalizações na História, “ciência de particularidades”, pode ser imprudente na sua pretensão científica. Qual serventia poderia ter um paradigma “iluminista”, amplo a ponto de abrigar o contratualismo de Hobbes e Locke (na filosofia política), o Iluminismo de Voltaire, Montesquieu e Rousseau (politicamente muito diferentes); o Marxismo (que, no nascedouro, submetia a teoria à práxis revolucionária “salvacionista” da classe operária); os socialismos utópicos (assim designados, sem nuances, por diferirem do “socialismo científico” que Marx e Engels atribuíram ao próprio modelo; o liberalismo de Adam Smith e David Ricardo (economia), Stuart Mill (liberal-democracia)... O mesmo quanto à Nova História (encarnação do pensamento “pós-moderno” combatido – mais do que debatido – pelos viúvos do “marxismo economicista)? O debate sobre os paradigmas é interessante pela esgrima intelectual nele presente. Mas não oferece modelo algum para o historiador/a familiarizado/a com a pesquisa histórica com suporte documental. É, como disse Febvre, nos *Combates*, sobre o *frisson* de conceitos na sua época: “um torneio vão de ideias”. Muita filosofia e teoricismo. Pouca história.

Nestes debates mais recentes, à diferença dos oitocentistas e inícios do XX, mal se fala do historicismo. Qual

o seu lugar nos tais paradigmas? Moderno, pós-moderno ou nenhum? No texto comentado acima, ele só é citado *en passant*, como “perspectiva que pretendia estender aos estudos sociais o método científico”. Presumiu-se que, por isso, seria um dos herdeiros do Iluminismo. Mas como, se o próprio Ranke considerava inócuas as filosofias da história para dar suporte a pesquisas concretas de temas específicos decididamente documentados? O Historicismo era, sim, herdeiro do racionalismo iluminista, mas só parcialmente, porque totalmente avesso às filosofias da história, suas leis, suas lições exemplares, suas especulações abstratas sobre o passado e, por vezes, sobre o destino da Humanidade.

Historicismo em escala microscópica

Carlo Ginzburg, considerado um dos pioneiros da *Nova História Cultural*, sublinharia a importância de se distinguir a narrativa ficcional da historiográfica, sobretudo no domínio factual, em crítica aos céticos quanto à capacidade de a História em reconstruir uma narrativa verdadeira ou verossímil do passado. Volto, com Ginzburg, a uma questão tratada um pouco acima, a propósito do *linguistic turn* dos anos 1960-1990. A crítica de Ginzburg, em particular, foi ao livro de Natalie Davis, *O retorno de Matin Guerre* (1983) e apareceu no artigo “Provas e Possibilidades”, publicado em *A micro-história e outros ensaios* (1989).

Vale resumir o enredo do livro de Davis, para os que não o leram. O cenário principal é uma pequena comunidade camponesa no sul da França – Artigat (Languedoc) – obra que alcançou enorme repercussão, escrito em tom

novelesco, situado numa comunidade camponesa no sul da França, durante o século XVI. Ao longo de 12 capítulos, todos com títulos literários magistralmente escritos, Natalie Davis oferece ao leitor um enredo fascinante, onde se misturam amor, ódio, imposturas, conveniências. Comédia e tragédia. E, com toda a certeza, transporta o leitor ao ambiente camponês da França quinhentista, os modos de viver, os papéis e hierarquias sociais, as crenças populares, as guerras de religião. Natalie Davis inicia o livro sem qualquer contextualização de tipo convencional e só conecta com a história geral quando seu enredo minúsculo assim o exige. É um exemplo de micro-história, que subordina questões gerais à dinâmica do enredo microscópico, como fez Ginzburg, em *O queijo e os vermes* (1976).

Voltemos ao miúdo. O casal Martin Guerre e Bertrande de Rols são os protagonistas, ao menos em princípio. Martin e Bertrande se casaram em idade muito precoce, ele com quatorze, ela com doze. Corriam os anos 1530. Durante oito anos não consumaram o matrimônio, seja porque a menina não consentia na cópula, fosse pelo desinteresse do marido, que acabou visto na aldeia como impotente. Recorreram a uma idosa do lugar, com fama de curandeira, para esconjurar o malefício. Receita da feiticeira: os padres rezaram quatro missas, deram-lhes a comer várias hóstias e certos bolos. Eis que o casamento se consumou e chegaram a ter um filho. À certa altura, Martin, “o camponês descontente”, brigou com o pai e deixou a aldeia, transferindo-se para a Espanha. Lutou no exército de Filipe II contra a França, em 1557, apesar de sua simpatia pelo protestantismo. Numa das batalhas, levou um tiro de

arcabuz que lhe custou uma perna – amputada – passando a usar uma perna de pau. Parecia decidido, segundo Davis, a jamais voltar a Artigat para se juntar família.

Foi no serviço de armas ou em alguma de suas perambulações que Martin Guerre conheceu Arnauld Du Tilh, um rapaz meio desajustado, de uma família camponesa, porém abastada, de Sajas, homem que, como Martin, se enfiava com a vida camponesa. Mas Arnauld era eloquente, à diferença de Martin, e dado a frequentar bordéis, amigo do vinho e de aventuras. Ficaram muito amigos, presume Natalie Davis, com boas razões, a ponto de Arnauld conhecer detalhes da vida de Martin antes e depois do casamento em Artigat. Conhecia tanto de Martin que resolveu tomar seu lugar em Artigat. Eis a origem do falso Martin Guerre, que “retornou” a Artigat depois de muitos anos. Um pouco mais gordo, de início não reconhecido, mas, graças ao conhecimento que tinha da vida do verdadeiro Martin e, decerto, por suas artes retóricas, foi acolhido na comunidade, inclusive pela esposa e pelo tio Pierre, irmão do seu pai já falecido. Tudo indica que este casamento agradou muito mais a Bertrande do que o primeiro. Motivações íntimas, companheirismo no trabalho, amizade. Bertrande provavelmente se deu conta, ou soube pelo “novo marido” de que seu “novo” Martin era um impostor. Mas compactuou com a farsa. Foram três anos de casamento, e mais dois filhos. A vida corria bem para o casal até surgir uma cizânia entre Arnaud e o tio Pierre, que se sentiu lesado na distribuição dos bens do irmão.

Pierre tinha um trunfo em sua manga: denunciar o “sobrinho” como impostor, sabedor e (por algum tempo

cúmplice) de toda a farsa. Divulgou-a, então, na comunidade, provocando tremenda polêmica no lugar: uns defendiam que o falso Martin era o verdadeiro; outros apostando na impostura divulgada pelo tio de Martin, cobiçoso da herança do sobrinho. Em meio à controvérsia, Pierre denunciou o falso Martin à Justiça, no tribunal de Rieux, cidade próxima a Artigat. Mais de cem testemunhas foram ouvidas e uma série de inconsistências na trajetória de Arnaud superou os depoimentos favoráveis e a retórica do acusado. A “nova” personalidade do antigo Martin – antes calado e entediado, agora dinâmico e falastrão – pesou contra o réu. Também Bertrande mudou de lado, substituindo o depoimento em que reconhecia o falso Martin como seu marido pela versão de que fora enganada pelo homem, atribuindo o lapso ao longo período de separação. Pierre foi decisivo nesta mudança de posição, pressionando Bertrande, que temeu ser acusada de cúmplice da farsa. A Corte condenou Arnaud culpado de falsa identidade, perjúrio e protagonismo de um escândalo público. Condenou-o à morte por enforcamento.

Arnaud recorreu ao Tribunal de Toulouse e caprichou na sua defesa. As testemunhas foram reconvocadas, mas desta vez as acusações deixaram mais dúvidas do que convicções de culpa. Jean (de) Coras, um dos juízes, simpaticamente do réu, esteve a ponto de convencer os colegas da inocência de Arnaud, quando apareceu uma testemunha definitiva. Cena literalmente cinematográfica (roteiro do filme de Daniel Vigne, lançado um ano antes do livro, cuja consultora foi a própria Natalie Davis). A nova testemunha: Martin Guerre, o verdadeiro, que tendo notícia do

processo, decidiu desmascarar o seu “substituto”, sabe-se lá por quais razões. Arnaud foi, enfim, enforcado em praça pública. Bertrande recebeu o verdadeiro marido de volta e à família, então ampliada com mais dois filhos de seu “matrimônio” com Arnaud.

Nada se saberia deste caso não fossem as memórias escritas pelo juiz Jean Coral, *Arrest mémorable du Parlement de Tolouse* (1560). Eis o ponto central da crítica de Ginzburg, “Entre provas e possibilidades”, artigo incluso em *A micro-história e outros ensaios* (1989). A grande historiadora Natalie Davis, pesquisadora diversos temas de história da França no Antigo Regime baseada em fontes arquivísticas, neste caso usou fundamentalmente, uma fonte primária de segunda mão. Os dois processos contra Arnaud du Tihl desapareceram. Ancorou-se numa súmula escrita por um membro do tribunal. É típico caso de “crítica interna” imperfeita à luz do historicismo. Para compensar, examinou processos da mesma época e região, para alcançar as mentalidades locais e as práticas judiciais “possivelmente” presentes no caso de Martin.

Não pareceu a Ginzburg, que a saída encontrada foi suficiente para demarcar a fronteira entre as narrativas histórica e factual. Davis não pôde alcançar, sem as fontes originais, a relação dialógica que uma fonte da Justiça criminal permite observar entre juizes e réus, sem falar nas múltiplas vozes que ecoam das testemunhas, circunstâncias que marcaram os fatos testemunhados etc. A própria Natalie admite, no prefácio, que, tantas eram as lacunas e perguntas sem resposta, que ela não teve saída senão imaginar o que poderia ter ocorrido, aqui e ali. Disso resulta

um texto prolífico em advérbios de modo: *presumidamente, possivelmente, provavelmente, possivelmente, talvez...* Quer isto dizer que para Ginzburg o/a historiador/a não pode conjecturar ou especular na escrita da história? Presumir fatos verossímeis? Pode e deve: é legítimo conjecturar. Mas com limites.

O livro se ancora, portanto, no mundo das possibilidades, similitudes, especulações, sem apresentar provas para o sem número de episódios relatados pelo memorialista/juiz. A validade das conjecturas fica prejudicada, sem que o autor/autora, admita suas dúvidas na reconstrução do episódio, preludiando a verossimilhança de tal ou qual possibilidade. Mas não. Natalie Davis optou por contar a história num estilo romanesco, calcada no relato singular de um memorialista sobre o qual, aliás, dá pouquíssimas informações. Voltando a Ginzburg, a história, como um campo de conhecimento científico, deve exaurir a pesquisa de fontes, oferecendo provas concretas dos episódios que compõe sua narrativa. Repito: história, ciência do particular. E isto se torna mais imperioso no domínio factual, sobretudo na dimensão micro-analítica, caso do livro de Davis: o que, nesta dimensão, cada detalhe possui extrema importância, em uma abordagem macro-história – estrutural – detalhes podem e devem ser irrelevantes. Questão de escala de observação, da escolha do tema, da delimitação do objeto.

Eis-nos diante da resiliência do historicismo, não como filosofia da história, tampouco como busca de uma história totalmente verdadeira. O historicismo prevalece em algo essencial ao ofício do/a historiador/a: a busca in-

cessante da veracidade ou verossimilhança dos episódios; a seleção e o diálogo com a documentação pertinente; a crítica interna das fontes; a problematização delas; a investigação, não raro de bastidores, da autoria dos documentos consultados, sejam eles institucionais ou privados, normativos ou narrativos. Em resumo: o historicismo como método de pesquisa documental. Hermenêutico como base para a interpretação textual dos documentos, sejam quais forem, para alcançar uma verdade histórica inteligível.

Estou perto de concluir, retomando o artigo de Francisco Falcon. Com muita serenidade, afirma que o historicismo não é coisa de “velhos historiadores”. Não é caso de celebrá-lo, nem de sepultá-lo. Na verdade, ele tem muito em comum com diversas correntes teóricas que o atacaram, reduzindo-o a uma concepção meramente factual e linear do passado. Tais correntes incluem ou podem incluir o próprio marxismo, os *Annales* de todas as gerações, a micro-história, a história das mentalidades e muitas obras inscritas na Nova História Cultural. O ponto em comum é o de que, como afirma Falcon, “**a história é**”. Trata-se do *realismo histórico*, a convicção de que “tudo tem história e existe na História; tudo é histórico, inclusive o conhecimento histórico”. A partir deste postulado, controla-se a hipertrofia do sujeito que, na história à moda Foucault, só pode alcançar a dimensão discursiva ou, segundo Chartier, as representações do passado. Como um sujeito que dialoga com outros sujeitos, produzindo um discurso sobre outros discursos. O *realismo histórico* do historicismo, ou das correntes apostam em uma historicidade real, valoriza a existência do objeto a ser problematizado, inda-

gado, descrito. A atualidade do historicismo, ainda que se oculte a expressão na historiografia acadêmica, tornou-se ainda mais gigantesca com a multiplicação de campos de investigação com metodologias específicas de pesquisa. Queira-se ou não, o fazer história exige a pesquisa extensa e/ou intensiva da documentação. Aplica-se a objetos macrohistóricos ou micro-históricos. Multiplicaram-se os tipos de arquivos, a pesquisa arquivística e a interpretação hermenêutica – incluindo imagens e memórias escavadas pela história oral. É o diálogo com as fontes que permite alcançar a realidade do passado, ainda que fragmentado e reconstruído pelo sujeito do conhecimento, sempre historiador/a cativo/a do seu tempo, o tempo presente. Fala-se muito em neo-historicismo, atualmente, quando se quer desqualificar a chamada “Nova História” das últimas décadas. Quanto a mim, enquanto historiador, nenhum problema. Aceitaria tranquilamente este rótulo.

Referências Bibliográficas

Observação: Entre parêntesis, após o nome de cada autor, o ano da publicação original.

BLOCH, Marc (1946). *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BURKE, Peter (1990). *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1990.

BURRIN, Phillipe (1995). Lucien Febvre inférieur à lui-même. *Le Monde, Paris, 28 de fev. 1995*. Disponível: https://www.lemonde.fr/archives/article/1995/02/28/lucien-febvre-inferieur-a-lui-meme_3842266_1819218.html

CARDOSO, Ciro (1988). Uma Nova História? In: *Ensaaios racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARDOSO, Ciro (1991). História e paradigmas rivais. In: Cardoso, Ciro & Vainfas, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1 - 23.

CHARTIER, Roger (1989). Le monde comme représentation. *Annales. Économie, Sociétés, Civilisation*. Ano 44 (6): 1505-1520: 1989. Disponível: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1989_num_44_6_283667

CROCE, Benedetto (1917). *Teoria e História da Historiografia*. São Paulo: Ática, 1995.

DOSSE, François (1997). *História em migalhas*. Bauru: EDUSC, 2003.

FEBVRE, Lucien (1953). *Combates pela História*. Lisboa: Preença, 1977, 2 volumes.

FOCAULT, Michel (1966). *As palavras e as coisas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1981.

GINZBURG, Carlo (1976). *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GINZBURG, Carlo (1986). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-180.

GINZBURG, Carlo (1989). *A microhistória e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

HOBBSBAWM, Eric (1980). O ressurgimento da narrativa: alguns comentários. In: *Revista de História*. Campinas: / UNICAMP, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque (1974). O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. *Revista de História* (USP). Ano XXV, vol. I, Tomo II, número 100: 431 – 482.

Disponível: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132639/128724>

LANGLOIS, Charles e SEIGNOBOS, Charles (1897). Introdução aos Estudos Históricos. São Paulo: Renasvença, 1946. Disponível: https://www.academia.edu/45441663/LANGLOIS_Charles_SAIGNOBOS_Charles_Introdução_aos_Estudos_Históricos

MARTINS, Estevão (2002). Historicismo: tese, legado, fragilidade. *História Revista*. Goiânia, 7 (1) 1, 2010. Disponível: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/10480>.

PADDOCK, Troy (2006). Rethinking Friedrich Meinecke's Historicism. *Rethinking History*. 10(1), March 2006, pp. 95-108. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/248991029_Rethinking_Friedrich_Meinecke's_historicism

PAXTON, Robert. (1972). *Vichy France*. Old guard and New Order 1940-4. New York: Knopf, 1972.

SCHAFF, Adam (1965). *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SIMIAND, François (1903). Método Histórico e Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 2003. Disponível: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4886/res8_21.pdf

STONE, Lawrence (1979). O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História* (UNICAMP), 1991. Disponível: <https://pt.scribd.com/document/59564000/STONE-Lawrence-O-Ressurgimento-Da-Narrativa>

Quando 2 + 2 nunca é igual a 4:
pesquisa, arquivos e autenticidade, uma
contribuição à luta por Direito e Reparação¹

BEATRIZ KUSHNIR

I

Durante as preparações para os “60 anos do Golpe”, em 2024, me peguei pensando em que contribuição gostaria de fazer para colaborar no debate. Acredito que ponderar sobre os “arquivos da Ditadura”, suas origens e constituição, dilemas enfrentados e possibilidades, seja algo que me instiga neste momento. Além disto, me estimula a

¹ Esse texto é a forma escrita das ideias apresentadas no 5º episódio do programa “Conversas de Arquivo”, idealizado e apresentado pelo prof. Marcio Both (UEM) e que foi ao ar em 08/10/2024, no Poeira WebRádio. Em forma de palestra, esse *paper* foi exposto em dois eventos sobre os “60 anos do Golpe de 1964”: no Seminário Internacional 1964+60, na UERJ, compondo a mesa “Ditadura e Arquivos” no dia 20/03/2024; e no III Seminário Internacional Sobre Guerra Fria, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no dia 09/04/2024. Posteriormente, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), partes dessas reflexões foram apontadas durante o Seminário “10 anos do CECOM-UFJF: memórias, lutas e direitos”, em 26/09/2024, e na mesa de encerramento da 40ª Semana de História, em 06/12/2024.

refletir sobre autenticidade e veracidade das informações dos documentos nos Arquivos Públicos e, para tal, trarei dois exemplos: um mais contemporâneo e outro dos anos de 1970.

As reflexões aqui se centram, portanto, no debate sobre a autenticidade e a proveniência, suas origens e a integridade do documento. Neste sentido, é a confiabilidade na produção e na guarda que atesta a veracidade. Mas isto não se plasma necessariamente ao inscrito no documento de arquivo, que reflete principalmente a atuação da instituição que os produziu, e não necessariamente as ações individuais das pessoas mencionadas.

Tendo as ponderações de Ana Maria Camargo como uma das réguas e compasso, é importante sublinhar que, embora os acervos possam ser usados para diversos fins – da pesquisa histórica a evidência jurídica –, o escrito no documento, seu conteúdo, não se altera conforme a interpretação de quem os acessa (CAMARGO, 2009, p. 434-443). Assim, “como prerrogativa dos documentos de arquivo, a autenticidade sobrepõe-se a seu conteúdo informativo. É a ela que corresponde a ‘verdade’”. Isto porque, “os documentos de arquivo são impermeáveis e imunes a seu eventual uso interpretativo” e, portanto, “seria grave erro supor que tais documentos fazem prova do comportamento das pessoas e não da entidade encarregada de vigiá-las” (CAMARGO, 2009, p. 435).

Isto posto, caminhemos neste território compreendendo que o presente texto é uma ideia em andamento. Assim, gostaria de retroceder no tempo.

Neste pacto de conceitos, é fundamental para essa reflexão recuar a 2006, quase 20 anos atrás. Estávamos nos “40 anos do Golpe” e, paradoxalmente talvez, vivíamos as restrições de acesso aos documentos dos “arquivos da Ditadura”. Naquele período, escrevi para a Revista do Arquivo Público Mineiro (APM) o texto intitulado “Decifrando as astúcias do mal”, que esquadrinha porque as fontes documentais produzidas pelas polícias políticas devem ser acessíveis a todos².

Par e passo, infelizmente, estava em vigor os limites tênues que separavam o que era público para o corpo social e o que feria a dimensão privada da história de cada cidadão. Refiro-me à Lei nº 11.111, de 05/05/2005, que só foi revogada quando a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) instituiu a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ambas, não por acaso, em 18/11/2011.

Aquela reflexão publicada na Revista do APM vinha na esteira de uma produção que iniciei dez anos antes, quando, a partir de 1996, comecei a conjecturar sobre a formação dos conjuntos documentais. Tal esforço resultou no texto “Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP)”, que foi publicado em 2002 (CARNEIRO, 2002). Ali avaliava a organização e a disponibilidade das informações nos acervos do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS/GB) e do órgão congênere de São Paulo (DEOPS).

² Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Decifrando_as_astucias_do_mal.PDF

Estas questões me inquietavam já que desenvolvia uma pesquisa cujo objeto de análise centrou-se nos mecanismos da censura e nos pactos de parte da grande imprensa com os órgãos de repressão. Mapeei, entre outros aspectos, os colaboradores no interior das empresas de comunicação, que optaram pelo expediente de autocensura. No caso específico, demonstrei o colaboracionismo da Empresa Folha da Manhã, responsável pela publicação do jornal *Folha de S. Paulo*, entre outros, aos órgãos de repressão e aos governos ditatoriais. A pesquisa também tangencia outras empresas, como a TV Globo e seu projeto de “Controle de qualidade” (KUSHNIR, 2004).

Na reflexão, ao discorrer sobre a formação dos “arquivos da Ditadura” busco demonstrar a importância de se ver os conjuntos documentais em um todo. O entrelaçamento dos documentos num dossiê, por exemplo, explica porque apenas um documento deslocado desse conjunto orgânico, e retirado da sua cadeia de custódia, compromete a verificação da sua autenticidade, entre inúmeras outras questões. Voltarei a esse debate mais a frente, mas não posso me furtar a lembrar do que nos instiga a pensar Koselleck ao ponderar que

(...) uma fonte nunca diz o que deve ser dito, mas sempre mostra o que não é lícito dizer”. [Isto porque], “(...) as fontes têm poder de veto. Elas nos proíbem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis (KOSELLECK, 2006, p. 125 e 188).

Assim, é fundamental compreender que vistos marcadamente como um dos símbolos do arbítrio, as demais instituições do aparato repressivo foram desativadas burocraticamente entre 1983 e 1988 – ano da promulgação da nova Constituição Federal. Algumas estruturas tentaram perdurar mais, como no caso do SNI, extinto apenas em 1990, mas cuja missão – de ser um órgão de informação, de inteligência, para assessorar, no caso, os presidentes militares na tomada de decisões –, foi reinstituído em outra instância, no período democrático.³

Ao se dar fim, pela caneta, a esses instrumentos de controle na transição e no pós-Constituição, não se oferecia o devido valor ao fato de que a República brasileira conviveu com as suas existências nos poucos períodos democráticos de sua trajetória. Sua exclusão criou, à época, uma imagem de que o cidadão passava a gozar plenamente das liberdades de expressão e organização política – pilares da democracia.

Em meados dos anos de 1980, durante o processo de acordos para o recolhimento da “documentação da Ditadura”, deu-se a luta e o debate pela regulamentação do *habeas-data*. Essa norma jurídica buscava resolver a situação civil de muitos familiares de desaparecidos políticos, assim como de indivíduos que sofreram a repressão do Estado ditatorial brasileiro pós-1964. A importância de tal instrumento é ratificada na Carta de 1988, onde se estabelece que

³ A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) declara que sua missão é: “antecipar fatos e situações que possam impactar a segurança da sociedade e do Estado brasileiros, de modo a assessorar o mais alto nível decisório do País, bem como salvaguardar conhecimentos sensíveis e aprimorar a Atividade de Inteligência de Estado (Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/institucional/missao-visao-e-valores-1>. Acessado em 24/7/2024).

Conceder-se-á *habeas data*: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo (art. 5º, LXXII) (MOREIRA, 1998).

Essa medida e, portanto, a necessidade de consulta ao material dos DOPS/DEOPS apressou a liberação dos arquivos, inicialmente para um público restrito, fato que, de algum modo, resultou no franqueamento desses documentos e permitiu que fossem cotejados de forma mais ampla. Refiro-me a um momento anterior a Lei de Arquivos, de 08/01/1991, e da instalação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 1994.

A Lei nº 8.159/1991, a Lei de Arquivos, que levou pelo menos uma década e diversas versões para ser sancionada, impôs restrições às informações pessoais por 100 anos, contados a partir da data de produção do documento. Formulada no bojo da transição, é um marco na América Latina para a temática da gestão de documentos em Arquivos Públicos. Mas a Lei de Arquivos brasileira espelha as pressões e contradições daquele tempo, é claro.

Assim, naquele momento, aos documentos inclusos nos “arquivos da Ditadura” ponderava-se que não poderiam ser disponibilizados a terceiros por conter informações pessoais dos presos e investigados por supostos crimes políticos (MORAES & BIZELLO, 2022). Tal impasse de apreciação jurídica, que perdurou por décadas, está

explicitado no capítulo V – Do Acesso e do Sigilo dos Documentos Públicos –, da Lei de Arquivos. Tais restrições só foram derrubadas em 2011, pela LAI. Em certo sentido, é como se esses documentos, por regularem processos de reparação, ainda fossem considerados como arquivos intermediários e não arquivos permanentes franqueados à pesquisa e à comprovação de Direitos⁴.

Envolto em todas estas demandas pelo acesso aos “arquivos da Ditadura” principalmente na década de 1990, onde os impasses afloraram, é importante pensar a partir da análise de Étienne François, que foi diretor do Centro Marc Bloch-Berlim. Para ele, há que se redimensionar o fascínio pelos documentos das repressões policiais/políticas. O deslumbramento de poder consultar um material secreto em um momento de liberdade política gerou, segundo o autor, a sensação de que todo o segredo do passado seria finalmente emancipado. Todavia,

(...) muito rapidamente (...) renuncia-se a essas pretensões e começa-se a perceber que tudo não é assim tão simples, que os novos arquivos não falam por si só, que, como todos os outros arquivos, eles devem ser submetidos a uma crítica exigente das fontes, que seu manuseio só pode ser feito se forem respeitadas as preocupações éticas e metodológicas elementares, e que mesmo bem utilizados, e interrogados a partir de questões pertinentes, não dispensam o historiador de seu trabalho habitual

⁴ Na teoria das três idades, segundo Heloisa Bellotto (2002), se delineia um dos temas essenciais para o conhecimento dos arquivos: as três idades dos documentos administrativos, que são os correntes, intermediários e permanentes.

de reconstituição e de interpretação – e não têm resposta para tudo (FRANÇOIS, 1998, p. 155-161).

Ao perceber a onipotência com que alguns encaram esses acervos e a decepção que tamanha expectativa pode gerar, François reafirma que tais arquivos são apenas mais uma fonte para as pesquisas. Uma fonte rica e que não pode ser negligenciada, mas, como sublinha o autor, as informações ali contidas necessitam de o eterno cotejar com outras para melhor se compreender aquele período. Sem dúvida, o mais importante é que, com a liberação desses acervos, houve um “chamado ao trabalho”.

Os conjuntos documentais, como lembra Ana Maria Camargo, em especial os que contêm informações de caráter pessoal, como os dos serviços de segurança, possibilitam duas constatações:

- a de que lá se encontram também informações improcedentes, inexatas e enganadoras; e
- a de que lá se tem inscrita a história de um órgão de Estado.⁵

⁵ Citando essa ponderação inaugural sobre a temática, ainda no início da década de 1990, gostaria de prestar minha singela homenagem a essa pensadora, ativista e apaixonada pelas dimensões dos Arquivos, que nos deixou precocemente, em setembro de 2023. Igualmente, desejo pontuar uma aflição. Tenho lido inúmeros trabalhos de estudiosos “mais novos”, ou mesmo outros que não estão fazendo, ao meu juízo, um bom levantamento bibliográfico ao se dedicarem ao tema. Assim, reflexões desbravadoras, como essa de Camargo e outras, são ignoradas e é creditado ao próprio autor a análise, em primeira mão, de um campo. Tal ato pode e será facilmente desmentido. Alimenta, contudo, um esquecimento de estudos anteriores, o que é, no mínimo, lamentável (CAMARGO, 1993).

E esse é o ponto fundamental desta minha reflexão.

Os documentos dos DOPS/DEOPS, por exemplo, mas não só eles, não devem e nem podem ser tomados como a verdade da vida dos indivíduos neles registrada, mas sim como a expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão a serviço das ideias daquele período e, por isto, com características ditatoriais. A própria noção de cadeia de custódia confiável deve ser questionada. De acordo com essa noção, a

custódia confiável de documentos arquivísticos tradicionais (analógicos) é mantida através de uma linha ininterrupta, a qual compreende as três idades do arquivo: fases corrente, intermediária e permanente. Dessa forma, a confiabilidade ocorre por intermédio da própria instituição, que faz a própria produção, gestão, preservação e provê acesso aos seus documentos (FLORES, ROCCO & SANTOS, 2016, p. 117-132).

Tendo em vista esses procedimentos, a primeira indagação é a seguinte: em que medida é possível atribuir aos documentos dos serviços de Inteligência e da polícia política uma custódia confiável? Quantos desses documentos foram mantidos em depósitos sem controle de acesso? Quantos dossiês foram levados à residência de agentes da repressão, sem conferência no momento das respectivas devoluções aos depósitos institucionais? Se é que foram devolvidos. Quantos foram deliberadamente destruídos? É impossível saber.

É importante, portanto, não naturalizar os conceitos. A custódia confiável dos fundos arquivísticos dos órgãos de Inteligência e polícia política precisa ser demonstrada por meio de pesquisas da história arquivística desses acervos. No caso dos “arquivos da Ditadura”, vale destacar que como são documentos públicos, tem fé pública independente da custódia. Em outras palavras, é preciso comprovar serem falsos.

Por outro lado, é necessário sempre lembrar que o documento prova a ação ou atividade do produtor. O conteúdo do documento pode até mesmo ser falso, mas a atribuição de proveniência e, conseqüentemente, de responsabilidade, ser verdadeira. Cabe aqui, uma vez mais, retornar a análise de Ana Maria de Almeida Camargo. Para a autora,

a primazia do contexto sobre o conteúdo é, pois, crucial para compreender o caráter probatório dos documentos de arquivo, do ponto de vista de um dos atributos que melhor o definem: a autenticidade. Um documento é autêntico quando dispõe dos requisitos necessários para que se estabeleça sua proveniência, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo (CAMARGO, 2009, p. 433).

Por isso, é possível afirmar que mais do que comportamentos individuais, a documentação da polícia política prova o autoritarismo e preconceitos da própria instituição e de seus agentes, onde muitas vezes, apontam mulheres como “comunista e prostituta”, enquanto os homens são

definidos como “comunista, maconheiro e homossexual”. Essa documentação é, antes de tudo, fonte para compreensão e conhecimento desse autoritarismo. Já os comportamentos individuais nela registrados precisam ser estudados caso a caso e cotejados criticamente com outras fontes e testemunhos.

Cabe aqui, no sentido de elucidar esse argumento, uma comparação com a Inquisição, que me foi sugerida pelo historiador Renato Venancio (UFMG). Como mostra a documentação dessa instituição, nos diferentes territórios em que ela existiu, tudo que fugisse à ortodoxia católica era considerado uma forma de pacto demoníaco. As manifestações de outros monoteísmos, como islamismo e judaísmo, eram assim enquadradas, igualmente como as manifestações da religiosidade popular não-cristã. Se o historiador aceitar sem crítica o conteúdo dessas fontes, apenas repetirá os preconceitos dos inquisidores. Isso, porém, não impede que esses mesmos historiadores explorem tais testemunhos e, por meio de estudos de caso a caso, conheçam muito a respeito das populações do passado.

Venancio, em conversas que mantemos, ou via as mensagens publicadas no X, ex-twitter, pontua tal temática como um mantra, para quem sabe, fazer-nos refletir sobre o valor de prova dos documentos arquivísticos. Recentemente destacou que entre alguns historiadores ainda há muita confusão sobre a questão. E completa,

entre os historiadores há muita confusão em relação ao valor de prova dos documentos arquivísticos. Quando digo que um documento arquivístico é uma pro-

va científica, isso diz respeito à atividade que o gerou e não ao conteúdo dele. Por exemplo, um processo da Inquisição portuguesa prova que a Inquisição portuguesa perseguiu um determinado indivíduo. O conteúdo do processo, porém, é repleto de ideologia e visões de mundo passíveis de crítica. Portanto, o valor de “prova” do documento não significa que o conteúdo dele seja verdadeiro, mas sim que a atividade que lhe deu origem existiu (RENATO VENANCIO. @InstanteUm).

Aproximando essas reflexões ao ponto central dessa análise, nos compete sublinhar que a cultura política autoritária que está na gênese de nossa sociedade propiciou mesmo nos períodos denominados de democráticos, que essas agências repressoras tivessem voz e força, como demonstro em *Cães de guarda*. Nesse sentido, faço uma ressalva ao caráter probatório que os documentos desses “arquivos da Ditadura” possuem e suas consequências teóricas e práticas. Permitir o acesso a eles significa, por um lado, garantir a liberdade de pesquisa acadêmica; e, por outro, a possibilidade de legalizar situações jurídicas e possibilitar reparações a partir das informações ali contidas.

Há algo fundamental de se apreender. Por mais que doa, e aqui estou sendo irônica, o pesquisador precisa compreender que os Arquivos Públicos têm como missão basilar: a comprovação de Direitos. Todo o resto é derivação.

Os acervos documentais em depósito nos Arquivos Públicos incorporam essa dupla função. Tal premissa é essencial e aceitá-la auxilia e justifica a proposta de dis-

ponibilizar amplamente e sem restrições, as informações arquivadas, sem diferenciar o acesso entre pesquisadores e advogados dos “fichados”, como vivemos antes da LAI.

Certamente, a compreensão da legislação que regula tanto a guarda dos documentos públicos como também a sua disponibilização é de fundamental importância para o historiador e o cientista social, que têm no arquivo um dos seus principais instrumentos de trabalho. Torna-se, portanto, crucial o domínio desse aparato legal para que descubramos suas brechas.

As regras estabelecidas na Lei nº 11.111/2005 foram consideradas nos meios jurídicos como inconstitucionais e legalizava a prática da confidencialidade eterna por parte do governo. Passível de duração indeterminada, o segredo foi convertido em direito do Estado, contrapondo-se ostensivamente ao direito do cidadão às informações. A manutenção do sigilo ficou, dessa forma, sob a tutela exclusiva dos representantes do poder.

Naquele mesmo momento, e constatando as idiosincrasias dos governos, o conhecido como Memórias Reveladas e, na verdade, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) era gestado enquanto ideia no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Na mesma época – início da metade final do primeiro governo Lula – o tema do recolhimento e da abertura dos arquivos da repressão ocupava espaço privilegiado na agenda pública. Quatro anos depois, em 2009, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ela própria ex-presença política, referendou a criação do Centro, considerado um marco para o “fortalecimento de uma política

pública de valorização do patrimônio histórico documental e de aperfeiçoamento da cidadania e da democracia em nosso País”.

A partir de 2009, o Memórias Reveladas atuou ativamente na identificação de acervos reunidos pelos órgãos da repressão, sobretudo por meio de uma série de acordos de cooperação firmados entre a União e os Estados brasileiros. Ancorado também em projetos patrocinados por leis de incentivo, o Centro participou diretamente de ações de preservação de documentos produzidos pelos DOPS e DEOPSs em 13 Estados. Nos primeiros anos de sua atuação, a equipe chegou a contar com dez servidores, além de dois colegiados formados por especialistas no tema. Era um projeto estratégico do Arquivo Nacional do Brasil.

Então vivenciamos essas duas interpretações sobre os “arquivos da Ditadura”, naquele momento. Os episódios de imposição de sigilo e os instantes de quebra dessa “normalidade imposta”, entretanto, permitem refletir acerca da trajetória brasileira vis-à-vis seus períodos de arbítrio político. As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dimensionam o peso e o papel de uma cultura censora e repressiva no esforço de delimitar o legal e o ilegal. No Estado brasileiro republicano, essa foi uma tarefa, um ato de fundação.

E para demonstrar tal perspectiva, trago como exemplo o uso da Lei nº 11.111/2005, por funcionários da Abin. Durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios (CPMI), em junho de 2005, os servidores da Abin ali prestaram depoimento. Ao serem questionados sobre os relatórios investigativos que produziram, um deles se valeu

da mencionada lei, alegando o caráter sigiloso desses documentos para não responder aos questionamentos feitos pelos parlamentares.

II

Vencido esse ponto legislativo, gostaria de apresentar dois exemplos de “falsos documentos públicos”. O primeiro deles, certamente um dos mais famosos. Antes, porém, é respeitável pontuar a importância de compreendermos a centralidade do “valor” em relação à qualidade dos documentos de Arquivos Públicos, tendo o “valor dos documentos” na perspectiva de prova administrativa. Sendo o documento arquivístico autêntico aquele que mantém sua identidade e sua integridade intactas ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Isto posto, em 05/04/2009, a *Folha de S. Paulo* estampou em sua capa uma ficha policial atribuída a Dilma Rousseff. Apresentado como autêntico, o documento foi divulgado na íntegra na página A10 do jornal, em uma matéria que vinculava a então ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula (2003-2011) em um suposto plano para sequestrar Delfim Netto, ministro da Fazenda entre 1967 e 1974. Ou seja, durante os governos de Costa e Silva (1967-1969), a Junta Militar (1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Segundo a *Folha*, a reportagem foi baseada em um depoimento de Antonio Roberto Espinosa, que faleceria nove anos depois, em 2018. Espinosa foi jornalista e pro-

fessor na Universidade Federal do Estado de São Paulo, no curso de Relações Internacionais. Foi ex-comandante das organizações armadas VPR e VAR-Palmares – grupos das esquerdas que participaram da luta armada contra a ditadura civil-militar. Espinosa, segundo a Folha, teria dito que o plano de sequestrar o ministro era conhecido pelos membros da cúpula da organização, incluindo Dilma Rousseff. O grupo, entretanto, teria desistido da ação após ser parcialmente desarticulado, como muitos outros, pelas operações de prisão, tortura e assassinato de inúmeros membros pelos órgãos de repressão.

Ao ser questionada pelo jornal durante a preparação da matéria, Dilma negou ter conhecimento sobre tal ação. Declaração que foi desconsiderada. O próprio Espinosa desmentiu a reportagem, negando ter dito que Dilma conhecia o plano e acusando o jornal de distorcer seu relato. Para ele,

Dilma sequer teria como conhecer a ideia da ação, a menos que fosse informada por mim (...). O que disse à repórter é que informei (...) que o Regional de SP estava fazendo um levantamento de um quadro importante do governo, talvez para sequestro e resgate de companheiros, então em precárias condições de saúde (FOLHA DE S. PAULO, 05/04/2009).

Embora fosse integrante do VAR-Palmares, Dilma pertencia ao grupo dos “basistas”, que desenvolvia ações voltadas à conscientização política, e sempre sustentou não ter participado de ações armadas – afirmação endossada por outros membros da organização.

Ao contrário do que disse a *Folha*, a ficha não foi obtida junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Assim, o jornal errou duas vezes. A primeira foi afirmar na Primeira Página que a origem da ficha era o “arquivo (do) Dops”. Na verdade, o jornal recebeu a imagem por e-mail. A segunda foi tratar como autêntica, fidedigna, verdadeira uma ficha, um documento, até então sustentado como documento de Arquivo, cuja autenticidade não podia ser assegurada. A *Folha* admitiu mais tarde ter se enganado sobre a origem da ficha policial, comprovada como falsa, e utilizada para sustentar a matéria. O jornal atribuiu o seu “engano” a um “erro de catalogação”. Mas o estrago, intencional, já estava feito.

A ficha estava disponível em um site de extrema-direita chamado “Ternuma” (“Terrorismo Nunca Mais”), uma organização de apologistas da ditadura e admiradores do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. O documento forjado atribuía à Dilma práticas como terrorismo, assaltos e conspiração para a prática de homicídio. Dilma, entretanto, jamais foi indiciada ou processada por tais atos durante a ditadura – nem mesmo nos três anos em que ficou presa por “subversão”, sendo submetida a interrogatórios e sessões de tortura. Não há quaisquer documentos nos Arquivos Públicos e acervos documentais que a vinculem às práticas descritas na ficha.

Em junho de 2009, dois meses após a publicação no jornal, a suposta ficha policial foi analisada por especialistas do Instituto de Computação da Unicamp, que produziu um laudo ratificando que a ficha era falsa e fora fabricada digitalmente, possuindo indícios de manipulações tipográficas.

ficas grosseiras. A Folha noticiou a perícia, mas ocultando o nome da instituição e insinuou conflito de interesse, já que Dilma estudou naquela Universidade. Apesar disso, a Folha seguiu se negando a admitir que utilizou um documento falso para atacar a então ministra – já reconhecida como nome favorito do partido para disputar a eleição presidencial no ano seguinte. Em uma publicação que tenta um *mea culpa*, o jornal voltou a afirmar que a autenticidade da ficha “não pode ser assegurada, mas também não pode ser descartada”.

Chama a atenção que o carimbo “capturado” sobre a sua foto é uma “manipulação recente” e um blog foi construído para apontar os sete erros do documento⁶. A ficha não consta dos arquivos públicos pesquisados e como a “fichada” concluiu que

a ficha é falsa, é uma montagem. (...) ela não é produto nem daquela época, ela é produto recente, manipulado, de órgãos ou de interesses escusos daqueles que praticaram esses atos no passado⁷.

A grande imprensa reagiu com o habitual corporativismo, ignorando a polêmica. Na *Veja*, o Reinaldo Azevedo daquela época, tratou de contemporizar e ao mesmo tempo inflamar, dizendo que se a VAR-Palmares de Dilma chegasse ao poder, milhões morreriam. “É matemática, não é ideologia”, assegurou. O texto de Azevedo foi publi-

⁶ Disponível em: <https://fichafalsa.wordpress.com>

⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/dilma-o-documento-que-ela-diz-ser-falso-e-o-crime-de-organizacao/>

cado online, em 18/04/2009, com o título “As primeiras lágrimas eleitorais de Dilma Rousseff” e atualizado onze anos depois, com o título de “Dilma, o documento que ela diz ser falso e o “crime de organização”⁸.

O ponto central é: será que algum arquivo tem o mérito de conter apenas as informações verdadeiras acerca dos fatos por ele guardados? Se pode deliberadamente produzir um registro falso e depositá-lo no arquivo público? Cabe aqui, uma vez mais, sublinhar a importância de se multiplicarem pesquisas sobre a história custodial desses acervos. O que se pode atestar é que os documentos de Arquivo são verdadeiros, autênticos, porque foram produzidos para confirmar uma ação e um propósito. As informações neles contidas é que precisam de cotejamento – a boa e velha crítica interna e externa – para confirmar ou não sua veracidade. Além, disso as noções de “falso” e de “verdadeiro”, em termos de documentos arquivísticos, remetem a prévia análise diplomática, considerando elementos intrínsecos – formas de tratamento, por exemplo, – e extrínsecos – análise do suporte, por exemplo, – do documento.

No caso da ficha falsa, se provou que as características físicas do documento e suas informações não eram verdadeiras, Além de não compor nenhum conjunto documental dos “arquivos da Ditadura”.

A partir deste mote, destaco que a formação dos “arquivos da Repressão” e sua posterior abertura, foi pensada pelos cientistas sociais europeus para o caso da antiga URSS. A problemática para eles era como tornar aquele

⁸ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/dilma-o-documento-que-ela-diz-ser-falso-e-o-crime-de-organizacao/>

acervo um instrumento de pesquisa, ao mesmo tempo em que refletiam tanto em manter sua organização original, como em estabelecer critérios para a sua institucionalização enquanto um instrumento de consulta pública. Era também uma questão para esses pesquisadores europeus a seara dos direitos civis, da manutenção da privacidade dos indivíduos fichados e, principalmente, do que realmente se poderia esperar daquele tipo de fonte.

Como se pode verificar, pesquisadores brasileiros e europeus enfrentam dilemas semelhantes. Mais que isso: o que esperar desse material, que perguntas fazer e o que realmente ele poderia responder?

Nesse contexto, as ponderações são sobre as funções e os limites dos arquivos para a tessitura da história. O cerne da preocupação, de fato, é ponderar sobre o mito da “verdade histórica”. Em que situação o historiador se sente mais seguro: no registro escrito ou no depoimento *a posteriori*.

Quanto ao acesso aos “arquivos da Ditadura” e a possibilidade de consultá-los como fonte histórica no Brasil, não podemos esquecer que, entre a sua formação e a sua constituição como um arquivo, um longo período de abandono caracterizou o material. São informações produzidas pelo Estado, que – sob a égide da segurança da nação – se entende no direito de “conhecer” os atos dos seus cidadãos.

Não sabemos quanto do conjunto original se manteve intacto após o recolhimento às instituições de guarda, ocorrida com a extinção legal das agências repressivas. Estes acervos, por um lado, têm como objetivo identificar o “fichado” no mundo social; por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica

interna de seu titular. Ou seja, da perspectiva da repressão. O acervo permite tanto reconstituir uma trajetória do “fichado”, a partir da perspectiva do agente policial, como a do “fichador”.

Quando esses acervos passam ao domínio público, certas nuances se explicitam. O material chega desorganizado, muitos em recolhimento selvagem e, certamente depois de uma “limpeza” realizada por ex-agente do órgão – a destruição de documentos indesejados de vir a público. Assim, podemos crer que a sua lógica interna tenha sido muitas vezes deliberadamente manipulada. Uma característica, contudo, lhes é marcante: contêm informações sobre determinadas pessoas, mas não são arquivos privados. Por pertencerem a um órgão público, sua documentação é de domínio da sociedade, sendo esta situação um nó difícil de desatar.

Outra forma de apreender o conteúdo dos “arquivos da Ditadura” é verificar as premissas que ditaram a sua acumulação. As informações ali contidas foram recolhidas sob a orientação do olhar da polícia. Há, portanto, que se levar em conta a distância entre as atividades políticas outrora realizadas e o conteúdo das fichas policiais elaboradas, compreendendo-se que foi a lógica da desconfiança de um Estado autoritário que produziu o acervo. Por outro lado, foi a lógica da democracia da informação que os transformou em arquivos públicos, abertos à consulta. Esse acesso é uma forma positiva de falar de um “silêncio”, como também de permitir ao pesquisador rediscutir a constituição de uma memória.

À volta ao passado, para alguns, é um ato de abrandamento e de eliminação das arestas e das diferenças, é um

redesenhar que deve respeitar uma lógica da harmonia e que dispensa tensões e atritos. Há que se redimensionar o fascínio que os “arquivos da Ditadura” despertaram, quando a esse deslumbre se contrapõem as dificuldades do seu manuseio. Mesmo bem utilizados e interrogados a partir de questões pertinentes, não dispensam o historiador de seu trabalho habitual de reconstituição e de interpretação, e não têm resposta para tudo.

Sem dúvida, o mais importante é que, com a liberação desses acervos, houve um aumento de pesquisas e reflexões nesta temática, a exigência metodológica e ética, certa modéstia e humildade quanto aos resultados e ao questionamento das certezas adquiridas. Uma vez mais recorrendo às análises de Renato Venancio, percebe-se que “não existe fonte documental que não possa ser reutilizada. Se a pergunta é inédita, a fonte também é”. Assim, o que diferencia os trabalhos são as hipóteses que os guiam. Não há como se fazer uma mesma questão a um mesmo conjunto documental e concluir que se produziu algo original.

Neste sentido, trago o segundo documento falso. Desse modo, é importante pontuar que as regras eram claras. Não há nada caótico e perdido na burocracia, como muitas análises tentam apontar, durante a ditadura civil-militar. Não há acefalia. Até mesmo os temas censórios estão expostos desde o início, como as notas recebidas no dia do AI-5 comprovam.

Existe, portanto, um interessante debate de quando teria se iniciado essa segunda fase da censura no pós-AI-5, com a interdição efetiva da censura nas redações. Para o jornalista Paolo Marconi (1980), a partir de notas proibiti-

vas localizadas, a data dessa segunda fase seria 10/06/1969. Já no trabalho de Mauricio Maia de Souza (1999), a reunião da PF e os oito pontos a serem censurados faria o trabalho ter começado no dia estipulado por aquele relatório, 1º/10/1970. Para Maia de Souza foi essa reunião, e não o decreto nº 1.077/70, de janeiro de 1970, que fez o marco.

Para mim, prefiro pensar que uma máquina está em andamento desde o AI-5 e que é difícil demarcar o que foi mais importante e deu a partida. Ponderar sobre o processo de censura demonstra que cada novo ajuste legal fez o aperfeiçoamento daquela engrenagem.

Nessa sequência de acertos legislativos, outro debate igualmente oportuno é a existência de um decreto secreto, de nº 165-B/71⁹, ratificando a posição de comando do Ministério da Justiça. Isto porque os dez pontos proibitivos do 165-B/71 saem do gabinete do ministro. A legislação mostra, portanto, de forma cabal, onde o centro da censura sempre esteve.

O estudo legislativo do período, como se pode notar, além das leis e decretos publicados na *Coleção de Leis*, também faz uso de uma gama de normas e portarias secretas que só o acesso aos arquivos, nos anos de 1990, possibilitaram seu encontro. Essa gama inédita de material é a própria fala da burocracia sobre si.

⁹ O decreto secreto nº 165-B/71 foi instituído um ano antes dos telefonemas proibitivos, como como demonstro em *Cães de guarda* ("De ordem superior, fica proibido...") adentrarem as redações. Comparativamente, os telefonemas aos jornais entre 1972 e 1975 muito se aproximam dos dez pontos divulgados em 13/12/1968 às imprensas paulista e carioca. No entanto, entre o decreto nº 1.077/70 e as ligações proibitivas, tem-se a edição do decreto secreto nº 165-B, em março de 1971. Meses antes, em 11/11/1970, foi editado o decreto nº 69.534, autorizando a edição de decretos secretos. Cf. Hélio Silva (1998, p. 11).

Existia um decreto “permitindo” a existência de censura prévia, como igualmente, existia uma “recomendação” do governo aos meios de comunicação que não tocassem no assunto da existência de censura. Assim, fazia-se a censura prévia em alguns jornais, muito embora fosse proibido divulgar o assunto. Infelizmente, por mais que fosse aviltante, a censura prévia no pós-1964 não era ilegal em termos jurídicos. Sua existência, para a imagem construída pelo governo, não poderia ser divulgada.

Durante a ditadura civil-militar se conviveu, como demostro em *Cães de guarda*, com a violação dos direitos civis e políticos “legalizados” por normas e decretos. Os governos do pós-1964 criaram jurisprudências, e essas serviam como uma capa de legalidade. Atos como banimento, pena de morte, expulsão do país, censura prévia, são terríveis, mas eram legislados para se tornarem legais. Ou seja, eram por lei e pela força bruta.

Assim, no ano de 1973, aconteceu um importante embate entre um órgão de imprensa e o governo ditatorial. O jornal *Opinião*, de propriedade de Fernando Gasparian e sob censura prévia desde janeiro daquele ano até abril de 1977, recorreu da intervenção governamental nas suas publicações, como ele me narrou em entrevista no ano 2000.

Nesta mesma direção, como narra Anne-Marie Smith, o ministro da Justiça declarou que o jornal estava sendo censurado com base não no decreto nº 1.077/70, mas sim no AI-5. Por seis votos a cinco, o Tribunal de Justiça decretou a inconstitucionalidade de censura ao *Opinião*. Suspensa a censura, no dia seguinte, 20/06/1973, o presidente

Médici revoga a liberação do jornal baseando-se no AI-5 e em um decreto de março de 1971.

(...) O aspecto mais extraordinário desse despacho, todavia era sua referência a outro despacho até então desconhecido, de 30 de março de 1971, mediante o qual Médici adotara o artigo 9º do AI-5, o qual permitia a censura prévia em defesa da revolução (sic). Até aquele momento presumia-se que o artigo 9º seria invocado apenas em caso de estado de sítio declarado, conforme especificado na Constituição. Tal despacho evidenciava ainda mais a discrepância entre o AI-5 e a Constituição.

Parece não haver dúvidas na cabeça de ninguém de que esse despacho, declaradamente de 1971, na verdade foi preparado em 1973 em resposta à crise do julgamento do caso *Opinião*. Em vez de simplesmente declarar que a censura decorria do AI-5 e que, portanto, escapava à jurisprudência dos tribunais, o governo aparentemente chegou ao extremo de inventar um documento antedatado autorizando o uso do artigo 9º. O regime de exceção mais uma vez arremedava as normas do processo, o que tanto ressaltava as formalidades legais apropriadas quanto demonstrava que o poder do regime se colocava acima da lei (SMITH, 2000, p. 132).

É necessário esclarecer bastante o episódio que envolveu o *Opinião*. Isto porque, ele desmascara uma farsa, pois era proibido dizer que havia censura. Assim, o caso do *Opi-*

nião torna-se emblemático. O decreto secreto nº 165-B/71 foi usado para justificar essa intervenção. Se Smith acredita que essa instrução poderia ser uma invenção, Maia de Souza (1999, p.81) analisa que “essa hipótese conta com um leve indício a seu favor”. Isto porque existe um ofício 163-B, de 2/5/1973. Assim, o 165-B não poderia ser de dois anos antes. O 163-B é de maio de 1973. Então o 165-B não pode ser de março de 1971 e divulgado em junho de 1973.

E aqui cabe uma ressalva a meu juízo, a se sublinhar. Se o pesquisador parasse na sua “descoberta” do 165-B, embevecido do seu talento investigativo, sem cotejar a informação, estar-se-ia divulgando como verdadeira uma notícia inventada e depositada em Arquivo Público. Por isto, a importância de se entender por que esse decreto secreto existiu para além dele.

O decreto secreto, ao que parece, expõe mais uma vez a prática do governo de criar uma roupagem legal ao seu arbítrio. Certamente o decreto secreto nº 165-B/71 circulou de forma interna no governo, até porque se encontra como material da Divisão de Segurança e Informação (DSI),¹⁰ do Ministério da Justiça e foi seguido à risca por seus executores: os censores do DPF. Isto permite ratificar que a censura jamais foi caótica e que os censores tinham conhecimento e voz de comando acerca da direção a tomar.

¹⁰ A Divisão de Segurança e Informação era a versão civil dos órgãos de informação dos Ministérios militares, e existia em todos os outros Ministérios. Foi instituída pelo decreto nº 64.416, de 28/04/1969, que também reorganizou o Ministério da Justiça. Como um órgão de assistência direta de cada Ministério, vinculado, portanto, ao gabinete do ministro. O material da única DSI encontrado é a do Ministério da Justiça. Mas como todas as DSIs e os demais órgãos de informação circulavam suas informações, tem-se uma gama de material do interior da “Comunidade de Informações”. Esse material encontra-se em depósito no AN/RJ.

A partir do exemplo destes dois inverídicos documentos, pode-se concluir que os “arquivos da Ditadura” não devem ser tomados como contendo a verdade da vida dos indivíduos neles registrada, mas sim como a expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão com características ditatoriais.

O passado, conforme sugere Henry Rousso, é uma “terra estrangeira”, que exige, no presente, o passaporte do documento conservado para nele ingressar. Nesse sentido, “(...) acessíveis ou fechados, os arquivos são sintomas de uma falta, e a tarefa do historiador consiste tanto em tentar suprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado” (ROUSSO, 1996).

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Informação, documento e arquivo: o acesso em questão, *Boletim – Associação dos Arquivistas Brasileiros*, São Paulo, n. 11, 1993.

_____. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília McDowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida Telles (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 434-443.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FLORES, Daniel; ROCCO, Brenda Couto de Brito; SANTOS, Henrique Machado dos. Cadeia de custódia para

documentos arquivísticos digitais, *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. 2016, p. 117-132.

FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos – campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998, p. 155-161.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição a semântica dos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. São Paulo: Global, 1980.

MORAES, Maria Blassioli; BIZELLO, Maria Leandra. Debates sobre a restrição ao acesso às informações pessoais na legislação brasileira (1986-1991), *Revista EDICIC*, San Jose (Costa Rica), v.2, n.1, 2022, p.1-13.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O habeas data brasileiro e sua lei regulamentadora. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. 35 n. 138 abr./jun. 1998.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta, *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 9, no 17, 1996.

SILVA, Helio. *Os governos militares, 1969-1974*. São Paulo: Editora Três, 1998.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUZA, Maurício Maia de. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

III

Arquivos Públicos: importância para a formação acadêmica e pesquisa Histórica¹

PAULO AFONSO ZARTH

Escrevo esse artigo com base na minha experiência pessoal em arquivos públicos nos tempos de estudante de pós-graduação em História, pois acredito que esta é uma forma de contribuição para jovens pesquisadores. Ao ingressar no curso de mestrado em história na Universidade Federal Fluminense, em 1984, passei a me interessar pelas fontes judiciais, através das boas recomendações da professora Maria Yedda Linhares e do orientador da dissertação, professor Ciro Flamarion Santana Cardoso. Mais tarde, no curso de doutorado, iniciado em 1989, continuei minhas pesquisas nos arquivos do judiciário, sob orientação do professor Luiz Carlos Soares.

¹ Este texto inclui parte do conteúdo publicado inicialmente num pequeno artigo com o título *A importância dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica*, na Revista História Social: Revista dos pós-graduandos em história da Unicamp. Campinas: Nº 21, 2011.

Na época, as fontes tradicionalmente utilizadas, chamadas de “sínteses globalizantes”, eram criticadas pelo seu alto grau de generalização. Tais fontes relativamente fáceis de consultar, dizia-se então, eram representadas pelos relatórios de presidentes de províncias, relatos de viajantes, de cronistas e relatórios estatísticos, por exemplo. É possível encontrar esse material reunido em uma boa biblioteca pública como a Nacional, no Rio de Janeiro. Tais escolhas ganhavam em facilidade de acesso às informações, mas perdiam em riqueza e fundamentalmente não permitem observar fatos relevantes que são omitidos naquele tipo de fonte. Sem desprezar aqueles documentos, entendia-se que era mais adequado construir uma totalidade do tema pesquisado a partir das próprias unidades produtivas e administrativas locais, embora isto implicasse em um trabalho muito maior, mas certamente mais rico e eficiente para trazer à luz elementos pouco conhecidos nas fontes normalmente utilizadas, em se tratando de história econômica e agrária.

Reunir dados nos arquivos locais, como o do poder judiciário, fazia parte, na época, das novas concepções de pesquisa em curso na historiografia brasileira tanto no que se refere aos temas como em relação às fontes. A questão em pauta era uma crítica ao domínio da história das grandes lavouras de exportação – açúcar, café, algodão – baseadas no trabalho escravizado. Como consequência emergiu a história dos camponeses, dos lavradores pobres, até então quase invisíveis na historiografia, seguindo um movimento já iniciado pela sociologia e antropologia nos anos 1950. A história recente que dá visibilidade aos caboclos do Sul brasileiro vem desse movimento.

Um dos fundamentos desse movimento crítico está baseado nos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso e Maria Yedda Linhares, os quais orientaram centenas de novos pesquisadores desse campo historiográfico. Nas palavras de Maria Yedda Linhares, tudo começou com um programa de pesquisa apresentado em 1976 na Fundação Getúlio Vargas (RJ), com o apoio do Ministério da Agricultura, intitulado *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. “O objetivo era fazer um amplo inventário de fontes nos estados do Norte e do Nordeste do Brasil, na perspectiva de levantar fontes localmente existentes, de modo a serem tratadas nos moldes da história serial” (LINHARES, 1997, p.171).

Numa perspectiva ampla, esta questão tem a ver com o clássico debate sobre o conceito de região e sobre as relações local-global. Nesse sentido, somos herdeiros dos trabalhos desenvolvidos pela história e pela geografia francesa desde o início do século XX. Marc Bloch afirmava que as pesquisas regionais, apoiadas por sólida erudição e conhecimento histórico, seriam a única forma de reconstituir a história francesa em toda sua diversidade. Vale a pena citar:

que las monografías regionales, apoyadas en sólida erudición alimentada por una amplia cultura histórica, son lo único que puede restituírnos poco a poco, en su viva diversidad, la imagen de la vieja sociedad francesa - o, por decir mejor, de la sociedad francesa de todos los tiempos, tanto presente como pasado- es esa una verdad cuya evidencia se impone a todos los historiadores con mayor fuerza que ninguna otra (BLOCH, 1978, p. 23).

Como estudante originário do Rio Grande do Sul, elaborei um projeto no campo da história agrária sobre o planalto riograndense. Sobre a escolha do tema, é importante lembrar que a linha de tempo da história da humanidade é fundamentalmente rural. A hegemonia política e econômica do mundo urbano industrial é recente. Assim, como primeira etapa da pesquisa, visitei o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e nele consultei inventários post-mortem, processos-crime e registros paroquiais de terra, com a expectativa que teria uma visão mais detalhada da sociedade em estudo. Conforme informações disponíveis no sítio da Internet em 2011:

O acervo documental recolhido das esferas Federal e Estadual constitui-se de processos judiciais, de 1763 a 1980, totalizando 6.000.000 de documentos ou 1.726 metros lineares. O quadro de arranjo constitui-se de 103 fundos, considerando-se fundo a comarca de cada município. A codificação dos fundos é numérica crescente, sendo ordenados nas estantes pelo método geográfico. O Acervo é de caráter permanente e constitui-se em fontes primárias e únicas para pesquisa (APERS, 2011).

Chegando ao Arquivo Público do RS

A visita causou uma certa surpresa nos funcionários do Arquivo pois não era muito comum a presença de historiadores interessados em consultar um conjunto enorme de documentos. Logo se percebeu que solicitar a leitura de

um maço de inventário ou de processo-crime de cada vez seria inviável. O bom senso das arquivistas, considerando ainda a escassez de funcionários, permitiu-me trabalhar no interior do arquivo com acesso direto aos documentos. Confesso que foi uma experiência fantástica me deparar de frente com milhões de documentos históricos naquelas prateleiras, totalmente a disposição para serem revelados à história. Eu era o único pesquisador no interior do arquivo até chegar um jovem historiador estado-unidense, que pesquisava a história de chefes políticos do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Atualmente, existe uma estrutura especializada para receber pesquisadores e pesquisadoras, a incorporação de arquivistas com formação acadêmica na área, a implantação de sistema informatizado com acesso pela internet foram modificações importantes.

Antes de “ir a campo”, colegas e professores da UFF me alertavam de que poderia ter dificuldades em localizar os inventários, pois eram comuns os relatos de documentos encontrados nos locais mais inusitados e escandalosos do ponto de vista da preservação. Além disso, em alguns estados eles estavam espalhados em diversos municípios, exigindo muitas viagens para alcançá-los. Para sorte minha, os inventários post-mortem do Rio Grande do Sul estavam todos num mesmo arquivo, o APERS, bem preservados e guardados em prédios apropriados para armazenar documentos, construídos na década de 1910.

O Arquivo forma um conjunto arquitetônico composto por três construções: um prédio para abrigar as atividades administrativas e técnicas, e dois pavilhões

construídos respectivamente em 1910 e 1920, com características específicas para armazenamento de documentos: possuem teto em forma de abóbada, paredes com espessura entre 0,90 e 1,5 metros, estantes de ferro revestido por cimento, piso de ferro vazado sobre o qual deslizam escadas móveis de ferro e exaustores elétricos. Essas atribuições técnicas asseguram o melhor controle da circulação de ar e da temperatura ambiental, além contribuir para a prevenção de incêndios. Em 1991, este conjunto foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Estado – IPHAE (APERS, 2012).

Além do APERS, é importante destacar o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), outro local fundamental para minhas pesquisas. Suas origens datam de 1913 como parte do Arquivo Público. Em 1954 foi criado oficialmente pelo legislativo estadual com objetivo de guardar e conservar documentos históricos públicos e privados (AHRS, 2025). O sítio na internet informa que:

Seu acervo é formado por mais de 10 milhões de documentos, configurando um dos maiores conjuntos documentais relativos ao Estado e uma das principais instituições de memória do Rio Grande do Sul. O acesso à documentação é público, gratuito e irrestrito. Além da organização e preservação de seu acervo, o Arquivo realiza exposições a partir da documentação sob sua guarda (AHRS. 2025).

As fontes para história da agricultura de subsistência

O projeto de dissertação tratava da história agrária do Planalto do Rio Grande do Sul dos anos 1800, num contexto historiográfico no qual se criticava a hegemonia das pesquisas sobre as grandes lavouras para exportação. O extremo Sul era um caso a parte. Não existiam “plantations” de cana de açúcar ou café. A principal atividade econômica, a pecuária, era destinada, na maior parte, ao abastecimento do mercado interno brasileiro. Porém, assim como as grandes lavouras do sudeste e nordeste, o gado também era produzido em grandes propriedades, nas estâncias pastoris.

Este interesse incluía também as roças das pessoas escravizadas dos grandes estabelecimentos rurais que produziam alimentos nas horas livres. O conceito de “brecha camponesa” passou a ser utilizado para investigar o lado camponês da vida dos trabalhadores escravizados, indo um passo além de seu papel reduzido ao trabalho nas tarefas principais das fazendas (CARDOSO, 1987).

Embora eu tenha utilizado diversas fontes em diversos arquivos e tratado de outros assuntos mais específicas da história agrária, destaco dois temas para os quais as fontes judiciais foram de fundamental importância: a escravidão nas estâncias e a pequena agricultura, desenvolvida por camponeses. Na época do início da pesquisa, as principais obras sobre a agricultura regional do século XIX enfatizava as colônias de imigrantes europeus, cujos administradores organizavam detalhados relatórios, facilmente acessíveis nos arquivos riograndenses. Isto levou os historiadores a associar pequena produção agrícola com imigração de co-

lonos europeus (alemães e italianos principalmente), com uma ressalva para a fracassada triticultura dos colonos açorianos do final do século XVIII e início do XIX. Sem dúvida, a produção agrícola para o abastecimento interno foi uma atribuição dos colonos alemães e italianos, os quais justamente deram um impulso ao desenvolvimento agrícola, mas não se pode desconsiderar a produção agrícola das pessoas escravizadas e dos lavradores nacionais livres. É de se destacar que as estâncias pastoris, sedes da maior riqueza econômica do século XIX, procuravam se autossustentar de cereais e demais gêneros de subsistência, produzindo-os através do trabalho escravizado e dos lavradores nacionais livres. Neste sentido, Jean Roche, em seu minucioso estudo sobre agricultura alemã, afirma que os colonos teutos encontravam dificuldades para vender seus produtos devido à barreira da autossuficiência da estância pastoril (ROCHE, 1969).

O fenômeno da invisibilidade da agricultura de subsistência fora dos núcleos coloniais era decorrência do fato de não aparecer nas fontes globalizantes, normalmente, consultadas pelos pesquisadores. Isto é agravado quando se percebe nos relatórios de presidente de província, por exemplo, que a pequena agricultura era alvo de severa crítica e apresentada como praticamente inexistente. Com a chegada de novos e constantes contingentes de imigrantes, a partir de 1850, pôde-se observar nos relatórios oficiais uma série de informações sobre a produção agrícola e muitos elogios aos colonos e seu trabalho. Por isso, era natural o raciocínio de que apenas os colonos se dedicavam à agricultura de abastecimento do mercado interno,

ao plantio de feijão, milho, batatas e trigo, por exemplo. Outra explicação para esse fenômeno era o viés apologético da bibliografia tradicional que via nos colonos europeus os representantes do progresso e da civilização.

A bibliografia hegemônica naqueles anos em que iniciiei a pesquisa ensinava aos rio-grandenses que sua história teria sido construída por duas vias importantes: de um lado, pelos grandes criadores de gado e; de outro, pelos colonos imigrantes, pequenos agricultores originários de diversos países da Europa (germânicos e italianos, principalmente). Negava-se ou minimizava-se a presença de pessoas escravizadas nas estâncias pastoris, as quais seriam locais de trabalho livre, do conhecido e famoso gaúcho, personagem que representa os habitantes de todo o estado. Uma estátua com roupas típicas localizada na entrada de Porto Alegre, a capital do Estado, é um dos monumentos mais lembrados e admirados pela população daquela cidade.

O descaso pela agricultura dos lavradores nacionais e das pessoas escravizadas implica desconsiderar uma parcela significativa da população camponesa nacional e que é de extrema importância para o entendimento de uma série de aspectos relativos ao processo de ocupação da terra e da formação do mercado de trabalho livre em substituição ao escravizado. Estudar a agricultura dos não imigrantes significava dar visibilidade ao camponês nacional, tão pouco conhecido e desprezado no Brasil, mais conhecido pelos seus grandes fazendeiros, imigrantes europeus e trabalhadores escravizados. Nesse sentido, foi muito oportuno a leitura do texto do professor Peter Eisenberg (UNICAMP), que denomina esse trabalhador de “o homem esquecido”.

É um título perfeito se levarmos em conta que pouco se escrevia sobre ele numa perspectiva acadêmica e comprometida com as mudanças sociais no campo. Ao mesmo tempo, Eisenberg (1978, p. 157) afirmava que ele seria um elemento chave para analisar a questão do trabalho na agricultura durante o século XIX. É pertinente mencionar que o tema do camponês brasileiro, conhecido como caipira ou caboclo em algumas regiões, foi tratado em algumas obras acadêmicas importantes, hoje clássicas, como “Os Parceiros do Rio Bonito”, de Antônio Cândido; “Homens Livres na Ordem Escravocrata”, de Maria Sylvia de Carvalho Franco e “O Campesinato Brasileiro” de Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Os camponeses brasileiros durante muito tempo foram tratados de forma discriminatória, considerados vadios e ignorantes. Uma nova bibliografia, seguindo os passos daquela mencionada nas linhas acima, serviu de base para centenas de dissertações, teses acadêmicas e obras literárias corrigindo esse problema. Para citar um exemplo, no caso do Rio Grande do Sul, a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Marcio Both da Silva (2014) contribuíram muito para aprofundar o tema. Uma boa síntese sobre o caboclo rio-grandense pode ser lida no texto *Caboclos*, publicado pelo autor em 2014.

Um estudo particularmente útil para minhas pesquisas, foi publicado por José de Souza Martins a respeito dos caboclos de São Paulo. O autor demonstra que, na medida em que as fazendas de café avançavam para o interior paulista, os camponeses livres iam sendo gradativamente expulsos da terra pelos grandes fazendeiros, mas ao mes-

mo tempo eram incorporados ao próprio trabalho de formação dos cafezais: “No habia lugar para ellos dentro de la gran hacienda de café. No obstante, la expansión de los cafetales los incorporó como plantadores” (MARTINS, 1985, p 234). No caso do Rio Grande do Sul, também não havia lugar para eles nos projetos de colonização destinados a imigrantes europeus. No entanto, foram incorporados como mão de obra na abertura de estradas, nas medições de terra, na derrubada da floresta e nos mais diversos tipos de trabalhos do mundo rural.

O processo de exclusão de camponeses está associado ao controle e à apropriação da terra. As grandes propriedades eram legitimadas através de mecanismos legais ou fraudulentos que desconsideravam a presença de pequenos posseiros no seu interior. A lei de terras de 1850 impediu que homens livres e pobres se apropriassem da terra como o faziam pelo tradicional sistema de posse anterior. Independente de legislação oficial, não há dúvidas de que ocorreu uma verdadeira expropriação de camponeses nacionais em todo o sul do Brasil.

Diante destes problemas historiográficos levantados para a pesquisa, a opção natural foi adotar uma metodologia que permitisse encontrar as respostas e desvendar um mundo relativamente desconhecido do Sul, e do Brasil, de um modo geral. Uma boa estratégia foi entrar nas vilas do século XIX, através da visão das câmaras municipais, lendo as correspondências dos vereadores. Nestes documentos, preservados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontrei desde as importantes posturas municipais até reclamações sobre falta de lenha para o fogão dos moradores

pobres, além de queixas de toda ordem. A abundância destas fontes me obrigou a selecioná-las para certos períodos, pois eram milhares de documentos e seria quase impossível de lê-los todos no tempo destinado para a elaboração da pesquisa. Tomei como critérios de seleção a importância das vilas na região de abrangência. Atualmente uma série de dissertações e teses focadas apenas em um município permitiu o aprofundamento e exame detalhado das fontes.

As correspondências oficiais das câmaras municipais foram muito úteis por mostrar um quadro da conjuntura econômica e política de cada momento. Encontrei relatórios detalhados sobre a propriedade da terra, sobre terras devolutas, sobre política indígena, etc. Na câmara municipal do século XIX também eram debatidos muitos assuntos do cotidiano local. Parte desses assuntos iria parar nos relatórios de presidente da província. É claro que eles são fontes importantes, mas, de modo geral, repetem de forma resumida os relatórios das câmaras municipais. A partir da República, os relatórios do Rio Grande do Sul passaram a ser escritos por secretarias. Interessou-me, de modo particular, os da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas, os quais são relatados assuntos relativos concernentes à colonização e à apropriação de terras.

Nos documentos examinados relativos a primeira metade do século de algumas vilas é possível observar uma preocupação constante com o abastecimento, preocupação geral em todo Brasil da época. São comuns, nas câmaras municipais, as leis contra o abate de matrizes bovinas, como forma de impedir a dizimação do rebanho. Outras leis puniam, com rigor, os atravessadores, e as autoridades

des locais procuravam colocar o consumidor e o produtor em contato direto através das feiras municipais. Fraudes e abusos de preço são encontrados com frequência nessas fontes e o pão chegou a ter seu preço tabelado por uma lei municipal de Santo Antônio da Patrulha, em 1811.

Além das posturas municipais que regulamentavam a vida cotidiana das pessoas escravizadas, encontrei situações preciosas onde fica expressa a preocupação dos senhores com as possíveis rebeliões. Neste aspecto, desde os anos 1970, uma nova bibliografia vinha dando conta de publicar importantes estudos sobre rebeldia e resistência, preenchendo uma lacuna na história da escravidão do Brasil, fato incentivado pela crescente organização do movimento negro e por ocasião do centenário da extinção da terrível instituição escravista em 1988. Naquele ano foram realizados grandes congressos sobre o tema em diversas universidades e instituições culturais brasileiras.

Embora não tenha ocorrido grandes rebeliões de escravizados no Sul, da dimensão do Quilombo de Palmares ou da revolta dos Malês da Bahia, as fontes consultadas traziam novos elementos para a bibliografia existente. A possibilidade de situação semelhante vir a ocorrer era algo que causava medo entre os moradores. No decorrer dos anos 2000, diversas pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em história analisaram os processos-crime guardados nos arquivos locais, desvelando as diversas formas de rebeldia das pessoas escravizadas. Desde então, a ideia de escravidão tranquila e pacífica amplamente divulgada no estado foi sepultada pela enxurrada de evidências expostas pelas fontes do judiciário. Em 2010, por exemplo,

o Arquivo Público do Rio Grande do Sul promoveu a importante série de publicações através do projeto Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul, com o objetivo de “difundir a temática através da publicação dos catálogos seletivos que tratam da comercialização de escravos: o escravo como bem, na partilha de bens, e o escravo como réu ou vítima em crimes” (RIO GRANDE DO SUL, 2010, p.11).

Paralelamente ao medo dos trabalhadores escravizados, havia o medo constante dos povos indígenas nas áreas próximas às florestas, os quais resistiam muito à invasão de seu espaço, conflituando frequentemente com os moradores isolados nas proximidades da mata.

Os relatórios de presidente de província fornecem uma visão geral sobre a província e as correspondências das câmaras municipais possibilitam uma síntese dos acontecimentos ocorridos nos municípios. Porém, para entrar em contato com uma unidade ainda menor, é necessário o exame dos inventários post-mortem, que mostram, com riqueza de detalhes, a propriedade individual dos sujeitos. Verificando os dados colhidos dos inventários de vários municípios, pode-se observar aspectos sobre a produção, tecnologia, estrutura fundiária e sobre as relações de trabalho.

Os inventários post-mortem do Rio Grande do Sul do século XIX são muito ricos em detalhes que permitem verificar com muita clareza o que se produzia no estabelecimento agrícola do falecido, bem como sua condição de vida. É possível, através destes documentos, avaliar tanto a riqueza de um grande estancieiro como o grau de pobreza de um pequeno posseiro. Não se pode, infelizmente, dizer

o mesmo dos inventários do século XX; estes perdem sua riqueza de detalhes e os documentos não mais contemplam as heranças abaixo de valores determinados; somente as heranças que atingem certa importância merecem a visita de uma comissão de avaliadores do órgão judiciário, que descreve em detalhe os bens do falecido. Mesmo as grandes heranças perdem em riqueza descritiva, pois desaparecem muitos itens referentes a detalhes como o dos utensílios domésticos. Os inventários dos colonos do início do século XX, por exemplo, limitam-se apenas a arrolar o lote colonial, sem mencionar os instrumentos agrícolas e utensílios domésticos e mesmo pequenas benfeitorias que constavam nos inventários do período imperial.

Através do levantamento de dados dos inventários post-mortem foi possível organizar algumas séries estatísticas com informações das próprias unidades produtivas, o que deu uma segurança maior do que a oferecida pelos relatos dos viajantes, por exemplo. Assim, consegui elaborar quadros com os preços das terras; produção pecuária e agrícola – tanto com seu perfil como em sua evolução –; o número, as condições e o preço das pessoas escravizadas utilizadas em uma estância. Além destes dados que permitiram organizar algumas séries, os inventários forneceram informações singulares como a de mecanismos de endividamento, comercialização e padrão de consumo.

Devido ao elevado número de inventários, optei por recolher uma amostragem, selecionando o conjunto de documentos relativos a um ano em cada período de cinco. Além destes, recolhi os dados de inventários de personagens importantes (grandes proprietários, chefes políticos, comer-

cientes). Para tanto, elaborei algumas matrizes para facilitar a coleta dos dados e a organização de séries estatísticas. As séries homogêneas, organizadas a partir dos inventários e outras fontes locais, permitiram montar um quadro alicerçado nas próprias unidades produtivas, proporcionando detalhes que outras fontes generalizadas não permitem.

Nesses inventários post-mortem consta o tamanho aproximado das propriedades e seu preço, além da distinção entre áreas de mata e de campo nativos, instrumentos de trabalho e equipamentos em geral (enxadas, arados, carretas, etc.), número, tipo e valor dos animais, número, idade e preço das pessoas escravizadas. Confesso que o fato de os trabalhadores escravizados constarem como “bens semoventes”, na mesma rubrica dos animais causou-me espanto e indignação. São estes detalhes nos inventários os mais interessantes para a pesquisa. Além disto, estes documentos trazem mais informações como roupas e utensílios domésticos, que dão uma ideia sobre o padrão de consumo dos habitantes. Entretanto, há dificuldades no que se refere à produção de cereais, cujos dados são praticamente ignorados pelos avaliadores, o que revela a pouca importância da produção agrícola diante da pecuária. Sabe-se que nas estâncias havia produção de cereais para subsistência do próprio estabelecimento, mas raramente são computadas roças de feijão, de milho ou de mandioca, por exemplo. Mesmo entre os colonos imigrantes, os inventários pouco consideram as roças cultivadas.

Para trabalhar com estes documentos elaborei fichas de coleta de dados específicas para este fim, as quais eram pacientemente preenchidas a mão. Contados e somados os

homens, mulheres e crianças escravizadas, os bens de raiz, os animais, os produtos agrícolas, etc, os dados eram processados manualmente em planilhas com o uso de calculadoras. Cabe lembrar a falta dos modernos computadores portáteis, assim como a câmera fotográfica digital que facilitam em muito a vida do historiador de hoje. Por isso, o trabalho manual durou muitos meses no interior do arquivo.

Uma estratégia para enfrentar o grande volume de documentos foi elaborar uma seleção, ou melhor, os critérios de seleção dos inventários como forma de viabilizar a consulta do material, pois são milhares de papéis. Em primeiro lugar, li todos os inventários de um ano, sorteados para cada período de cinco, de todos os municípios selecionados (Ex. 1821, 26, 31). Em segundo, realizei uma seleção de municípios a partir de critérios econômicos, políticos e cronológicos, delimitando as regiões com certa hegemonia econômica. Assim, por exemplo, o município de Cruz Alta, criado em 1834, e que foi o primeiro de uma vasta região no planalto, desde seu início teve por base econômica a atividade pastoril, secundada pela erva-mate. Os seus distritos, que aos poucos foram emancipando-se, possuem as mesmas características (como é o caso de Passo Fundo, emancipado em 1857). E mesmo no final do século, quando esta região sofreu um processo de imigração e fundação de colônias com características bastante diferentes, elas aparecem nos inventários do próprio município de Cruz Alta, pois estas colônias somente alcançaram autonomia administrativa no século XX.

Contemplam-se assim as diferenças e a evolução no decorrer do período numa mesma área. Outra região, com

características semelhantes no século XIX, é a compreendida pela depressão central onde corre o rio Jacuí e alguns afluentes; escolhi, por ser sede desta área, a vila de Rio Pardo, uma das primeiras da província, dedicada à pecuária. Pelotas e Rio Grande, embora muito próximas, merecem atenção pela condição de centro produtor de charque e porto marítimo respectivamente, além de compreenderem uma zona de pecuária tradicional. Na fronteira oeste e sudoeste, a zona da campanha, como a chamam, ou o pampa gaúcho, examinei os documentos de São Borja (1834) e Bagé (1840); esta área é muito vasta e talvez a mais hegemonicamente pastoril da província.

Para examinar o caso das colônias de imigrantes, selecionei o município de São Leopoldo, o mais antigo (1846), e o de Caxias do Sul, região de imigração italiana. Além destes municípios típicos de colonos europeus, muitos inventários destes colonos encontram-se nas coleções dos municípios pastoris (açorianos e luso-brasileiros), como Rio Pardo, que englobava a colônia alemã de Santa Cruz, por exemplo. Além destes inventários selecionados, examinei outros de forma específica quando, por exemplo, diziam respeito a personalidades relevantes (Barões, coronéis, comerciantes, políticos, charqueadores).

Consultei também os processos-crime de alguns períodos e em locais determinados, como no caso dos ervais do planalto, onde ocorreram vários conflitos pela posse da terra. De um modo geral, os maiores conflitos e problemas relativos ao acesso à terra são comentados nas correspondências das câmaras municipais, através das quais os habitantes encaminhavam suas reivindicações coletivas. As

questões de terra também aparecem nas correspondências dos juízes comissários, encarregados da regulamentação da lei de terras de 1850.

Os processos-crime são também de grande relevância para a compreensão do cotidiano e principalmente das relações sociais. Este tipo de documento é um dos poucos em que aparecem os depoimentos da população pobre. Nele, o povo pobre, ainda que mal, pode falar. O processo decorrente do crime ou da acusação inclui vários depoimentos que são documentos de rara importância, pois incluem tanto o discurso de um grande fazendeiro como o de pequenos lavradores pobres e mesmo de trabalhadores escravizados. Enfim, é nesta fonte que pode-se ler e sentir a presença das camadas pobres da população, que dificilmente aparecem nos relatórios de viajantes estrangeiros, que tanto têm servido de sustentação para a historiografia brasileira. É nestes documentos que encontrei, por exemplo, a argumentação de um trabalhador escravizado por matar um cidadão que se atreveu com sua mulher; ou de um escravo que havia matado seu proprietário em outras terras e se refugiado na região.

Um relato inusitado sobre uma mulher escravizada informa que ela trabalhava no campo pastoreando o gado, a qual seria uma atividade típica de homens livres, os gaúchos, ou eventualmente de homens escravizados. O processo-crime foi aberto em decorrência de denúncia de maus-tratos do proprietário contra as pessoas cativas da sua estância. Segundo o promotor do caso, uma criança lactante, filha da mulher escravizada, morreu por falta de amamentação. O bebê “só mamava de noite quando sua

infeliz mãe voltava do campo, tantas vezes se repetiu este fato de barbaridade que ultimamente secara o leite de Rosa. Francisco definhando aos poucos, faleceu pela fome” (APERS, 1877).

É nos processos-crime que podemos observar a real situação de um pobre posseiro em processo de expulsão de sua roça. Depois da entrada em vigor da Lei de Terras de 1850, os lavradores passaram a sofrer enormes dificuldades para ocupar terras de forma mansa e pacífica com base na tradição e no costume regional. Na década de 1860, são inúmeras evidências na documentação do judiciário e dos legislativos municipais revelando que os camponeses eram processados na justiça como invasores de terras, sempre que realizassem suas roças em áreas vazias, como de costume, tanto em áreas públicas como privadas. Em 1863, a título de exemplo, seis lavradores do município de Cruz Alta, foram processados por invadirem matos nacionais: “à cerca de um ano principiarão a roçar, derrubar e plantar em matos nacionais, sem que estes e aqueles possam dizer que aí tem posse feita ou comprada pois que até agora ainda derrubam mato virgem” (CRUZ ALTA, 1863).

Camponeses extrativistas de erva-mate

Outro ponto importante revelado pelas fontes dos legislativos municipais trata da produção de erva-mate, o segundo produto mais importante na pauta de exportações até fins do século XIX. Embora trabalhadores escravizados

apareçam nas fontes eventualmente, a colheita e preparo inicial da *Ilex Paraguariensis* era atividade típica dos caboclos, dos lavradores nacionais, que dividiam o tempo entre o trabalho da roça de subsistência e o extrativismo sazonal.

As correspondências das câmaras municipais revelaram algo importante sobre as formas de uso da terra nessa atividade econômica. O extrativismo de mate era realizado em terras de uso comum administradas pelos governos municipais.

Existe uma grande variedade de formas de uso coletivo da terra, em diferentes espaços e tempos da história brasileira e portuguesa, as quais constam nas legislações agrárias de ambos os países (CAMPOS, 2011). Em linhas gerais é útil a definição de Almeida, para quem terra de uso comum significa “liberdade ou espaços sociais livres das restrições e exigências impostas pelos atos de compra e venda, que concretizam a transformação da terra em mercadoria” (ALMEIDA, 2011, p. 16).

Os ervais nativos do Rio Grande do Sul podem ser enquadrados como uma forma específica de uso comum da terra e particularmente dos recursos naturais. Era uma forma singular de uso comum, pois não se trata de terra comunal típica e, também, não pode ser enquadrada plenamente como de livre acesso, considerando que os usuários estavam sujeitos às regras dos regulamentos municipais.

Os termos correntes na documentação sobre os ervais são: “servidão pública”, “ervais públicos”, “colher mate em comum”, “concedidas em comum”, “comunismo”, “propriedade comum”, “colher livremente”. Por outro lado, embora o foco das atenções fosse um recurso silvestre, os campo-

neses também faziam uso das terras contíguas aos ervais para roças de subsistência. O expressivo valor econômico da erva-mate e o elevado número de camponeses dedicado ao extrativismo levaram as câmaras municipais a regulamentar a atividade, tomando por base o costume dos extrativistas em relação ao acesso aos ervais. As regras foram impostas através do código de posturas municipal, sendo, portanto, um instrumento regulatório de caráter local.

Provavelmente o mais antigo regulamento sobre o extrativismo da erva-mate foi instituído pela câmara municipal de Cruz Alta em 1835: “todos os ervais encravados nas serras a câmara os tem considerados públicos desde sua instalação em 1835, por meio de suas posturas” (CRUZ ALTA, 1852). Este regulamento, que serviu de base para outros municípios, de certa forma institucionalizava as práticas costumeiras dos ervateiros baseada no livre acesso “não consentindo que os particulares se aposses deles como propriedade permitindo, porém a todos o fabrico da erva”. Os objetivos visavam disciplinar a coleta, no sentido da conservação dos ervais; zelar pela qualidade do produto e controlar a arrecadação dos impostos municipais – a principal parte de suas rendas e impostos de 40 reis em arroba que pagam os exportadores (CRUZ ALTA, 1852).

O uso dos ervais de forma coletiva, ainda que regulamentada pelas câmaras municipais tem relação com o direito consuetudinário, com os costumes da população. Qualquer ervateiro, muitos deles descendentes de indígenas, deveria ter na memória que o extrativismo sempre fora realizado na forma de acesso livre. O direito baseado no costume aparece em diversos momentos como argu-

mento dos ervateiros contra os processos de privatização. O regulamento municipal disciplinou a colheita e comercialização transformando o costume em norma escrita, mas acrescentou alguns elementos novos: tributos, autorizações e fiscalização. As novas regras introduzidas pelos governos municipais nem sempre eram acatadas, gerando inúmeros conflitos.

O artigo 41 do código de posturas de Santo Antonio da Palmeira, copiado do original de Cruz Alta, era claro em relação ao caráter público dos ervais: “São considerados como públicos todos os ervais deste município que estiverem descobertos ou possam a se descobrir em terrenos devolutos, onde se poderá colher erva-mate em comum” (PALMEIRA, 1873). Fica evidente que o caráter público dos ervais estava sob controle da municipalidade e essa é uma característica particular deste caso de uso comum dos recursos naturais. O controle implicava ao ervateiro solicitar licença para extração, além de pagar os devidos tributos e submeter-se a fiscalização em relação as regras do extrativismo:

Ninguém poderá colher nem fabricar erva-mate sem ter obtido licença da câmara que lhe será concedida por intermédio do procurador e seus fiscais nos distritos onde estiver o erval, a qual terá vigor durante o ano que foi concedida. Esta licença será fornecida em talões assinados pelo procurador da câmara. O contraventor incorrerá em multa de 10\$000 e pena de oito dias de cadeia (PALMEIRA, 1873).

Estabelecido em 1834, o território do município de Cruz Alta ocupava naquele ano grande parte do planalto rio-grandense em cujo território os ervais nativos eram abundantes. Os distritos emancipados mais tarde seguiam o mesmo regulamento. O tributo sobre a produção e comercialização da erva-mate representou a principal renda das câmaras municipais da região por longo tempo e por isso as autoridades davam especial atenção ao controle e manejo dos ervais.

A Lei de Terras de 1850 e sua regulamentação em 1854 extinguiu gradativamente os ervais de servidão coletiva, localizados em áreas contíguas à grandes propriedades. O regulamento das câmaras municipais não foi suficiente para assegurar o uso comum dos ervais. Entre os documentos do judiciário da região produtora de erva-mate é fácil encontrar processos relativos aos conflitos entre ervateiros defensores do uso comum e os privatistas. De um lado a legislação municipal e, de outro, a imperial. Em 1862, como um exemplo entre tantos outros, um grupo de ervateiros faz queixa a câmara municipal de Cruz Alta denunciando o juiz comissário de estar medindo irregularmente as terras do erval do Faxinal.

Foi apresentada nesta câmara a petição que a V. Exa. designarão os moradores do erval do Faxinal representando contra o juiz comissário desse município, o capitão Francisco José Alves Monteiro por ter procedido irregularmente na medição dos campos de Monte Alvão, incluindo nessa medição esse erval sem respeito as pessoas nela estabelecidas, e tendo esta câmara em data de

4 do corrente oficiado ao mesmo juiz pedindo-lhe esclarecimentos, esse nem uma atenção prestou ao pedido (...) não sendo a primeira irregularidade cometida por esse juiz” (CRUZ ALTA, 1852).

A autoridade judicial se amparando na Lei de Terras enquanto os ervateiros defendiam o uso comum dos ervais, seguindo o costume estabelecido, regulamentado pela câmara municipal. O conflito entre a tradição de uso comum e a lei de terras de 1850, pautaram os conflitos daí em diante. O juiz se negou a responder à câmara pois se julgava num plano legal superior, a lei do Império. A Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 era maior, portanto, que o código de posturas locais, que regulamentava o extrativismo do mate.

Por outro lado, grandes áreas de ervais que escaparam do processo de privatização passaram à administração do Estado, no período republicano. Os governantes rompendo com a tradição camponesa de uso comum, decidiram arrendar ervais para empresas ervateiras. Ainda que o arrendamento não fosse uma privatização das terras, as quais continuariam sob domínio estatal, a exploração dos ervais pelas companhias privatizou ao extrativismo do produto, obrigando os camponeses a submeterem-se como empregados temporários.

Por outro lado, cabe mencionar que tanto os grandes proprietários pecuaristas como os camponeses que avançaram em direção aos campos nativos, ervais e áreas florestais, causaram grandes reveses aos povos indígenas. Ao longo do século XIX os conflitos eram frequentes e trá-

gicos. A população que ocupou o território por milênios resistiu por muito tempo até aceitarem, sob pressão incontornável, a oferta de criação de diversas terras indígenas e a promessa de não serem atacados.

Os arquivos regionais guardam também rica documentação sobre os povos indígenas Kaingang e Guarani, os quais habitavam e habitam ainda hoje o território riograndense. A história dessa população, diante dos limites temáticos da pesquisa, não foi aprofundada aqui. No entanto, inúmeras dissertações e teses de boa qualidade acadêmica foram produzidas nos centros de pós-graduação em História recentemente, aproveitando os acervos regionais.

Os resultados da pesquisa

Um dos principais resultados da pesquisa no acervo do APERS se refere a escravidão nas estâncias pastoris, que até então era negada ou minimizada na bibliografia dominante. Embora fosse mencionada como algo eventual por alguns autores, o trabalho escravizado nas estâncias ficou evidente através dos inventários. Na maioria dos inventários que eu lia lá estavam eles e elas, cativos e cativas, com nome, idade, origem, preço e, às vezes, a profissão. Não dava mais para esconder: os peões gaúchos das estâncias, livres, estavam acompanhados de trabalhadores escravizados nas lidas do campo, campereando o gado, domando cavalos xucros, marcando novilhos em rodeios. Outras pesquisas posteriores realizadas por historiadores nos centros de pós-graduação em história confirmaram com mais

detalhes a presença efetiva da escravatura das fazendas de gado de diversos municípios sul riograndenses.

A contribuição historiográfica dessas pesquisas sobre a escravidão tem sido destacada por especialistas desse campo em diversas publicações. Entre estas cabe mencionar o prefácio da professora Regina Xavier no livro “Documentos da escravidão no Rio Grande do Sul. Inventários: o escravo deixado como herança”, editada pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (XAVIER, 2010).

Outro resultado relevante das pesquisas se refere aos camponeses nacionais, não imigrantes, denominados de caboclos, que formavam um enorme contingente de pessoas trabalhando na agricultura de subsistência e no extrativismo de erva mate. Através de processos-crime e das correspondências das câmaras municipais foi possível analisar as formas de uso da terra e a inserção na sociedade rio-grandense do século XIX. Os dados recolhidos revelam a contribuição do extrativismo de mate na economia da província através da exportação para países do Prata. Nesse sentido, os ervateiros não estavam isolados no fundo das florestas do norte e sim ligados aos mercados sul-americanos através dos portos do rio Uruguai.

A documentação sobre os ervais de uso comum e a possibilidade de estabelecer roças de subsistência no seu entorno, também trouxe uma boa contribuição para compreender a história dos antigos camponeses da região. Seus laços com a tradição dos povos indígenas, dos quais descendem em grande medida, e sua relação com a território, principalmente o extrativismo de erva-mate e o uso comum dos ervais nativos, uma forma singular de uso da terra.

Por fim, cabe um comentário positivo à iniciativa dos dirigentes estaduais que mandaram construir o prédio do Arquivo Público. O informe publicado no relatório do presidente do estado, de 1911, indica que eles sabiam muito bem o valor cultural dos documentos: “com o fim de acautelar, quanto possível, contra a ação destruidora do fogo, a importante papelada que constitui a garantia da riqueza de todos, foi resolvida a construção de um edifício *ad-hoc* feito de pedra, tijolos, cimento e ferro, incombustível, enfim” (GONÇALVES, 1911, p. 15). Espero que os futuros dirigentes continuem com a mesma percepção, Clio agradece.

Referências bibliográficas

AHRS. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/arquivo-historico-do-rio-grande-do-sul>, Acesso em 25 ago. 2025).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Prefácio. In: CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

APERS. Arquivo Público do Rio Grande do Sul. (Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=conjuntoarquitetonico>. Acesso em 20 fev. 2012).

APERS. Arquivo Público do Rio Grande do Sul. (Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=notas>. Acesso 21 nov. 2011).

BLOCH, Marc. *La Historia Rural Francesa*. Barcelona, Editorial Crítica. 1978.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 2.ed. São Paulo : Duas Cidades, 1982

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CRUZ ALTA. *Processo-Crime Nº 1912*, Maço 48. Cartório do Civil e Crime. 1 jun 1877. Acervo do APERS. Arquivo Público do Rio Grande do Sul

CRUZ ALTA. *Processo-Crime Nº 1793*, M. 45. Cartório do Civil e Crime. Acervo do APERS. 1863

CRUZ ALTA. *Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta ao governo da província*. 10 de agosto de 1852. AHRs.

EISENBERG, Peter. O Homem Esquecido: O Trabalhador Livre Nacional no Século XIX. - Sugestões para uma Pesquisa, *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXVIII, São Paulo, 1977-1978, Universidade de São Paulo.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo : Ática, 1976. 2.ed.

GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada a Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1911.

LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARTINS, José de Souza. Del Esclavo al Asalariado em las Haciendas de Café. 1880-1914. La Genesis del Trabajador Volante. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. *Población y Mano de Obra en America Latina*. Madrid : Alianza, 1985

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Resenha sobre o livro:

Regina Célia Lima Xavier (Org.). História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional. Guia bibliográfico. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. 392p, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 575-578 – 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro*. Petrópolis : Vozes, 1973

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: processos crime : o escravo como vítima ou réu*. Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva –Porto Alegre : Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTO ANTÔNIO da PALMEIRA. *Correspondências da Câmara*. Código de Posturas de 1875. (Este código é cópia do Código de Cruz Alta, que regulamentava estes ervaais antes da criação do município da Palmeira) Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Caboclos*. História Unisinos. São Leopoldo. Revista Unisinos, Maio/agosto 2014, p. 338-351

XAVIER, Regina Célia Lima. “Prefácio”, in Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança* / Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. (Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292870159.Livro_Inventarios_v.3.pdf)

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

_____. *Do arcaico ao moderno*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

_____. Terras de uso comum nos ervais do Rio Grande do Sul
In: *Terra e poder: Abordagens em História Agrária*, ed.1.
Porto Alegre: FCM Editora, 2015, v.1, p. 56 – 72.

IV

Eu, os arquivos, as fontes e a história agrária:

revisitando escritos e
significando uma caminhada

MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA

Este capítulo, assim como o livro do qual faz parte, tem uma história. Ele é resultado de um convite recebido, em 2021, da equipe de servidores do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS). Em uma versão sintetizada, foi publicado em 2022 no livro “Conversando com mais historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses”, organizado por Rodrigo de Azevedo Weimer. A versão inicial do texto tinha cerca de 30 páginas, mas, para publicação, fui solicitado a sintetizá-lo para o limite de 10 páginas. Realizei a tarefa com certa angústia, pois as 20 páginas que não foram publicadas continham histórias que diziam muito sobre minha trajetória acadêmica, sobre minha relação com a pesquisa em arquivos e no trato com as fontes. Também sobre a “ilusão biográfica” que criei em torno da minha caminhada desde a graduação até o douto-

rado e sobre alguns momentos importantes no processo de minha formação como professor e historiador.

Todavia, quando precisei realizar a síntese necessária para o livro organizado pelo APERGS, já tinha comigo a leitura de que o tempo é senhor de si e que ele sempre nos apresenta possibilidades de reencontro com o passado. Ela apareceu agora, e terei a chance de apresentar aos futuros leitores deste capítulo algumas histórias que não estão na versão publicada em 2022. Contudo, alguns trechos e partes da primeira versão continuam aqui, revisitadas, ampliadas e atualizadas. Há quem possa argumentar que tal prática é perigosa, pois pode configurar uma espécie de autoplágio ou a expressão concreta da busca incessante por publicações e inserção de linhas no currículo Lattes, muito comum atualmente. Contudo, não é isso! Entre outras críticas, entendo que o termo “autoplágio” apresenta alguns problemas e descreve uma prática que, no contexto acadêmico brasileiro, muito marcado pela lógica da produtividade, tem conotações que muitas vezes não se sustentam. Considero que a aplicação generalizada do termo para tudo e para todos, em vez de promover uma análise crítica sobre a produtividade quantitativa e freá-la, pode potencializar a criação de mecanismos para contorná-la, mas sem atingir aquele que considero uma das essências do problema: relativizar a qualidade em prol da quantidade.

Nesse sentido, gostaria de mencionar dois textos que considero relevantes na minha formação e que alcançaram o status de clássicos da historiografia internacional. Refiro-me ao “Economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, de Edward Palmer Thompson, publicado no livro

“Costumes em Comum”, e ao capítulo “Economia moral revisitada”, que compõe a mesma obra. Ao iniciar o segundo texto, Thompson faz referência ao primeiro nos seguintes termos: “o capítulo anterior foi publicado pela primeira vez como artigo em ‘Past and Present’, em 1971. Publico-o novamente sem revisão. Não vejo razão para recuar de seus resultados” (THOMPSON, 1998, p. 2023). Por sua vez, no “Economia moral revisitada”, o autor retoma o artigo original a partir dos debates que ele gerou e das críticas de que foi objeto. Ao fazer isso, Thompson demonstra que há historicidades e dinâmicas altamente complexas envolvidas no processo de construção do conhecimento histórico. Ou, para lembrar Stevan Shapin, outro historiador que tenho lido bastante ultimamente, a ciência – e aqui não nego ou relativizo o fato de que a História é uma ciência – é um objeto histórico produzido por “pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade” e que, além disso, são pessoas que “se empenham por credibilidade e autoridade”. Portanto, ainda segundo Shapin (2013, p. 14):

Temos um compromisso de contar histórias ricas, detalhadas e, esperamos, precisas sobre a ciência sem acreditar que ela seja singular em termos cognitivos ou metodológicos ou sociais, sem acreditar que ela seja integral e unificada, sem acreditar que ela tenha um conjunto especial de valores que outras formas de cultura não possuem, sem acreditar que ela seja de inspiração divina, sem acreditar que ela seja produzida somente por gênios, sem acreditar que seja a única força de progresso na história, ou que seus praticantes não comam frango.

Inspirado nessa reflexão, gostaria de registrar que não possuo a qualidade e a relevância historiográfica de um E. P. Thompson. Todavia, lembro de outro escrito que também foi muito importante em minha formação, o “Apologia da História” de Marc Bloch. Neste livro, ao criticar Languois e Seignobos, suas metodologias e formas de escrever história, Bloch reconhece a importância desses historiadores para o desenvolvimento da historiografia francesa e registra o quanto aprendeu ao ler os textos e assistir às aulas deles. Portanto, assim como Marc Bloch (2001), ao mencionar Thompson, busco me situar no ombro de um gigante, pretendendo enxergar mais longe. Nesse sentido, minha menção ao consagrado, debatido e reconhecido historiador inglês é apenas uma maneira que encontrei de usar este espaço para realizar uma análise que, em minha opinião, poderá vir a ser relevante para as novas gerações de historiadores que, por acaso ou intenção, venham a ler este capítulo.

Em suma, quantidade não é sinônimo de qualidade, e a revisão de textos é um processo muitas vezes doloroso, mas cientificamente importante, inclusive para o avanço da ciência, pois os cientistas são pessoas situadas no tempo, no espaço, na cultura e, enfatiza Shapin, pessoas que comem frango. Em outras palavras, estão longe de ser seres superiores encastelados em torres de marfim de onde tudo podem ver e avaliar com precisão super refinada e total imparcialidade. Nestes termos, vale enfatizar que a escrita da história é um trabalho árduo, que envolve muita humildade, troca de saberes e diálogo, de modo especial o reconhecimento de que as análises e histórias que desenvolvemos

e contamos não são definitivas, portanto, constantemente precisam ser revisitadas, aprimoradas e relidas. Em certas situações até republicadas, seja para encontrar novos leitores, seja para incorporar ou rebater as críticas das quais foram objeto ou, porque, como faz Thompson, não existam razões para recuar de seus resultados. Por fim, também registro meu agradecimento à equipe do APERGS pelo convite em participar da coletânea na qual a versão original e sintetizada deste texto foi publicada, e pela compreensão em autorizar esta revisita.

Ponto de partida: os primeiros passos

Nem sempre é fácil escrever sobre si. Invariavelmente esse ato nos leva a cair na chamada “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2002), mas trata-se de um exercício importante e, em alguns momentos, parece ser positivo parar e “ruminar” algumas questões do nosso próprio passado, da nossa trajetória. Porém, para lembrar Nietzsche e suas “Considerações Intempestivas”, isso só tem sentido enquanto tal exercício servir para a vida, pois, nos alerta o filósofo alemão, ficar muito tempo a mastigar o passado pode levar um homem, um povo ou uma cultura à paralisia.

Minha trajetória profissional inicia no interior do Rio Grande do Sul, no município de Ijuí, em uma universidade regional, que tinha certa tradição histórica na formação de profissionais em diferentes áreas, com destaque especial para as licenciaturas e, dentre elas, a de história. De 1998 a 2002, fiz o Curso de Licenciatura em História da Univer-

sidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a Unijuí. Foi lá que, academicamente, tudo começou. Na verdade, há um momento anterior que envolve o ensino fundamental realizado na Escola Estadual Anchieta, localizada no município de Chiapetta/RS e o ensino médio cursado no Seminário Rainha dos Apóstolos, situado em Vale Vêneto/RS. O gosto pela história, pela leitura e pelas humanidades tem origem nesse tempo.

No final de 1997, logo ao sair do Seminário, decidi fazer o vestibular, mas para o curso de Direito. Meus pais ficaram orgulhosos, pois era a primeira vez que um membro daquele núcleo familiar faria um curso superior e, no final de tudo, sairia “Doutor”. Ledo engano, pois, um ano depois, o possível filho doutor resolveu ser professor e solicitou transferência para o curso de História. Confesso que nesse momento a possibilidade de virar historiador, pesquisador, doutor em história ou coisa que o valha nem passava por minha cabeça, muito menos pela cabeça de meus pais e daqueles com quem convivia. Não conhecia esse universo de mestrado, doutorado e coisas do gênero, pelo menos naquele momento não o imaginava para mim. A ideia inicial era ser professor e, feita a formação necessária, voltar para Chiapetta e lecionar.

Digamos que, devido às experiências até então vividas, o meu horizonte de expectativa, sustentado no meu espaço de experiência, não era capaz de imaginar outros caminhos. Entendia que esse negócio de escrever história era coisa de pessoas importantes e inteligentes, não para um estudante humilde, filho de um marceneiro e uma funcionária pública. Ser professor já era um passo significativo e importante

demaís. Digamos que a experiência de querer ser doutor advogado já tinha sido um tanto quanto frustrante.

Assim, em 1999, me tornei graduando em história, passagem que foi acompanhada por outra mudança, mas de cidade. Nesse ano, transferei residência de Inhacorá/RS para o município de Ijuí/RS, onde está localizada a universidade. No ano anterior, enquanto cursava direito, meu cotidiano era trabalhar durante o dia na marcenaria do pai e à noite ir à aula. Para chegar à universidade precisava fazer um trajeto, percorrido de ônibus, de mais ou menos 90 quilômetros entre Inhacorá/RS e Ijuí. Nessa época minha família não mais residia em Chiapetta, lugar onde nasci, mas em Inhacorá, cidade vizinha que recentemente havia deixado de ser um distrito de Chiapetta para ser município. Acredito que na época deveria ter algo em torno de 1000 a 1500 habitantes, talvez bem menos.

A viagem entre Inhacorá e Ijuí era cansativa e chata! Além de tudo, não me encontrava na sala de aula, nos debates e não me identificava com as discussões, com as pessoas da turma, com os professores e tudo mais. Era um mundo muito estranho, diferente demais em relação a tudo o que havia vivido e, além disso, não fazia muito esforço para me adaptar ou para aprender a lidar com ele. Certa feita, um professor solicitou minha opinião sobre determinado tema. Respondi que estava na expectativa, ouvindo os colegas e que não tinha nada de diferente a declarar. É interessante notar que, em meus 15 anos de docência no ensino superior e médio, ocasionalmente me deparo com respostas semelhantes quando procuro instigar a participação dos alunos sobre algum conteúdo.

Na verdade, durante aquele ano de 1998 não lembro de ter lido uma página sequer para qualquer tipo de discussão. Nada se encaixava. Era um deslocado (coisa que não mudou muito em relação a muita coisa...). Lembro que a decisão de respirar outros ares veio na sequência da aula em que eu disse estar na “expectativa”, pois o riso que veio em consequência da minha resposta gerou certo incômodo pessoal. Estava fechando o ano de 1998 e não suportaria ficar mais um ano na “expectativa”. Fui em direção ao Departamento de História e perguntei o que deveria fazer para mudar de curso. Quando disse que iria transferir do curso de Direito para o de História, a secretária que me atendeu, a Lurdes, fez uma cara de surpresa. De todo modo, passou as orientações necessárias e, em 1999, nova vida começou.

Juntamente com o ingresso no curso de história, a mudança para Ijuí e a incompreensão generalizada causada pela escolha de querer ser professor e não doutor, vieram várias responsabilidades. Dentre elas, a de pagar o aluguel e a mensalidade da universidade. Inicialmente tentei algum trabalho no comércio, mas não alcancei sucesso na empreitada.

Não lembro exatamente o tempo, mas uma ou duas semanas depois que havia chegado à nova cidade, o Museu Antropológico Diretor Pestana, que é vinculado à Unijui, abriu vaga para seleção de estagiário. Me inscrevi e, desta vez, tive sucesso. Acredito que, nesse momento, já havia assistido algumas aulas do novo curso. Estava me sentindo mais situado, mais identificado com os temas de discussão e com os colegas de sala de aula. Em síntese,

menos “na expectativa”. Além disso, a possibilidade de trabalhar em um museu tinha dado sentido mais completo ao curso de História.

Nessa época, procurava não falar sobre o tempo em que havia cursado Direito, pois quando mencionava a experiência, precisava explicar os motivos da decisão de mudar e eles nem sempre eram muito bem compreendidos. Alguns dos colegas do novo curso me consideravam inteligente, pois havia passado no vestibular mais concorrido da Unijui. Além de inteligente, também um tanto “sem noção”, pelo menos o suficiente para, por motivos não muito precisos, desistir de ser advogado para ser professor. Por sua vez, também existiram aqueles colegas e professores que viam minha decisão como muito positiva e a parabenizavam. Enfim, parece que eu estava no lugar certo. Lugar de pessoas “doidas” e inteligentes. Isso me agradava.

Foi na primeira semana de aula do novo curso que ouvi falar na tal História Agrária e que descobri que ser professor não era o último estágio da formação que havia escolhido, que era apenas uma das possibilidades que o curso poderia oferecer. Também descobri que era possível ser doutor sem necessariamente ser médico ou advogado, que máximo! Além disso, fiquei sabendo que muitos doutores que eu conhecia eram só médicos ou advogados, de doutores não tinham nada. Tinha notícias disso, mas a minha experiência de vida dizia que advogados e médicos eram doutores, professores eram o que eram, professores. Quando alcancei o conhecimento de que as coisas eram mais complexas do que isso, quando aprendi que outros caminhos eram possíveis, resolvi que um dia seria professor doutor.

Quanto à História Agrária e a forma como ela entrou na minha vida, minha lembrança é de que isso aconteceu em uma quinta-feira na primeira semana de aulas do ano letivo de 1999. Nesse dia, tive aula de “Metodologia da Pesquisa em História” (não tenho certeza se o nome era exatamente esse, mas a disciplina tinha relação com essa temática). Esse foi o dia que conheci o professor Paulo Zarth, hoje um grande amigo e companheiro de jornadas e que tem um capítulo nesse livro. Lembro de ele ter contado parte da sua trajetória, de ter dito que era doutor em história; que dar aula é uma das coisas mais importantes na vida de um historiador, mas que também existia o universo da pesquisa em história. Fiquei encantado e, ao final da aula, já que ele havia falado que iria fazer seleção para implementar uma tal bolsa de pesquisa de “Iniciação Científica”, fui conversar com ele. Disse que vinha do Direito, que estava trabalhando como estagiário no Museu, mas que tinha interesse em fazer pesquisa, independentemente do tema.

Lembro dessa conversa ter acontecido em frente ao local em que no ano anterior eu pegava o ônibus para voltar a Inhacorá depois das aulas. Ele me ouviu e convidou para participar da seleção juntamente com outros estudantes que haviam demonstrado interesse na pesquisa e na bolsa, para minha alegria, tive êxito na seleção. Cerca de um mês depois estava trabalhando em um projeto de pesquisa que tinha como tema a modernização da agricultura no contexto da região noroeste do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Foi aí que os temas que pesquisei até hoje se tornaram objeto de minha atenção e preocupação. Portanto, esse é o início de minha trajetória profissional,

os primeiros passos para ser professor de história e meu ingresso no ofício de historiador.

Durante a graduação tive bolsa de iniciação científica até o penúltimo semestre do curso. Devido às regras da universidade não era possível ter nova bolsa implementada a alunos que estavam nos últimos seis meses da formação. Esse foi um momento de grande preocupação, pois precisava pagar a mensalidade da universidade e tinha mais seis meses pela frente. Tentei seleção para trabalhar no Museu novamente, mas não passei, muito devido ao fato de que meu vínculo com a Unijuí tinha prazo de validade e, ele encerrando, não poderia cumprir o contrato que tinha validade de dois anos ou algo assim.

A situação estava ficando complicada e estava na iminência de ter que trancar o curso por falta de recursos, mas em uma certa manhã inusitada alguém bate à porta da casa onde morava e se identifica como professora do curso de letras da Unijuí, que estava finalizando o doutorado e que precisava de ajuda para o levantamento de fontes da pesquisa que vinha desenvolvendo. Era a professora Ercília Ana Cazarin, que disse ter chegado a mim por indicação do professor Paulo Zarth. Foi uma grande notícia, pois ela se propôs a pagar o mesmo valor da bolsa de iniciação científica por um período de três ou quatro meses. Aceitei o convite de pronto e iniciei o trabalho que consistia em selecionar e anotar falas de Luís Inácio Lula da Silva presentes e veiculadas na Revista Veja. Devido à experiência adquirida no tempo da Iniciação Científica, tive facilidade em realizar a tarefa e a terminei no tempo previsto. Isso significava que eu tinha mais três meses de

mensalidade e aluguel para dar conta e, assim, ter o diploma. O que fazer?

No tempo que trabalhei com a professora Ercília, estabeleci contato, ainda que tímido, com o marido dela, o professor Cláudio Garcia, um filósofo. Quando mencionei minha situação para eles, o professor Cláudio disse que precisava de ajuda para desenvolver uma pesquisa que tinha como objeto analisar o conceito de História em Hannah Arendt. Neste caso, ele propôs a “difícil” tarefa de ler alguns livros de Arendt, destacar e digitar os trechos em que ela discutia conceitualmente o que é a História. Em troca, ele continuaria pagando o valor da bolsa para eu cumprir uma carga horária de 20 horas semanais. Foram meses de muita leitura e aprendizado, tanto com a pesquisa da professora Ercília quanto com a pesquisa do professor Cláudio. Hoje Ercília, Cláudio e o filho deles, Carlos, são grandes amigos e pessoas muito queridas em minha vida.

Nesse meio tempo, também estava envolvido com a produção do projeto de pesquisa que ia apresentar para seleção de mestrado do Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Novamente, quando apresentei essa intenção aos meus pais, eles ficaram receosos, pois na cabeça deles, especialmente de meu pai, era hora de “começar a trabalhar”, a “ganhar dinheiro”, afinal, já tinha estudado demais na vida.

Além disso, tinha a questão de ir morar em Porto Alegre, nem eles, nem eu havia, até então, pisado naquela cidade – a capital, a maior cidade do estado. Na verdade, eu havia estado lá umas duas vezes acompanhando o professor Paulo Zarth e o professor Marcos Gerhardt nos

encontros do GT de Ensino de História que aconteciam aos sábados nas dependências do Museu Hipólito José da Costa. Porém, minha estadia se resumia a isto, conhecia Porto Alegre pelas janelas do carro e devido a algumas caminhadas tímidas que realizava na volta do Parque Redenção, pois o lugar onde ficávamos hospedados localizava-se ali por perto.

Além de não conhecer a cidade, havia o problema do deslocamento e da estadia, afinal, com que recurso financiaria as passagens e a minha permanência em Porto Alegre durante o período de seleção? Quanto à viagem, novamente o casal Ercília e Cláudio vieram em meu socorro, pois ofereceram a possibilidade de passar a virada de ano com eles em Tapes/RS, município que fica localizado próximo a Porto Alegre. Aí, quando fosse o período de seleção, só precisaria pagar a passagem do ônibus de Tapes e Porto Alegre, valor que era bem mais acessível.

Fiquei uns 15 dias em Tapes, período em que li e reli os livros que faziam parte da bibliografia básica indicada no edital de seleção e que também estudei inglês, pois passar na prova de línguas era requisito para ingressar no mestrado. Boa parte dessas atividades realizei em uma espécie de escritório ao ar livre que montei em cima de uma figueira centenária que fica aos fundos da casa onde estava hospedado. Quando cansava de ler, bastava olhar para frente e admirar a beleza da Lagoa dos Patos. Até então nunca havia passado pela minha cabeça a possibilidade de um dia conhecer a Lagoa dos Patos, para mim ela só existia nos mapas da escola.

Para ficar em Porto Alegre durante a seleção, consegui ajuda de outro ex-professor da Unijuí, professor Romeu (não lembro o sobrenome). Na verdade, eu era amigo da ex-esposa dele, a Belair Stefanello, que tinha sido minha colega de trabalho na época do estágio no Museu. Ela intermediou a negociação sobre minha estadia com ele durante a seleção.

Sem essas ajudas, dificilmente eu teria tido condições e estrutura para realizar a seleção de mestrado. Confesso que dei certo trabalho para estas pessoas, por exemplo, o Romeu teve que ir me buscar na rodoviária quando cheguei em Porto Alegre, pois não fazia ideia do que fazer para chegar no local onde ele morava. As pessoas diziam, é fácil, basta pegar um ônibus na rodoviária e ir até o Mercado Público e de lá, pegar outro ônibus e pedir para descer na parada mais próxima ao local onde ele morava, um apartamento localizado no centro, na Rua Andradadas, em frente ao Museu do Trabalho. Sim, parece fácil e é fácil, mas vale lembrar que eu vinha de Chiapetta/Inhacorá, que a maior cidade que eu conhecia era Ijuí e que até então minha experiência de andar em coletivos era nenhuma. Conhecia esse mundo só a partir dos livros, da televisão e das histórias que me contavam.

Em Chiapetta, Inhacorá e Ijuí, quando precisava fazer algo, fazia com os próprios pés. Mania que mantive em Porto Alegre. Lembro que logo que cheguei na capital fiquei sabendo de um evento sobre Hegel que aconteceria no Instituto Goethe, participei de todo evento, sendo que ia e voltava de lá caminhando (mais ou menos uns 12 quilômetros entre ida e volta). Na época eu alugava um apar-

tamento (um JK mobiliado), que posteriormente dividi com um colega do mestrado (Hilton Costa), localizado na Duque de Caxias, a uns 500 metros de distância da Usina do Gasômetro.

Essa mania de caminhar, muita afeta a minha origem interiorana, a certo orgulho e dificuldade em pedir ajuda, algumas vezes me colocou em situações de risco, tanto na época do mestrado, como na época em que fiz o doutorado e morei no Rio de Janeiro. Tal como a vez em que recebi a primeira bolsa, retirei o dinheiro no campus da UFRGS, saí da aula com dois colegas (Fernando Nicolazzi e Hilton Costa), fomos comemorar a bolsa na Cidade Baixa. Ao final da noite, de madrugada e já um tanto ébrio, mesmo sob o protesto dos dois companheiros que ofereceram um pouso mais seguro e próximo, resolvi ir caminhando da Cidade Baixa até o apartamento da Duque de Caxias. Para evitar problemas, uma vez que estava com a primeira bolsa no bolso, resolvi ir pela rua que considerava menos movimentada e fiz o trajeto pela Fernando Machado, na época uma rua com pouca iluminação. No final deu tudo certo, mas o olhar retrospectivo me diz que a decisão foi um tanto alopada.

Resolvidos os detalhes da viagem e da estadia, fui para a tal seleção de mestrado do PPGH-UFRGS, isso aconteceu no ano 2000. Outra vez, tive êxito, mas comparativamente ao que até então tinha vivido na academia, a experiência foi dura e, em algum sentido dolorosa. Na verdade, saí da entrevista com a impressão de que não havia passado. Leitura que foi reforçada por alguns comentários que recebi e que tinham como fundamento o fato de eu vir de uma uni-

versidade do interior, que supostamente não tinha tradição em pesquisa e coisas do gênero. Segundo a leitura que foi a mim apresentada, isto iria me prejudicar em relação aos outros inscritos na seleção, a maioria deles formados na própria UFRGS ou vindos de outras grandes universidades. Há certa verdade nessa interpretação, não discordo total e frontalmente dela, mas ela não é um absoluto.

Nesse contexto, liguei para minha mãe e disse que na sequência voltaria para casa e tentaria dar aula em algum lugar, mas ela disse que antes de qualquer coisa era para esperar o resultado, pois achava que eu havia passado. Logo que desliguei, fui até a sala onde funcionava a secretaria do Programa e o edital com o resultado da seleção estava afixado na porta: eu havia conquistado a penúltima vaga. Eis o segundo e talvez o mais importante passo na minha trajetória profissional. A alegria foi imensa e intensa!

Depois disso, vieram outras dificuldades, todas relacionadas à minha origem geográfica e condição social. Havia a questão da estadia durante os dois anos de mestrado, a notícia inicial era a de que devido à minha classificação eu não teria bolsa. Enfim, com que recursos eu iria viver e permanecer em Porto Alegre? Inicialmente segui os caminhos que havia percorrido quando a coisa apertava no tempo da graduação. De volta a Inhacorá (nessa época meus pais eram caseiros em um salão de festas localizado no Rincão do Pires, uma comunidade localizada no interior do município), depois de uma longa conversa com eles resolvemos que a solução seria ir ao banco em Chiapetta e pedir um empréstimo (na época em Inhacorá não existia agência bancária).

Nestes momentos sempre ou quase sempre tinha companhia da minha mãe. Lembro que consegui levantar cerca de 1.500,00 reais, mas boa parte desse dinheiro ficou no banco para pagar outros empréstimos que havia feito anteriormente para quitar as mensalidades da graduação, aluguel e outras coisas. Em todo caso, com o dinheiro que sobrou conseguiria pagar o primeiro mês de aluguel em Porto Alegre, garantir minha alimentação e meios para conseguir algum tipo de trabalho.

Também recebi ajuda de uma amiga da Alemanha (a Júlia) que havia conhecido nos tempos do seminário e ofereceu 1.000,00 reais para custear o meu estabelecimento em Porto Alegre. Outra amiga (Carla) dos tempos da graduação e do movimento estudantil conseguiu junto a uma deputada estadual (Maria do Rosário) um “bico” no gabinete dela. Minha atividade básica era ir todo dia à Assembleia Legislativa e, caso precisasse, ajudar nas tarefas diárias: distribuir panfletos, digitar textos e coisas do gênero. Na verdade, como tinha muita pouca coisa para fazer, aproveitava para ficar “fuçando” na Biblioteca da Câmara, lendo textos que tinham relação com a minha pesquisa.

No início, no primeiro mês especialmente, a situação vivida e o processo de estabelecimento em Porto Alegre foram bem difíceis, mas já no começo do segundo ou terceiro mês recebi a notícia de que havia chegado uma nova bolsa ao Programa e que eu a receberia. A partir disso, pelo menos financeiramente, as coisas se estabilizaram e, finalmente, eu poderia me dedicar inteiramente à pesquisa. Outro momento importante nesse processo foi o das novas amizades que passaram a ser construídas, especialmente

entre os colegas e professores da turma de mestrado, pessoas que acompanharam todo esse processo, uns mais de perto, outros nem tanto.

Muito provavelmente eles não conhecem essas histórias com a riqueza de detalhes que conto aqui. Dificilmente falava e falo sobre as dificuldades pelas quais passei, pois, como escrevi no início, me incomoda muito a ideia da “ilusão biográfica”. Além disso, carrego uma espécie de orgulho que dificulta falar sobre mim mesmo, prefiro ruminar.

Há outras histórias e pessoas envolvidas em toda essa história, situações acadêmicas e pessoais, mas acho que com o que contei até agora já é possível ter uma ideia da minha “trajetória profissional” e de como cheguei ao mundo da pesquisa e dos arquivos. Especialmente no sentido de demonstrar o quão difícil foi percorrê-la e de que os sucessos que tive estão profundamente alicerçados nas pessoas que citei e em muitas outras que não foram mencionadas, mas que nem por isso são menos importantes.

O passo seguinte da trajetória foi o ingresso no doutorado. Logo que finalizei o mestrado em 2002, fiz seleção no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS), mas não obtive sucesso. Porém, não desisti da ideia criada lá na graduação de um dia ser doutor em história. Assim, no ano seguinte, prestei seleção no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e, desta vez, com êxito. As histórias que vêm na sequência foram tão interessantes quanto as que contei até aqui, contudo, foi um pouco mais fácil, já estava mais maduro e “curtido”. Apenas para citar uma dessas histórias, lembro

que a viagem feita ao Rio de Janeiro para prestar a seleção do doutorado foi realizada em um avião Hércules de Força Aérea Brasileira. Consegui uma carona com um conhecido (aqui faço um esforço grande para lembrar o nome dele, mas sem êxito) que era Sargento da Aeronáutica e administrava um cursinho pré-vestibular em que trabalhei entre 2004 e 2005. Essa foi a primeira vez que subi em um avião.

O encontro com as fontes e os arquivos

Meu encontro com as fontes começou juntamente com a graduação em história, pois, como escrevi, já no início do curso passei a integrar, na condição de estagiário, a equipe do Museu Antropológico Diretor Pestana, vinculado à Unijuí. Creio que permaneci no Museu por uns 6 meses. Nessa experiência, meu trabalho era ajudar na catalogação do acervo de fotografias de Ijuí, imagens que retratavam diferentes períodos históricos do município, principalmente as chamadas famílias pioneiras. A rotina consistia basicamente em datilografar informações e dados gerais sobre as fotos em uma ficha catalográfica que serviria de referência aos pesquisadores que buscassem consultar o acervo fotográfico. Para esse trabalho foi fundamental o curso de datilografia que havia feito ainda na adolescência, o qual me possibilitou condições para ser muito rápido e eficiente na sua execução.

Assim que a iniciação científica teve início, retornei ao Museu, mas para realizar atividades relacionadas ao projeto de pesquisa. Nessa oportunidade, minha tarefa

era consultar os jornais que circularam em Ijuí entre as décadas de 1960 e 1980 e levantar os artigos que tinham como foco abordar temas relacionados ao processo de modernização da agricultura na região noroeste do Rio Grande do Sul. Guardo os fichamentos até hoje e, sempre que possível, retorno a eles, pois constituem um dos momentos fundamentais no meu processo de formação e que definiu de uma forma certa que as mudanças que havia empreendido (de município, de curso, etc.) tinham trazido resultados positivos. Foi ali que descobri que a pesquisa e a docência seriam duas companheiras na minha caminhada daquele momento em diante.

A pesquisa foi tão marcante que, quando assumi a condição de professor efetivo na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em 2010, a primeira pesquisa de iniciação científica que encaminhei tinha como tema a modernização da agricultura na região oeste do Paraná, tendo como fonte principal os jornais que circularam em Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel, entre 1960 e 1990. A história não para aí, pois muito recentemente também tive projeto de iniciação científica aprovado em que o tema será pesquisar a modernização da agricultura na região de Maringá a partir dos jornais locais. Assim, em breve e quando as correrias da vida acadêmica permitirem, será possível fazer análises que busquem aproximar as experiências históricas de modernização da agricultura vividas nesses diferentes contextos regionais. Um fato interessante relacionado a tudo isso é o de que a pesquisa e as fontes com as quais me envolvi lá nos fins da década de 1990 continuam me acompanhando até os dias de hoje.

Ainda na graduação, sob orientação do professor Paulo Zarth, me envolvi em outra pesquisa, a qual tinha como foco o ensino de história e a proposta da UNESCO para constituição de uma cultura de paz. Neste caso, a história agrária saiu um pouco do meu foco, mas a semente já estava bem plantada. O desenvolvimento das atividades vinculadas a esta nova temática também foi muito importante, pois no seu desenvolvimento comecei a conhecer de forma mais prática o universo do ensino de história e a vida em sala de aula, pois o projeto também envolvia interação com as escolas locais. Foi aí que tive meus primeiros contatos com a sala de aula em atividades que foram desenvolvidas na Escola São Geraldo, as quais depois acabaram resultando em um pequeno livro publicado pela editora da Unijuí que tinha como foco as potencialidades do uso da Internet para o ensino de história.

Com o objetivo de analisar o papel que a UNESCO esperava do ensino de história na promoção de uma cultura de paz, a pesquisa baseou-se principalmente na documentação produzida pela entidade. As fontes foram acessadas por meio de consultas em seu sítio eletrônico e em publicações online por ela disponibilizadas. Desde aí, a Internet, suas possibilidades e limites para o ensino de história, passaram a fazer parte de minhas preocupações, mas na medida em que o tempo foi passando, a história agrária foi cada vez mais retomando o lugar que havia ocupado no início da minha formação.

Todavia, antes de aprofundar o tema da história agrária é importante contar um trecho da trajetória que também foi marcante. Anteriormente relatei que nos últimos 6

meses do curso de graduação não consegui renovar a bolsa e que esse momento foi bastante atribulado. Faltou relatar outra atividade que desenvolvi, pois também fui trabalhar como ajudante do professor Celso Acker na elaboração e produção de um programa de rádio que tinha como objeto a música latino-americana e era transmitido na recém-criada rádio comunitária da Unijuí. Nesse caso, minha tarefa era selecionar músicas a partir de uma temática previamente discutida e fazer um pequeno texto contando a história da música, seus sentidos, conteúdos e dos artistas e grupos envolvidos na sua composição ou interpretação. Creio que a experiência durou algo em torno de uns 2 meses, mas foi tão cativante que em 2020, no contexto da pandemia, resolvi revisitar esse tempo e, junto com alguns amigos, criei uma rádio online, a Poeira WebRádio, a qual nos últimos 5 anos vem sendo uma companhia cotidiana. Tanto é que, neste momento em que escrevo, escuto e retransmito pela Poeira a Cantata Santa Maria de Iquique do grupo chileno Quilapayún, os quais conheci quando da experiência de produtor de programa de rádio na graduação. Valer destacar também que o livro do qual este capítulo faz parte, como foi registrado na introdução, é resultado de um conjunto de entrevistas que foram realizadas e transmitidas ao vivo durante o segundo semestre de 2024, nas noites de quarta-feira da Poeira WebRádio¹.

Essa é uma pequena síntese da história de minha relação com os arquivos e as fontes na época em que era graduando em história na Unijuí, bem como de algumas de suas influências atuais. Contudo, agora chegou o momento

¹ Acessar em: www.poeira.net

de contar os desdobramentos disso na época do mestrado e do doutorado. Antes, vale ressaltar que, se as duas pesquisas que daí resultaram trouxeram alguma novidade em termos da produção historiográfica sobre o rural no Rio Grande do Sul, isso só foi possível devido ao trabalho de arquivo. De modo especial do mundo que conheci a partir da leitura de um número significativo de Processos-crime movidos entre 1850 e 1925 nas Comarcas de Cruz Alta, Santo Ângelo, Palmeiras das Missões e Passo Fundo, os quais estão acervados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS).

Perdi as contas de quantos Processos li e fichei, bem como de quanto tempo eu passei na sala de pesquisa do APERS. No início, como na época da graduação, todo o trabalho era feito à mão; lia, fichava e copiava em blocos de anotação aqueles trechos que mais interessavam para pesquisa. Depois, já no doutorado (entre 2005 e 2006) e com o aporte da bolsa que recebia, consegui comprar meu primeiro laptop, aí o trabalho ficou mais fácil, ágil e dinâmico.

Para as pesquisas que realizei, outro acervo foi bastante importante: o do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Na verdade, este foi o primeiro arquivo que conheci em Porto Alegre. Lá fiz a leitura das Mensagens dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1850-1889), dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Sul (1889-1925) e os Relatórios da Diretoria de Terras e Colonização (1889-1925). Além do AHRS, também passei um tempo significativo na Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, catando livros, lendo jornais e buscando acesso à internet.

Todavia, foram as fontes depositadas no acervo do APERS onde encontrei os registros que mais impactaram a pesquisa. A partir desse contato, alguns dos direcionamentos, questões, problemas e hipóteses que estavam no projeto de pesquisa precisaram passar por algumas alterações e redirecionamentos. Ao ler os Processos-crime passei a conhecer alguns detalhes da vida vivida pelas populações que se envolveram nos processos de ocupação das terras que conformam a região que eu estudava. Era um mundo mais dinâmico e conflituoso do que consegui encontrar nas primeiras fontes analisadas, as quais tinham um caráter mais oficial e expressavam a perspectiva do Estado sobre o processo de ocupação e colonização do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX e início do século XX. Na verdade, até hoje, nos textos que escrevi com base na análise destas fontes, acredito que não tenha conseguido captar com precisão e transmitir toda a dinamicidade e complexidade o universo que elas apresentam e permitem conhecer.

Também gostaria de registrar que não é só de documentos que vive um arquivo e um pesquisador. Há uma sociabilidade de arquivo que não deve ser descartada e que, na vida de um pesquisador, é tão importante quanto as descobertas que fizemos nas fontes. Pesquisadores, trabalhadores da instituição, curiosos, autodidatas, genealogistas, pessoas contratadas para copiar/fotografar algum documento, estudantes e sei lá mais o quê de tipos de gente compõem uma “fauna” particular e interessante. Além disso, existem os paramentos a serem usados para lidar com as fontes (luva, máscara, etc.), os cuidados a serem tomados com os documentos, o ritual de solicitar a documentação,

as fichas de consulta, o que se faz no tempo que transcorre até que as fontes solicitadas cheguem até a mesa, a qual foi estrategicamente escolhida para passar aquele dia.

Também tem os cheiros, a poeira, as conversas paralelas, as pessoas que vão todo dia, aquelas que aparecem de vez em quando, alguns que você não conhece, mas ouviu falar e não quer conhecer, outros que você quer conhecer e acha um jeito de puxar conversa. Tenho notícias de amizades que se construíram, de paqueras que aconteceram, de namoros e casamentos que começaram no ambiente do arquivo. Há uma vida toda interessante nesse universo e que, até onde conheço a bibliografia sobre o tema, ainda foi pouco explorado pelos historiadores e historiadoras no sentido de contar sua importância para a produção do conhecimento histórico. Se já não existe, um dia alguém há de escrever uma etnografia da vida no arquivo.

Na verdade, o arquivo não é só um lugar de pesquisa, mas de formação, de troca de ideias, de contatos e relações. Como escrevi, há uma “fauna” muito interessante e que convém ser conhecida. Na época do mestrado e do doutorado (2000-2009), como passava muito tempo na sala de pesquisa dos arquivos, conheci muitas pessoas, algumas delas perdi o contato, outras continuaram presentes em minha vida e trajetória até hoje.

Essa “fauna” de arquivo é composta pelos mais diferentes tipos de pessoas, as quais vão ao arquivo pelos mais diversos motivos que não necessariamente fazer uma pesquisa na área de história. Há aqueles e aquelas que vão em busca de alguma documentação para lidar com questões sociais ou jurídicas, o que demonstra que os arquivos cum-

prem os mais diferentes e importantes funções. Enfim, que eles não são apenas lugares de guardar papéis velhos e empoeirados para os historiadores e as historiadoras realizarem suas investigações.

Apenas para citar um caso que também marcou minha trajetória pelos diferentes arquivos em que fiz pesquisa, lembro de um desses pesquisadores autodidatas que diariamente eu encontrava no APERS e que tinha como projeto de vida escrever a biografia do Athanagildo Pinto Martins, sua importância histórica para o Rio Grande do Sul e, mais detidamente, para o município de Canoas. Talvez alguns dos que leem esse texto tenham lembrança dele, pois era “figura carimbada” no APERS na época em que lá pesquisei, entre os anos 2000 e 2008. Foram poucas vezes que fui lá e não o encontrei e quando não o encontrava achava estranho, algo devia ter acontecido.

Nos víamos frequentemente no arquivo, seu projeto era ler todos os documentos em que havia alguma menção ao nome do Athanagildo ou de algum parente próximo a ele. Quando eu cansava do trabalho, saía para tomar um ar ou um café, geralmente passava um bom tempo conversando com ele, ouvindo suas teorias e interpretações. Outras vezes, quando ele achava o nome do seu perseguido em algum documento aleatório, batia no meu ombro e mostrava a conquista. Não lembro o nome dele, algumas vezes, devido à correria da pesquisa, acho que não dei a atenção que requeria ou esperava de mim.

Todavia, hoje o olhar retrospectivo me diz que a vida no arquivo seria menos divertida e suportável sem a presença dessas pessoas. Na verdade, o que quero dizer é que

sinto saudade de estar na sala de pesquisa dedicando horas sem fim à leitura de documentos. Hoje em dia, para poder continuar estudando temas relacionados ao século XIX, tenho analisado fontes que estão disponíveis em formato digital e não é a mesma coisa, a satisfação é outra. Talvez seja resquício de um indivíduo que fez curso de datilografia nos anos 1990 e que tem o arquivo presente em sua vida deste a primeira semana do curso de história.

Quero registrar também as relações acadêmicas e profissionais que se fazem no âmbito do arquivo, os espaços e oportunidades que ele oferece para discutirmos nossas pesquisas com nossos pares. Na minha trajetória de pesquisa, foi muito importante a participação nas “Amstras de Pesquisa”, organizadas pelo APERS e que, naquela época, se não me falha a memória, aconteciam aos sábados de manhã. Alguns capítulos da minha tese de doutorado inicialmente foram apresentados na Amostra e, nos debates, recebi muitas dicas e sugestões de como melhorar minhas discussões ou incorporar temas que haviam passado despercebidos em minha análise.

Em suma, minha trajetória nos arquivos não se limita aos documentos acervados e às descobertas realizadas nas pesquisas, mas também abrange o universo vivenciado no interior do arquivo e sua influência em minha formação pessoal e atuação profissional. Em toda essa trajetória, há um processo de profissionalização, pois as experiências aqui narradas também garantiram condições e conhecimentos para atuar em outras frentes, por exemplo, na organização de arquivos. Neste caso, cito a experiência vivida entre 2007 e 2008 quando desenvolvi atividades na organi-

zação de parte do acerto do arquivo da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, sob comando da Desembargadora Magda Barros Biavaschi. No mesmo sentido, entre 2012-2016, fui diretor do Centro de Documentação e Pesquisa sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL), vinculado à Unioeste. Hoje sou coordenador do Centro de Documentação Histórica da Universidade Estadual de Maringá e o livro em que este capítulo está sendo publicado é resultado de um programa da Poeira WebRádio, o qual tinha como objetivo convidar historiadores e historiadoras para um bate-papo sobre o lugar dos arquivos na sua formação. Enfim, existem interligações interessantes entre todos esses diferentes momentos.

A pesquisa, as fontes e os encontros com história agrária

Para começar esta discussão, novamente voltarei à época em que era estudante do Curso de Graduação em História na Unijuí. Nesse tempo, ao realizar a minha primeira pesquisa de iniciação científica, ao trabalhar com as fontes jornalísticas que tratavam do assunto abordado na investigação e, ao ler a bibliografia sobre o tema principal da pesquisa, verifiquei nas fontes que a palavra “caboclo” tinha presença corriqueira na documentação. Não só, mas também era usada com diferentes significados, a depender do tipo de texto com o qual estava lidando, da bibliografia que estava lendo, de quem estava envolvido no emprego do termo e do tempo em que o texto havia sido produzido.

Além disso, minha história pessoal influenciava o interesse e aumentava a curiosidade sobre estes diferentes

usos de uma mesma palavra. Sou oriundo de uma região de colonização e minha vida familiar tinha muita relação com o tema que estava pesquisando. Entre outras coisas, atiçava a minha atenção o fato de que minha mãe era descendente de imigrantes alemães e, meu pai, no contexto local era chamado de “brasileiro”, ou de outros nomes que buscavam destacar que ele não era “de origem”. Além disso, algumas vezes e em algumas situações, seja na vida escolar ou na vida cotidiana, esse mesmo critério de diferenciação era aplicado, de maneiras diversas e diferenciadas, em relação a mim pelas pessoas com quem convivía.

Lembro de um fato que aconteceu quando devia ter uns 12 ou 13 anos de idade. Minha mãe pediu para ir ao mercado comprar cigarros e no trajeto dois meninos mais velhos atravessaram meu caminho, seguraram meu braço e passaram a fazer comentários sobre meu “tom de pele morena”. Diziam que eu não era “branco”, nem “preto” e perguntaram qual era minha “cor de verdade” ou algo nesse sentido. Lembro apenas que busquei me desvencilhar e saí correndo. Não foi uma ou duas vezes que ouvi a expressão: você tem cor de “purungo” (porongo/cabaça) igual ao teu pai. Mas também tínhamos nossos contra-ataques, lembro que eu e alguns amigos cantávamos uma cantiga que dizia mais ou menos assim: “alemão batata, come queijo com barata, passa bem, passa mau, come tripa de animal”. Outras vezes, devido ao meu tom de pele “morena”, essa cantiga também era direcionada a mim, pois entre os familiares do meu pai, era chamado de “alemão”. Por sua vez, entre os familiares da minha mãe, eu era o tal ser de cor de “purungo”. Enfim, tudo era muito confuso.

Dessa forma, posso dizer que ao realizar a pesquisa sobre a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul e me deparar com as leituras étnicas sobre a questão, as opiniões geralmente emitidas pelos agentes da modernização (técnicos agrícolas, extensionistas, etc.) de que os colonos tinham maior facilidade e receptividade em relação às tecnologias do que os “brasileiros”, eu estava vivendo uma espécie de encontro comigo mesmo, com a história de minha família, do local onde nasci e também da trajetória de muitos de meus amigos e amigas. Não sem motivos, o tema dos encontros e conflitos interétnicos na região de matas do Rio Grande do Sul durante o século XIX foi objeto da pesquisa de mestrado que desenvolvi no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendida há mais 20 anos, nos idos de 2002.

Depois do mestrado, continuei pesquisando o assunto, mas com outros direcionamentos. Os caboclos e os imigrantes nunca escaparam de meu olhar. Na verdade, na medida em que desenvolvi a pesquisa, o foco da análise só aumentou e, as descobertas feitas no contexto do mestrado, especialmente os conhecimentos que desenvolvi a partir da leitura do Processos-crime e da vida no arquivo, me levaram a incluir negros e indígenas no debate. Assim, no doutorado, o objeto da pesquisa passou a ser o encontro entre imigrantes, caboclos, negros e indígenas na região de matas do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República.

Quem lê a dissertação de mestrado, verá que no início dela tem a seguinte dedicatória: “para mãe descendente de imigrantes e para o pai caboclo”, lembro que quando apre-

sentei a versão impressa da pesquisa aos meus pais, ao ler a dedicatória, a primeira coisa que o meu pai falou e com certa ênfase foi: “eu não sou caboclo!”. Essa frase nunca saiu da minha cabeça e ela sempre volta quando preciso analisar a história de alguém, a minha própria ou de algum grupo social. Aprendi que tentar definir os outros com critérios que são meus é algo que pode interferir diretamente nos resultados das nossas pesquisas. Posso até dizer que, nesse dia, o pai caboclo me ensinou coisas que a partir dessa experiência passaram a fazer parte das minhas reflexões, seja para pesquisa, seja para docência.

Esse aprendizado, além de ter um conteúdo político, igualmente expressa um compromisso acadêmico que busco cumprir no meu dia a dia: conhecer e contar a história dessas populações sem desconsiderar o ponto de vista delas próprias sobre si e sobre os processos nos quais estão envolvidas. Problematicar os significados dos nomes e representações que foram construídas sobre elas e demonstrar os motivos, históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais que estão na base dessas construções. Creio que estas duas premissas podem ser importantes no sentido de oportunizar conhecimentos para as pessoas que viveram e vivem no seu cotidiano algumas das experiências pelas quais eu, meus familiares, alguns amigos, amigas e muitas outras pessoas passam ou passaram por ter a pele de determinada cor, por habitar um determinado lugar geográfico do mundo, por acreditar e fazer coisas diferentes daquelas que a maioria das pessoas acredita e faz ou por ter alguma determinada origem social. Senão isso, pelo menos para fornecer ferramentas e argumentos

para resistência, para a crítica social e para ver o mundo a partir de outras perspectivas.

Assim, na medida em que o tempo passa, a cada nova leitura e a cada reencontro com algumas das análises que realizei no início de minha trajetória, acabo por me deparar com algo novo ou com algum aspecto que inicialmente não foi analisado com a devida atenção ou que passou despercebido. Creio que os temas que desenvolvi nas pesquisas de mestrado e doutorado podem ajudar a perceber o quanto o processo de construção do conhecimento é dinâmico e vai se complexificando na medida em que vamos conhecendo os temas que escolhemos para analisar. Por essa razão, considero fundamental a retomada de textos e análises anteriores, seja para confirmá-los, aprimorá-los ou refutá-los.

Nessa direção, minha tese de doutorado está diretamente vinculada e, de certa forma, é resultado das descobertas que fiz no mestrado. O diferencial está na circunstância de que, no doutorado, o marco temporal foi a Primeira República e os grupos indígenas e as populações afrodescendentes, que estão presentes na pesquisa de mestrado, foram objeto de maior atenção. Na verdade, a pesquisa de mestrado indicou que na Primeira República, os conflitos por terra no Rio Grande do Sul haviam alcançado proporções maiores do que aqueles que marcaram a história da segunda metade do oitocentos.

Além disso, aprendi que uma análise mais completa desses conflitos, tendo como foco as populações envolvidas nele, exigiria uma atenção mais dedicada ao papel e protagonismo desempenhado pelos indígenas e as popula-

ções egressas da escravidão. Eles estavam muito presentes nas fontes, especialmente nos Processos-crime, mas os registros sobre eles na historiografia rio-grandense e na minha própria pesquisa de mestrado não eram proporcionais à sua importância. Em algum sentido, ainda temos que avançar muito para dar conta de equilibrar essa situação, mas se acompanharmos a produção de pesquisas sobre o rural no Rio Grande do Sul e no Brasil, desde a década de 1980, avanços significativos aconteceram na direção de sanar algumas dessas lacunas.

O projeto de pesquisa inicial, apresentado para seleção de mestrado do PPGH-UFRGS, tinha como objeto principal analisar os conflitos no processo de ocupação da região de matas, mas com foco especial direcionado para o problema da constituição de identidades étnicas naquele espaço. Ao realizar a pesquisa, ler as fontes e a bibliografia competente, comecei a perceber que as teorias da etnicidade e a noção de classe social seriam teorias importantes para conhecer e entender a realidade social e histórica que a pesquisa buscava abordar.

Contudo, encontrei certa dificuldade em aproximar estas duas concepções teóricas que têm origens diferenciadas, embora não sejam teorias diametralmente opostas uma em relação à outra. O problema está no fato de que, ao usar a teoria de classes, no seu sentido marxista, verificava que caboclos, negros, imigrantes e indígenas fazem parte da mesma classe social, mas com muitas diferenciações internas, algumas das quais sustentadas nas questões étnicas e nas representações e nomenclaturas historicamente criadas sobre estes diferentes grupos ou aquelas que eles

próprios criaram sobre si e sobre os seus outros relacionais. Assim, a pergunta é: como grupos sociais que economicamente guardam semelhanças no seu status social são tão diferentes em suas concepções de mundo, trabalho e vida ao ponto de que os colocar no mesmo espaço produz uma quantidade expressiva de conflitos, os quais, em boa parte, aconteciam por questões não econômicas? Perdi as contas dos Processos-crime que encontrei em que pais imigrantes eram violentos com suas filhas ou as expulsavam de casa em função de que elas haviam estabelecido relações com “brasileiros”. Lembro de um outro caso em que o móvel de um assassinato foi o de que o assassino havia sido chamado pelo seu opositor de “indiozinho”.

Evidentemente que a solução do problema não é tão simples assim, pois ao analisar as fontes quase sempre é possível perceber que os atos violentos têm um histórico e muitos acertos de conta que resultavam na morte de algum dos envolvidos eram casos de “rixas antigas”. Porém, isso não tira a importância do fato de que, por vezes, o estopim do ato derradeiro era alguma palavra fora de lugar, geralmente com conteúdo pejorativo e que poderia remeter às diferenças étnicas ou de posição social. Outro elemento muito presente nestas rixas era o de que, invariavelmente, o acesso à terra estava na base delas. Em suma, eram conflitos que muitas vezes aconteciam no universo de uma mesma classe social, entre pessoas que guardavam uma realidade econômica muito parecida, mas que não se entendiam em relação a uma série de assuntos e um deles eram as suas diferenças identitárias, de concepção de mundo, de propriedade e acesso à terra. Uma complexa

realidade que remete a uma outra obra que influenciou e influencia muito as análises que faço sobre essas questões, o livro “Os estabelecidos e os outsiders” de Norbert Elias e John Scotson (2000).

Uma primeira solução teórica testada para esse problema foi a de tentar encontrar uma unidade para estes diferentes grupos sociais a partir do uso das teorias do campesinato. Assim, caboclos, indígenas, negros e os imigrantes que, depois de estabelecidos em uma colônia, viravam colonos, eram grupos camponeses. Isso gera outro problema, pois o conceito e a palavra “camponês” nunca tiveram uma grande recepção e usos generalizados no Brasil. Inclusive, alguns pesquisadores do rural são contrários ao seu emprego por aqui, entre outras coisas, “por ser muito europeia”. Todavia, há que se levar em conta que na América Latina de fala espanhola como um todo, a palavra camponês e seus derivados são de uso muito comum e corriqueiro, inclusive como forma de autoidentificação. Assim, mesmo diante dos problemas que o emprego do conceito de “camponês” pode representar, ele possibilitaria pensar a unidade na diferença.

Em outros termos, permitiria tratar dos negros, indígenas, caboclos e colonos que estavam envolvidos no processo de ocupação das terras da região de Matas do Rio Grande do Sul, como pertencentes a um grupo social que guardava situação econômica e social semelhante. Eram grupos que viviam em uma região de fronteira agrária, praticando uma agricultura de subsistência, em terras das quais nem sempre mantinham o domínio legítimo e que guardavam entre si uma série de diferenças de concepção

de mundo, relação com o trabalho, com o tempo e com a vida. Por sua vez, tinham como seu principal contraponto econômico o Estado e os grandes proprietários de terras locais, latifundiários em geral, os quais, ao fim e ao cabo, auferiam uma infinidade de vantagens em decorrência do fato de que estes grupos camponeses dificilmente conseguiam agir em uníssono devido às suas diferenças internas.

Foi nestes termos que a teoria de classes entra nos estudos que fiz, a partir da incorporação do conceito de camponês, mesmo que ele não tenha sido empregado entre as populações que procuro nominar com ele. Neste caso, volto à história do meu pai a quem chamei de caboclo e que não gostou muito de ser identificado com essa palavra, pois para ele a palavra caboclo tinha um sentido pejorativo e quer representar pessoas que não trabalham e não gostam de trabalhar, que são ociosas e avessas a qualquer tipo de progresso. Eis um exemplo de quanto as representações criadas sobre essas populações, muitas vezes para justificar o desenvolvimento da política de colonização no século XIX, continuam presentes nas regiões coloniais e na vida das pessoas até os dias de hoje.

Resolvido o problema e localizado um possível traço que poderia unificar grupos tão diversos – sua campesinidade – faltava encontrar meios para estudar as suas diferenças e os motivos pelos quais elas estavam tão arraigadas no cotidiano vivido por estas populações. Ora essa, porque na fronteira agrária do Rio Grande do Sul, as pessoas se matavam, se esfaqueavam, se envolviam nos mais diferentes entreveros devido a ofensas que tinham por origem a sua cor de pele ou o lugar que ocupavam na hierarquia

social produzida no processo de ocupação daquelas terras? Neste caso, embora situada no interior do interior do Brasil do século XIX, a região de matas, com suas particularidades próprias, espelhava a sociedade brasileira como um todo. Lembremos que, no caso do século XIX, estamos tratando de uma nação escravocrata que investiu boa parte de suas forças e recursos para atrair imigrantes brancos de origem europeia, os quais deveriam cumprir um papel de desenvolvimento que os grupos econômica e politicamente dominantes, enclacados no Estado, entendiam que aqueles que viviam no país, por serem negros, indígenas ou mestiços, não dariam conta de cumprir. A aposta foi esta, mas a dinâmica da realidade não tardou a demonstrar que os imigrantes não seriam aquelas pessoas pacatas e modernizadoras que eles gostariam que fossem. Assim, no contexto do final do século XIX e da Primeira República, na medida em que a fronteira agrária ia sendo fechada, a densidade demográfica nas regiões coloniais aumentava significativamente e os conflitos por terra aumentavam, muitos imigrantes e seus descendentes passaram a ser chamados de “intrusos”, “maus colonos”, “acabocados”.

Neste caso, as explicações étnicas também eram manejadas pelas autoridades responsáveis por administrar as políticas de imigração e colonização. Assim, não é incomum encontrar registros indicando a preferência por imigrantes vindos de determinadas regiões da Europa. Portanto, também foi construída uma espécie de hierarquia étnica, a qual orientava as políticas de imigração e colonização, muito presente na documentação oficial produzida pelo Estado ou nas correspondências trocadas por dire-

tores de colônias e as autoridades governamentais. Nela, invariavelmente, os imigrantes alemães estão no topo e os polacos ou aqueles imigrantes vindos da região do sul da Itália ocupam as posições inferiores.

Outro fato demonstrativo da constituição dessa “hierarquia étnica”, constituída e manejada no contexto da imigração e da substituição da mão de obra escravizada pela livre, foi a calorosa discussão sobre a imigração de chineses. Neste caso, a proposta de trazê-los para o Brasil foi descartada em razão de que, entre outros fatores, considerava-se que os imigrantes chineses, da perspectiva da raça, eram “tão inferiores” quanto negros e indígenas. Portanto, segundo a leitura dominante, não teriam muito o que contribuir para o desenvolvimento do Brasil e de sua agricultura.

Estas leituras encontravam ecos na região de matas, evidentemente que nuançadas pela realidade local, mas estavam lá, orientando relações, encontros e conflitos. Dificultando a vida das populações camponesas e facilitando a vida dos grandes proprietários e sua sede de apossamento de terras e pessoas. Nessa direção, se é mais tranquilo falar em termos de “identidade étnica” em relação aos imigrantes e colonos, a análise fica mais complicada quando o foco são as populações caboclas, negras e indígenas. Na verdade, as populações de origem imigrante caminharam mais rapidamente na perspectiva de construírem traços de identidade e unidade. Viviam em espaços delimitados chamados colônias, eram reconhecidos, financiados e incentivados pelo Estado, construía suas igrejas, escolas e associações, criaram suas etnicidades e meios de institucionalizar suas histórias e as suas tradições. Além de tudo, passaram a viver

em uma sociedade que considerava que, por serem brancos e de origem europeia, eram superiores àqueles grupos com os quais foram conviver nas regiões de colonização.

Na outra ponta desse processo, negros, indígenas e caboclos, além de serem preteridos em relação aos imigrantes, pela sociedade como um todo e pelo Estado, guardavam um modo de vida e trabalho considerado incivilizado ou mesmo avesso à civilização. Segundo a leitura dominante, o contato entre imigrantes europeus e as populações locais proporcionaria condições para que as últimas evoluíssem. Portanto, de um lado temos condições propícias para que a identidade e a unidade de posições se desenvolvam (o que não significa unidade absoluta) e, de outro, ela é dificultada ou apenas potencializada em seus aspectos “negativos”. No fim de tudo e para sintetizar, precisei encontrar uma teoria que pudesse ajudar a discutir estas questões. Foi nessa época que conheci o antes citado Norbert Elias e, em consequência, a ideia de “estabelecidos e outsiders” passou a ser referência para orientar minhas análises do encontro entre caboclos, indígenas, negros e imigrantes na região de matas do Rio Grande do Sul. Algum tempo depois, também conheci a sociologia Pierre Bourdieu e, desde então, estes dois pensadores têm sido autores referência para pensar algumas questões que orientam minhas pesquisas, seja em termos da “classe” ou da “etnicidade”.

Vale registrar que tanto na dissertação de mestrado como na tese de doutorado, a aplicação dessas teorias não está tão orientada e lógica quanto busquei apresentar aqui. Talvez na versão da dissertação de mestrado, que saiu em livro em 2016, eu tenha alcançado maior sucesso em fa-

zer estas aproximações. Todavia, na versão que apresentei como requisito final para alcançar o título de mestre em história, percurso que fiz sob orientação da professora Regina Weber, as coisas ainda estavam tomando forma nas análises que produzi. Penso que esta constatação também vale em relação à tese de doutorado, mas isto faz parte do processo de construção do conhecimento histórico, afinal, em história não há trabalhos definitivos.

Outro ponto que eu gostaria de destacar em relação as pesquisas que fiz é o de que a história do Rio Grande do Sul e, em alguma medida, a dos estados de Santa Catarina e Paraná, é marcada pela presença de vários silenciamentos. A partir da década de 1980 houve um movimento na historiografia local e nacional no sentido de superar alguns desses silêncios. Assim, a história dos índios, dos caboclos e das populações negras passou a ser objeto de maior atenção por parte de historiadores e historiadoras, seja do universo rural ou do urbano. Do mesmo modo, a história da imigração passou a ser objeto de críticas mais contundentes, especialmente na perspectiva de demonstrar que o mito do herói pioneiro mais ofuscava o entendimento da história da colonização do que ajudava na sua compreensão. Também nesse contexto a ideia de que a vida dos negros no sul do Brasil era bem mais tranquila e harmoniosa do que noutros estados passou a ser objeto de críticas. Assim como, as afirmações de que o número de escravizados no sul era muito pequeno em relação a outras províncias e a leitura de que algumas das atividades por eles realizadas os colocavam em uma situação de maior igualdade aos seus senhores, passou a ser objeto de críticas importantes.

Enfim, foi demonstrado que estas interpretações não se sustentam, que são parciais e eivadas de interesses sociais, políticos e econômicos.

Nesse contexto, um novo universo de temas e abordagens se descortinou e desde então avanços significativos aconteceram. Somado a isso, em época muito recente tivemos o desenvolvimento de uma série de políticas sociais e afirmativas, as quais possibilitaram a algumas populações que historicamente haviam sido afastadas das universidades tivessem maiores condições para realizarem formação de nível superior. Com essas políticas, a presença de indígenas, negros, caboclos, de descendentes de imigrantes, sem terras, integrantes de movimentos sociais, proprietários de pequeníssimos bocados de terra passou a ser mais corriqueira em nossas universidades.

Por um lado, eles trouxeram para dentro das salas de aula um conjunto de experiências de vida e de conhecimentos que até então tinham certa presença lá, mas, quando tinham, era mais em sentido teórico do que prático. Por exemplo, discutia-se as experiências de vida e as lutas de trabalhadores, de negros, indígenas, colonos e caboclos, mas com uma quase completa ausência de representantes desses grupos sociais no interior das universidades. Por sua vez, na outra ponta desse processo, a partir da maior abertura das universidades para estas populações, elas também passaram a atuar no sentido de levar os conhecimentos produzidos nas universidades para as suas comunidades, fazendo uma mediação muito importante. De alguma forma, esse processo popularizou o conhecimento científico, possibilitando que ele alcançasse lugares importantes e, as-

sim, conseguisse ultrapassar de forma mais eficaz os muros das academias.

Além disso, estes conhecimentos chegavam nesses lugares autorizados pela universidade, pelo seu conteúdo científico, muito embora, em algumas discussões e contextos, tais conhecimentos tenham sido tratados como “maluquices da juventude”. Lembro das discussões homéricas que entretive com alguns familiares logo que iniciei o curso de história, as quais invariavelmente eram acompanhadas pela conclusão de que “o mundo sempre foi assim e não é você que vai mudá-lo”, ou algo do gênero. Parece que meus familiares tinham alguma razão, pois com o tempo aprendemos a não entrar em algumas encrências ou a sermos menos intransigentes em algumas de nossas posições, principalmente quando estamos a tratar com pessoas que são importantes na nossa vida pessoal e não fazem parte do mundo acadêmico. Na verdade, na medida em que nós e os nossos vamos envelhecendo, principalmente quando alguns deles vão desaparecendo, também aprendemos que o mais importante é o convívio com eles e os aprendizados que podemos ter. Porém, historiadores que somos, nunca sem deixar de plantar a dúvida nas suas cabeças, pois eles sabem muito bem fazer isso conosco.

A experiência do doutorado: a luta pela terra e o lugar do latifúndio na história do Brasil

Qual é o lugar do latifúndio na história do Brasil? Responder essa pergunta a partir da perspectiva da minha tra-

jetória acadêmica e da minha história pessoal, visto que as duas estão interligadas, exige um retorno ao momento do mestrado. Se minha memória está correta, acredito que foi no segundo ano do curso que tive uma forte aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Acontecimento que ganhou um desenvolvimento todo particular no ano de 2005, quando vivi no Rio de Janeiro e cursei as disciplinas do doutorado que realizei no PPGH-UFF, sob orientação da professora Márcia Motta, uma pessoa ímpar com quem mantenho uma relação de amizade e constante aprendizado até hoje.

Quando do ingresso no doutorado, minha situação econômica não havia mudado muito comparativamente àquela que vivia ao chegar em Porto Alegre. Como, logo ao fim do mestrado, não consegui passar na seleção para ingressar na turma do doutorado do PPGH-UFRGS, no ano de 2004 fiquei exercendo a docência em uma escola da rede privada, a Escola Monteiro Lobato. Também trabalhei em dois cursinhos pré-vestibular, um situado em Porto Alegre e o outro em Canoas.

Quando tive a confirmação de que havia passado na seleção de doutorado, pedi demissão na escola que trabalhava e o planejamento era usar os seis meses do seguro-desemprego para garantir minha permanência no Rio de Janeiro ou em Niterói. Novamente, a notícia que tive era a de que a minha classificação no processo seletivo não garantiria bolsa de imediato. Ao comentar esse conjunto de acontecimentos com um amigo (Edson Cadore) que atua como agrônomo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), perguntei a ele se não tinha algum con-

tato do Movimento no Rio de Janeiro que poderia, pelo menos, garantir a minha estadia nos primeiros dias até eu encontrar algum lugar para ficar em Niterói, conseguir um trabalho ou algo do gênero.

Prontamente, ele me passou contato de um “companheiro de movimento”, que era do Rio Grande do Sul e há muito tempo tinha ido ao Rio de Janeiro para atuar na secretaria do MST de lá, o Patrola. De imediato, entrei em contato com ele, expliquei minha situação e que precisava de um lugar para ficar pelos primeiros meses. Nisso, ele comentou que havia um quarto livre no apartamento em que morava e dividia com mais 2 pessoas (Paulo Cesar e Alex), os quais também atuavam no âmbito da Secretaria Estadual do MST do Rio de Janeiro. Logo, eu poderia ficar lá e ajudar nas despesas de aluguel.

Pouco tempo depois de minha chegada, o Patrola deixou o Rio de Janeiro e foi representar o MST na Bolívia ou na Venezuela, não lembro exatamente. Todavia, essa maior aproximação com o Movimento fez com que conhecesse o cotidiano e participasse diretamente das suas atividades. Na verdade, para custear as despesas de aluguel, alimentação e transporte entre o Rio de Janeiro e Niterói, comecei a trabalhar na secretaria estadual do MST. Realizava uma série de atividades, especialmente aquelas que estavam relacionadas aos contatos do Movimento com as Universidades e escolas, bem como à participação e organização de atividades gerais do cotidiano da secretaria.

Não lembro exatamente, mas dois ou três meses depois, a bolsa veio. Contudo, continuei atuando no Movimento como voluntário. Assim, posso dizer que no ano de

2005 fui mais um integrante do MST do que um estudante de doutorado de história propriamente dito, embora tenha tido cuidado para não abandonar totalmente a pesquisa e para ter um bom desempenho nas disciplinas que cursei. Todavia, meu foco foi o movimento social e as descobertas e experiências que ele proporcionou.

O apartamento em que morávamos, eu, Paulo Cesar e Alex, também era um ponto de encontro do Movimento, pois sempre que acontecia alguma atividade vinculada ao MST no Rio de Janeiro, os integrantes do interior do estado ou de outros lugares do Brasil se hospedavam lá. Nisso conheci muitas pessoas de diferentes lugares e as experiências pelas quais haviam passado na sua luta pela terra.

Nessas interações, quase sempre era perguntado sobre o tema que eu vinha estudando no doutorado e, numa dessas vezes, ao explicar que o meu objetivo era estudar os encontros e os conflitos vividos por negros, indígenas, caboclos e imigrantes no processo de ocupação das terras do Rio Grande do Sul da Primeira República, fui perguntado pelo amigo Patrola, que recentemente havia finalizado o Curso de História na PUC/RJ, sobre a importância de estudar esse tema, “tão distante no tempo”, e o quanto o meu estudo poderia ajudar nas lutas que eles vinham travando no presente imediato, no contexto dos acampamentos e assentamentos do MST. Entre outras coisas, ele argumentava que durante o curso havia lido textos e participado de discussões que pareciam interessantes, mas em alguns casos era muito difícil fazer as conexões entre esses debates e leituras com a realidade que vivia e conhecia no interior do MST.

De fato, elaborar uma resposta satisfatória ao desafio proposto não é tarefa simples. Entretanto, acredito que uma resposta adequada, ainda que não definitiva, deva demonstrar o impacto histórico da grande propriedade no mundo e nas pessoas, evidenciando como alguns aspectos dessa história frequentemente são omitidos. É crucial, também, apontar o quanto essa história é abordada de forma eufemística, como ocorre nas propagandas do “Agro é pop”, tão corriqueiras atualmente.

A noção de eufemismo que aqui aplico vem da sociologia de Pierre Bourdieu. Para este autor, um eufemismo, grosso modo, é uma forma de falar uma coisa dizendo ou ocultando outra. Uma espécie de conhecimento que gera desconhecimento, visto que busca impossibilitar a crítica. Para ser mais preciso, dizer que o “agro é pop” e que o latifúndio, transformado em agronegócio, é responsável por alimentar o mundo, por garantir a riqueza e a estabilidade econômica do país é uma forma de não dizer que ele também está implicado em uma série de problemas.

Dentre elas estão o desmatamento, a escravidão, o uso abusivo de agrotóxicos, a exploração de trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades. Nessa linha, cito um livro recentemente traduzido no Brasil, sob o título “Pandemia e Agronegócio”, de autoria do infectologista estadunidense Rob Wallace (2020). Neste estudo, entre outras coisas, o autor demonstra os vínculos diretos entre o agronegócio, seu avanço constante e incontrolável em direção às áreas florestais e as recentes epidemias e pandemias que vêm assolando o mundo. O pior de tudo é que, segundo as interpretações de Wallace, se o processo que

atualmente está em curso não for controlado, novas epidemias e pandemias virão.

Enfim, considero que os estudos que fiz, a minha trajetória pessoal, desde Chiapetta até os dias de hoje, demonstram que historicamente a grande propriedade está alicerçada na violência e na exploração de um número incontável de pessoas. Homens e mulheres que, em muitas situações, vivem e viveram em condições precárias de existência ou que perderam suas vidas por um pedaço de terra, enquanto outros poucos (o termo correto seria “pouquíssimos”) são donos de terras sem fim. O mais triste dessa história, contudo, é o fato de que o horizonte de perspectivas que o agronegócio promete para a humanidade, embora pouco se discuta ou se fale eufemisticamente sobre isso, é tão trágico quanto o passado que ele conseguiu produzir.

Palavras finais

Eis alguns registros de minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Há diferentes temas abordados ao longo destas páginas, mas a proposição é a de que todos eles convirjam para a compreensão de que os arquivos e o trabalho com as fontes foram fundamentais nessa caminhada, nos seus desdobramentos e na sua qualificação. Considero que o ofício de historiador não pode ser exercido ou mesmo não existe sem fontes, sem a sua crítica interna e externa. Por sua vez, se não há história sem fontes, também não há história sem arquivos, sejam eles públicos, pessoais, particulares, empresariais e os mais diferentes modelos e estilos que eles possam encontrar.

Enfim, os arquivos, especialmente os públicos, desempenham um papel crucial para a sociedade, seja do ponto de vista jurídico ou do histórico, seja como lugar de pesquisa para historiadores, seja do ponto de vista social, representando a memória coletiva, o patrimônio e as lutas sociais. Diante disso, torna-se fundamental que os arquivos, o trabalho desenvolvido e os profissionais que atuam nesse campo sejam valorizados e reconhecidos em sua devida importância histórica, social, cultural e econômica.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 183-191.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SHAPIN, Steven. *Nunca Pura*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo (org.). *Conversando com mais historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses*. Porto Alegre: APERS Entrevista, 2021.

SOBRE A AUTORA E OS AUTORES



BEATRIZ KUSHNIR

Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1989), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1994) e doutorado em História pela Universidade

Estadual de Campinas (2001). Conselheira do Conselho Estadual de Arquivo (APERJ), vice-presidente da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (2020-5), colaboradora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), membro do Conselho do Patrimônio Cultural da Santa Casa da Misericórdia do

RJ, presidente da Associação Nacional de História - Seção Rio de Janeiro (2024-6), Professora junto ao PPGARQ/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2013-), do PPGH/Universidade Federal Fluminense (2015-25), Pesquisadora do INCT-Proprietas (2022-) e representante titular da ANPUH no Conselho Nacional de Arquivos. Foi Diretora-Geral do Arquivo Geral da Cidade do RJ (2005-20), compôs o Conselho Editorial da Revista Brasileira de História/ANPUH (2023-5) e é a Editora Científica da Revista Informação Arquivística/AAERJ. Autora, entre outros, de “Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988”. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: AGCRJ, arquivos, censura, colaboracionismo, ditadura civil-militar, rio de janeiro e acesso a informação.



MARCIO ANTÔNIO
BOTH DA SILVA

Graduação em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2002), Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (2004), Doutorado (2009) e Pós-doutorado (2020) em História pela Universidade Federal Fluminense e, em 2023, atuou como Investigador Visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi dire-

tor do Centro de Documentação e Pesquisa sobre o Oeste do Paraná (2012-2016), Bolsista Produtividade da Fundação Araucária (2014-2016), Coordenador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2016-2018). Atualmente é pesquisador do CNPq, chefe do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (2025-2026), faz parte da atual diretoria (2024-2026) da Associação dos Professores de História do Paraná (ANPUH/PR), vice coordenador do GT História Agrária/ANPUH-PR, coordenador da Regional Sul do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Proprietas (INCT-Proprietas) e do Programa Centro de Documentação Histórica da Universidade Estadual de Maringá. É professor Associado da Universidade Estadual de Maringá/PR. Tem experiência na área de História do Brasil, principalmente nos seguintes temas: história agrária, propriedade, conflitos agrários, história da ciência, história da agricultura, campesinato e Estado.



PAULO AFONSO ZARTH

Graduação em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1983), graduação em Estudos Sociais pela Universidade Regional do Noroeste do Es-

tado do Rio Grande do Sul (1980), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1988) e doutorado

em História pela Universidade Federal Fluminense (1994). Estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Foi professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na Universidade de Passo Fundo e Visitante Nacional Sênior da CAPES na Universidade Federal da Fronteira Sul. Autor dos livros: *História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)* e *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul Agrário do século XIX*. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea.



RONALDO VAINFAS

Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), mestre pela mesma Universidade em História do Brasil (1983), Doutor em História Social pela Universidade de

São Paulo. Professor do Departamento de História da UFF a partir de 1978 e Professor Titular de História Moderna, por concurso público, desde 1994. Aposentado na UFF em 2015. Investigador do INCT-PROPRIETAS/NEI (Núcleo de Estudos Inquisitoriais). Pesquisador do CNPq desde 1990, sendo atualmente I-A. Membro da Companhia das Índias - Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna. Cientista do Nosso Estado da FAPERJ em 2004, 2006, 2009 e 2014. Bolsista da Freie Universität Berlin (1996). Professor Visitante Emérito da Faculdade de For-

mação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Dedicado a pesquisas e orientação em história ibero-americana, luso-asiática, luso-africana e luso-brasileira entre os séculos XVI e XVIII, principalmente nos seguintes temas: inquisição, jesuítas, religiosidades, sexualidades, escravidão, colonização, Brasil holandês, Judeus portugueses. Autor de diversos livros e artigos nesses campos de investigação.



O livro convida seus leitores a uma imersão profunda e transformadora no universo da pesquisa histórica, uma jornada que revela o ofício do historiador em sua essência mais pura: um trabalho que é, simultaneamente, o de um detetive incansável, de um artesão meticuloso e de um intelectual profundamente engajado. Os capítulos que compõem este livro, escritos por pesquisadores com trajetórias e temas de investi-

gação distintos, convergem para uma ideia central e poderosa, que por vezes se perde na abstração acadêmica: o conhecimento histórico não é uma narrativa abstrata, forjada a partir de verdades prontas ou de grandes teorias pré-existentes.

